

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

***“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”*. A TRAJETÓRIA
DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO E AS SUAS ADAPTAÇÕES
ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS (JAGUARÃO, 1960 A 2004).**

Jaguarão

2015

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

***“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”*. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO E A SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS (JAGUARÃO, 1960 A 2004).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Ms. Jônatas Marques Caratti

Jaguarão/RS

2015

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

***“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”*. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO E AS SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS (JAGUARÃO, 1960 A 2004).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em História.

Trabalho de Conclusão de Curso Defendido e Aprovado em: 10/12/2015.

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Jônatas Marques Caratti
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
UNIPAMPA

Prof. Ms. Vagner Silva da Cunha
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a meus pais, esposa, filhas e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, senhor do Universo, por ter me concedido a vida através de uma pessoa tão meiga, querida e responsável. Trata-se de minha mãe, a senhora Zulma Braga. Mãe querida que sempre me ajudasses a erguer o semblante em momentos em que eu acreditava que não seria possível vencer. É para esse amor materno e incondicional que dedico este Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao meu pai Arnaldo Teixeira e ao meu padrasto, Wilson Santana, pelo companheirismo, amizade e dedicação com que desempenharam a missão de pai, ajudando-me a tomar decisões seguras e responsáveis durante esta caminhada.

À minha esposa Cristina, às minhas filhas Emilly, Brenda, e a enteada Luisa; aos meus irmãos Leonardo, Júlio, Marcia e Márcio ficam minhas sinceras gratidões pelo amor e companheirismo de que são eivadas nossas relações.

A todos os valorosos Barqueiros Areeiros do Rio Jaguarão, em particular, a Degaule Teixeira, Wilson Santana, Rogério Mambrüm e ao Policial Militar Rui Porto Barcellos por terem concedido suas entrevistas. Agradecimento também extensivo ao Jornal A Folha e a Biblioteca Pública de Jaguarão por terem cedido seus arquivos para a nossa pesquisa

Aos colegas e amigos Alzemiro Gonçalves da Rosa, Clayton Demutti, Eleandro Vianna, Adão Vilfredo Garcia, Diogo Botelho Franco, Andressa Dias, Oscar Barbosa Dias pela amizade e companheirismo dispensados a mim desde o princípio do curso.

Aos professores (as): Dr. Caiuá Al-Alam, Dr. Rafael Costa Campos, Dra. Hilda Jaqueline de Fraga, Dra. Letícia de Faria Ferreira, Dra. Adriana Fraga, Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira, Dra. Susana Sesco, Ms. Ginter Tlajja Leipntiz, Ms. Vagner Silva da Cunha, M.s. Édson Bisso Cruxen, Ms. Marina Marchi Mujica, ou seja, a todos os mentores da Unipampa que fizeram parte da minha vida acadêmica. Em especial, agradeço ao meu Orientador, professor **M.s Jônattas Marques Caratti** pela motivação, empenho, dedicação com que conduziu meus estudos para que este Trabalho de Conclusão de Curso se tornasse realidade.

Meus sinceros agradecimentos a todos esses amigos e colaboradores, pois, estou certo de que sem o apoio de vocês esta meta jamais seria possível de ser alcançada. Meus fraternos abraços.

“Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado digo, a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos”.

Fernand Braudel

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a trajetória dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão, e as suas adaptações às normatizações ambientais a partir da década de 1960 até 2004, período pelo qual passaram a sofrer uma série de distúrbios advindos do Poder Público em relação a necessidade de legalizarem o ofício em acordo com as normatizações ambientais. Estas passaram a ganhar uma maior atenção no Brasil face ao período desenvolvimentista (1964 a 1985) que se utilizava em larga escala dos recursos naturais na confecção industrial de bens duráveis, o que visava à substituição das importações. Este período será responsável por uma série de alterações nas atividades cotidianas dos mineradores tradicionais, uma vez que gradativamente terão de se adequarem às exigências do novo mercado no que tange ao aumento da demanda do produto e de investimentos em tecnologias (embarcação a motor), bem como às políticas públicas que passaram a regulamentar as atividades causadoras de degradação do ambiente natural. Assim procuraremos entender o quê, e como esses mineradores fizeram para se adequarem às políticas públicas em favor do meio ambiente. Para tanto nos utilizaremos de testemunhos orais de antigos trabalhadores areeiros, de edições do Jornal a Folha de Jaguarão, do Jornal Zero Hora de Porto Alegre, Laudos de Monitoramento de Impactos Ambientais, Licenças Operacionais emitidas pela FEPAM, Prefeitura Municipal de Jaguarão e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Desta forma avaliaremos os impactos de ordem política, econômica e socioambiental porque passaram esse grupo de trabalhadores para se manterem ativos fornecendo o minério areia, insumo base para a construção civil neste município, trabalho que pode ser sentido “*em cada casa desse chão*”.

Palavras-Chave: Barqueiros areeiros, Rio Jaguarão, Memória, Degradação ambiental.

RESUMEN

El presente trabajo visa analizar la trayectoria de los barqueros areneros del Rio Jaguarão y su adaptación a las normas ambientales a partir del año 1960 hasta el 2004, período por el cual pasaron a sufrir una serie de disturbios derivados del poder público, en relación a la necesidad de legalización del oficio, en acuerdo con las normas ambientales. Estas pasaron a ganar mayor atención en Brasil, en el período de desarrollo (1964 a 1985) que utilizaba, en larga escala, recursos naturales para la confección industrial de bienes durables, lo que pretendía sustituir las importaciones. Este período fue responsable por una serie de alteraciones en las actividades cotidianas de los mineros tradicionales, una vez que, gradualmente, tuvieron que adecuarse a las exigencias del nuevo mercado con respecto al aumento de la demanda del producto y de las inversiones en tecnologías (embarcación a motor), bien como a las políticas públicas que pasaron a reglamentar las actividades causadoras de la degradación del ambiente natural. De esa forma, trataremos de entender qué y cómo esos mineros hicieron para adecuarse a las políticas públicas en favor del medio ambiente. Para tanto, analizaremos testimonios orales de antiguos trabajadores areneros, ediciones del diario *A Folha* (de Jaguarão), del diario *Zero Hora* (de Porto Alegre); Laudos de Monitoreo de Impactos Ambientales, Licencias Operacionales emitidas por la FEPAM, por el Ayuntamiento Municipal de Jaguarão y por el Departamento Nacional de Producción Mineral (DNPM). De esta manera, evaluaremos los impactos de orden política, económica y socio ambiental por los cuales ese grupo de trabajadores pasó para mantenerse activo, abasteciendo el mineral arena, insumo base para la construcción civil en este municipio; trabajo que puede ser sentido en “*cada casa de este suelo*”.

Palabras Clave: Barqueros areneros, Rio Jaguarão, memoria, Degradación ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Barra de pontal.....	18
Imagem 02 – “Rua 20 de setembro, centro, Jaguarão.....	47
Imagem 03 – Cais do Porto de Jaguarão anos 1990.....	48
Imagem 04 – Rio Jaguarão “deixa” famílias desabrigadas.....	50
Imagem 05 – Rio Jaguarão Contaminado.....	52
Imagem 06 – O profissional retirando a areia do fundo do rio e a colocando dentro da embarcação. Vídeo sobre o trabalho dos barqueiros areeiros de Jaguarão.....	62
Imagem 07 – Barqueiros doando areia para a quadra de esportes que fica a montante da ponte Mauá e ao lado do presídio estadual de Jaguarão.....	79

LISTA DE SIGLAS

AGAPAM – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
MME – Ministério de Minas e Energia
ONU – Organização das Nações Unidas
RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISEPRA – Sistema Estadual de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Fundamentação teórica.....	14
1.2	Conceitos.....	16
1.3	Metodologia.....	25
1.4	Desenvolvimento.....	30
2	O HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL, E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA COM OS RECURSOS NATURAIS.....	33
2.1	Um pouco das discussões ambientais em nível internacional.....	37
2.2	Breve históricos das políticas ambientais no estado do Rio Grande do Sul.....	35
3	A HISTÓRIA AMBIENTAL DE JAGUARÃO.....	41
3.1	As forças militares de ocupação territorial e degradação irreversível do ambiente.....	42
3.2	O bem público em detrimento da natureza. A inércia do Poder Público.....	46
3.3	A lei complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual institui o código de meio ambiente e de posturas do município de Jaguarão.....	54
3.4	Quem são os trabalhadores areeiros, nossos personagens?.....	56
4	“MEMÓRIAS”. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO E AS SUAS ADAPITAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS (JAGUARÃO, 1960 A 2004).....	57
4.1	Trabalho análogo ao de escravo.....	57
4.2	Os fazeres e saberes dos areeiros embarcados. “ <i>com o risco da própria vida</i> ”	62
4.3	A livre concorrência.....	68
4.4	Rumo a legalização.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A - Entrevista.....	90
	APÊNDICE B - Entrevista.....	92
	APÊNDICE C - Entrevista.....	101
	APÊNDICE D - Entrevista.....	111
	APÊNDICE E -Roteiro de Entrevista	126
	ANEXOS – Caderno com as quatro entrevistas assinadas (p.90-137).....	129

1 INTRODUÇÃO

A historiografia da cidade de Jaguarão¹ nos remete a uma série de eventos associados ao Rio Jaguarão, entre eles: os conflitos coloniais ocorridos durante o século XVIII e XIX envolvendo Portugal e Espanha em contendas militares pela disputa territorial destas áreas que eram consideradas campos neutrais², “terras de ninguém”; as transações comerciais hidroviárias realizadas nos tempos em que Jaguarão produzia charque e o comercializava com outras cidades e até mesmo exportava esse produto para outros países através da ligação hidroviária que era realizada no Rio Jaguarão, Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo, cujos produtos seguiam para outras nacionalidades através do Porto de Rio Grande; o Tratado das águas de 1909³, o qual se revestiu no mais importante tratado político e diplomático na Região Platina concluído entre o Brasil e a República do Uruguai, que modificava a linha e o regime de fronteira na lagoa Mirim e no rio Jaguarão estabelecendo princípios gerais para o comércio e a navegação nestas águas.

Dentre todas as possibilidades de navegabilidade, de transações comerciais e de exploração, pelas quais perpassaram e ainda perpassam o Rio Jaguarão, estão as atividades associadas à caça e pesca. Segundo o Biólogo Hélio Ramirez Farias (2007), as atividades de caça e pesca eram desenvolvidas nessa região pelos povos autóctones. Atualmente, pela comunidade de pescadores deste município (PIEVE; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2009, p.82-85); as atividades de exploração da lavra de areia, desenvolvidas pelos Barqueiros Areeiros do Rio Jaguarão, que segundo o gerente⁴ da primeira Sociedade por Quotas⁵: Rio Jaguarão Mineração LTDA, fundada em 23 de agosto de 1994, data do início do século XX.

Diante dos fatos acima apresentados, este Trabalho de Conclusão de Curso, se propõe a investigar a trajetória dos barqueiros areeiros do Rio Jaguarão e as suas adequações às normatizações ambientais a partir do ano de 1960 (período em que as políticas de proteção

¹ A cidade de Jaguarão está localizada na margem oeste da Lagoa Mirim, a sul dos municípios de Arroio Grande e Pedro Osório e na fronteira com o Uruguai, com a cidade de Rio Branco, distando da capital, Porto Alegre, cerca de 450 km por via rodoviária (STEIN, 2004)

² Ver mais em: PINTO (2015).

³ Ver mais em: DEMUTTI (2015).

⁴ Rogerio Mambrum – primeiro gerente da Associação: Rio Jaguarão Mineração LTDA, conforme Contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade LTDA, registrado no Tabelionato de Jaguarão – Escrevente autorizada: Maria Regina Pereira da Silva (RIO JAGUARÃO MINERAÇÃO LTDA., 1996).

⁵ Trata-se de sociedade empresária onde a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. O ato por meio do qual o sócio injeta capital na sociedade denomina-se subscrição. Na medida em que esse sócio de fato ingressa com o capital, integraliza o que subscreveu, ou seja, paga à sociedade o que se comprometeu. O pagamento feito pelos sócios determina o capital social (SANCHES, 2012).

ambiental passam a ter uma maior atenção em nosso país) até 2004, onde é realizado um laudo de impacto ambiental no Rio Jaguarão para verificar a viabilidade da inserção de uma draga para extrair areia deste mesmo rio pela associação reportada acima. O que não corroborará com substituição da mão-de-obra braçal, artesanal, ativa nessa sociedade, pela mecânica, as quais na proposta um dos nossos entrevistados, Rogério Mambrüm, coexistirão.

Especificamente compreenderemos as peculiaridades da profissão do Barqueiro Areeiro do Rio Jaguarão, desde a década de 1960 até o final do primeiro semestre de 2004; entenderemos o porquê da criação da Sociedade dos Areeiros Mineradores de Jaguarão somente em 1994, e o que eles têm feito para resistir aos adventos da modernidade, no que tange à adaptação do exercício às necessidades de conservação dos recursos naturais; analisaremos os impactos econômicos, políticos e socioambientais do exercício desta atividade neste município; demonstraremos o valor da atividade desempenhada por estes profissionais para o legado da história do patrimônio material de Jaguarão e demonstraremos quem são os maiores culpados pela incursão destes mineradores em crimes ambientais.

Assim, pretendemos evidenciar os acontecimentos a que estiveram fadados estes mineradores durante o período acima reportado, onde uma série fatores econômicos, culturais e socioambientais foram responsáveis por causar uma série de distúrbios ao ofício destes profissionais. Logo, nossa finalidade será compreender como esses profissionais se organizaram para reagir a cada uma dessas pressões de maneira que continuaram exercendo suas atividades até a atualidade. Nessa ótica, demonstraremos a partir de que momento o impacto das legislações ambientais brasileiras em nível federal, estadual e municipal começaram a fazer parte do cotidiano das atividades laborais dos mineradores areeiros embarcados tradicionais do Jaguarão.

Para tanto realizamos um breve estudo histórico das legislações ambientais no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul, o que nos propiciou pensarmos sobre a história ambiental de Jaguarão, ou seja, a relação dos homens e mulheres, que habitaram e habitam seu espaço geográfico, para com os seus recursos naturais desde o período pré-colonial até o ano de 2015. Estas reflexões nos foram úteis para que pudéssemos analisar as relações destes mineradores com o seu ecossistema.

A escolha deste tema deveu-se a admiração que senti por estes trabalhadores ao assistir, em 2015, um vídeo⁶ produzido por Hélio Ramirez. Neste vídeo ele mostra a saga

⁶ RAMIREZ, Hélio. **Barqueiro do Jaguarão - Hélio Ramirez**. 2011. Disponível em: <<http://helioramirez.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 nov 2015.

destes profissionais que saem das suas residências sem saber se a elas retornarão. Pelo fato de que esta atividade extrativa é degradante da saúde física sobre todas as formas e desprovida de equipamentos de proteção individual para seus executores.

Durante o interregno de tempo do referido vídeo, há demonstração de como são desenvolvidas as atividades por estes profissionais, os quais descem da embarcação diretamente no rio empunhando uma pá de concha para extrair a areia e acomodá-la dentro da embarcação. Tais atividades iniciam nas primeiras quatro horas da manhã e se estendem pelo dia todo sob as intempéries naturais: frio, chuva, sol e granizo.

Diante do que se apresentou, despertou-me a necessidade de estudar o cotidiano das atividades laborais desenvolvidas por esses trabalhadores sobre os seus aspectos formais e informais.

Ao passar pela Ponte Internacional Barão de Mauá não há como deixar de apreciar as barcaças carregadas de areia, cujo seus tripulantes as ancoram no cais do porto, onde descarregam o minério a fim de ser comercializado. Trabalho que, conforme Mambrüm, é desenvolvido a quatro gerações.

Desta forma, acreditamos que estas atividades deveriam integrar os ofícios desenvolvidos pelos trabalhadores jaguarenses nos livros didáticos e também nas obras literárias cidadinas. Entretanto, não há menção sobre estes profissionais, nem dos serviços que prestam e prestaram para essa comunidade. Isso, provavelmente, deva-se ao fato de que os jaguarenses cultuavam os escritos e profissões tradicionais dando ênfase aos fazeres dos “grandes homens”.

Assim, esta proposta visa corrigir o esquecimento consciente imposto pelos historiadores locais aos saberes e fazeres das minorias, e “dar voz” aos areeiros embarcados do Jaguarão possibilitando que esta comunidade conheça a história destes profissionais que, como antes reportamos, “há quatro gerações” vem contribuindo para a viabilização das construções civis nesta cidade fronteiriça fornecendo o minério areia.

Nesta esteira, como não há registros escritos sobre tais atividades, propomos a realização de entrevistas através da História Oral. Oportunidade em que três “areeiros” foram entrevistados. Estes relataram as experiências do cotidiano das atividades extrativas realizadas, vivenciadas e testemunhadas por eles próprios, por seus descendentes e

ascendentes, durante o exercício da função do período em estudo. Logo, o testemunho oral desses profissionais, associado a outras fontes de pesquisa, teve grande valia para nossa investigação, onde pudemos “dar voz” aos mineradores que “ficaram e os que partiram”.

Outro ponto que considero de extrema relevância neste trabalho é o de demonstrar para os jaguarenses a valorosa colaboração desses profissionais para com este município. No sentido em que estes trabalhadores braçais contribuíram historicamente, e ainda o tem feito, para que Jaguarão pudesse fazer parte do conjunto dos municípios da República Federativa do Brasil que apresentam uma série de monumentos Arquitetônicos e Paisagísticos considerados Patrimônio Histórico Nacional⁷, reconhecidos pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1.1 Fundamentação teórica

Na década de 1990 nossos personagens passaram a sofrer uma série de distúrbios advindos do Poder Público⁸ em relação ao desempenho de suas atividades extrativas do mineral areia no leito do Rio Jaguarão. Para compreendermos de que maneira nossos mineradores embarcados tradicionais reagiram a essas pressões, ou seja, das normatizações do uso consciente do meio ambiente, e se mantiveram ativos no exercício das suas atividades mineradoras, é preciso compreender o resultado da interação entre os trabalhadores areeiros deste município com o seu ecossistema. Logo, o nosso trabalho se insere no campo da História Ambiental.

Nesta linha de pensamento nos utilizamos do ambientalista José Augusto Pádua (2002) onde cita que o historiador norte-americano, Donald Worster, “[...] defende que a história ambiental nasceu de um objetivo moral e envolta em uma rede de compromissos políticos, tornando-se mais autônoma e acadêmica com a sofisticação de seus interesses e de seus objetos. Sua principal meta veio a ser a compreensão de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como e com que resultados afetaram esse ambiente” (Pádua, 2002. p. 318).

⁷ O Dossiê elaborado nos anos de 2009 e 2010 culminou no tombamento como conjunto Histórico e paisagístico pelo IPHAN, instituído pela portaria nr 84, de 22 de junho de 2012. A partir de então há um reconhecimento oficial e de nível federal do valor histórico e cultural dos patrimônios culturais que Jaguarão possui (3 COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS) Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro

⁸ De acordo com José Soares Filho (2002,p.97): Tradicionalmente, ao Poder Público cabe promover e assegurar à coletividade geral sob sua administração bens e serviços indispensáveis à subsistência, à segurança, ao bem-estar e ao progresso material e espiritual. Ver mais em: Filho, José Soares. Serviço Público: conceito e privatização. Revista *Jus et Fides*. Ano 2, nr 1, julho 2002.

Igualmente, nossa pesquisa procurou compreender o resultado da ação da natureza em nossos personagens e vice-versa. Relação que passou a ser mediada pelo Estado através de normatizações que passaram a regulamentar as formas legais de se explorar os recursos naturais públicos em Jaguarão, de maneira a diminuir os impactos ecológicos desse uso.

Ainda para Worster, são três os níveis em que a História Ambiental atua: o primeiro trata da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; o segundo aborda o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com o ambiente; o terceiro enfoca as representações sociais relacionadas ao mundo natural. É fácil perceber que essas instâncias podem ser e na verdade são trabalhadas por outros cientistas sociais, como sociólogos, antropólogos e economistas” (Pádua, 2002. p. 318).

Desta sorte, nossa investigação utilizou documentos advindos das ciências biológicas, geográficas, jurídicas, sociais, entre outras, para que pudéssemos realizar uma investigação mais ampla e inclusiva, pois, Woster (1991) alude “[...] que a história ambiental deve ser vista não como uma redução, e sim como uma ampliação da análise histórica. Ela leva adiante o movimento, observado desde o final do século XIX, no sentido de expandir as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens. Um movimento que se manifestou na história econômica, na história social, na micro história etc.”(Woster, 1991, p.199).

Diante disso, analisarmos a História Ambiental, na perspectiva de Gabriel Picanço (2015), torna-se imprescindível, no sentido em que este autor deduz que:

A História Ambiental nos permite realizar uma passagem da história simplesmente política para um mergulho na experiência de vida das pessoas, abraçando a totalidade. Traz a natureza não humana para dentro da história, e posiciona os humanos como seres naturais que dialogam com outros em sua existência.

Conforme o entendimento de Picanço, a História Ambiental engloba o todo. Admite compreender o universo das ações humanas associadas com o ambiente em que elas são desenvolvidas, ou seja, para compreender a história das sociedades humanas é necessário compreender local, espaço geográfico, no qual elas desenvolvem suas atividades políticas, econômica, culturais e socioambientais. O resultado da fusão homem e meio ambiente é igual à história destes.

Para José Augusto Drummond (1991 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014) e Donald Worster (1991 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014) desde as origens, a história ambiental defendeu a proposta de um saber histórico interdisciplinar aberto para a diversificação de

fontes documentais e para a redefinição das escalas cronológicas e espaciais de análise. Neste sentido, a história dos trabalhadores areeiros manuais se desdobra em ações perpetradas por eles ao meio ambiente, o que causou modificações nos espaços ditos como naturais em face da exploração do minério, sendo necessário acessarmos estudos e pesquisas advindas de outras áreas do conhecimento para podermos compreender o impacto socioambiental que a extração de areia causa à comunidade jaguareense desde seus tempos mais remotos. Impactos ambientais que sem o aporte de outras áreas do conhecimento não seriam viabilizados.

Paulo Henrique Martinez (2005 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014, p.17-18) e José Augusto Pádua (2010 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014, p.17-18) nos dizem que “[...] outro tipo de influência que a história ambiental recebeu procede do ambientalismo e da crítica ao processo de degradação da natureza intensificada nas últimas décadas”. Esse processo é em grande parte resultado das políticas públicas que visam o crescimento econômico dos países com o custo dos recursos naturais, o que acabou por despertar a racionalidade ambiental, que segundo Henrique Leff (2006 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014, p.17-18) “é o produto inacabado de um conjunto de fatores que provocam novas relações entre as sociedades e o ambiente”. Para ele,

as experiências locais de interação entre os grupos humanos e ambiente natural, a história ambiental, pode oferecer importantes contribuições para a construção de historicidades de racionalidade ambiental, desde que ela reconheça que a percepção e o enfrentamento de problemas ambientais não é uma experiência homogênea e padronizada (LEFF, 2006 *apud* RÜCKERT; HARRES, 2014, p.17-18).

Assim perceberemos que os problemas de ordem ambiental ocorridos no município de Jaguarão têm muito a ver com a história da interação do homem com o ambiente natural. A partir disso, poderemos realizar um diagnóstico da degradação e agir em cima de determinada problemática. Entretanto, esse diagnóstico não pode ser tomado como padrão para outras localidades. Tendo em vista tais peculiaridades devem ser cuidadosamente analisadas para que se emita uma parecer de acordo com a sua especificidade. Isso se reveste na interação dos grupos humanos com os ambientes naturais levando em conta seus aspectos sociais, culturais e econômicos.

1.2 Conceitos

Acreditamos que desde que os seres humanos são concebidos necessitam da natureza para proverem seus viveres. Há uma situação de dependência entre eles. Nesta esteira, para

estudarmos os resultados dessas interações na área geográfica que compreende a cidade de Jaguarão, (especificamente o rio e sua orla) utilizaremos os seguintes conceitos, a saber:

- O de Degradação Ambiental, o qual nos será oportuno por nos permitir verificar a destruição, deterioração das matas ciliares da orla desse rio, uma vez que em uma conversa preliminar que tive com trabalhadores areeiros eles admitiram terem extraído areia das matas ciliares, mesmo sabendo que tal prática era proibida. Neste escopo, José de Jesus de Souza Lemos (2001 *apud* PINTO *et al.*, 2013, p.2-3), entende por Degradação do Ambiente: “a destruição, deterioração ou desgaste gerado a ele a partir das atividades econômicas e de aspectos populacionais e biológicos.” Assim, percebe-se um binômio prejudicial ao meio ambiente: degradação ambiental pela extração da areia (recurso natural não renovável) e pela destruição da mata ciliar⁹ (recurso natural renovável).

De outra banda, há também a benesse social dessa atividade que é o desassoreamento do rio pela extração em área permitida pelas licenças de extração emitidas pelos órgãos federais, estadual e municipal (meio do rio e em barras de pontal) e pelo fornecimento desse minério em construções civis desta cidade. Existe um menor custo para as construções e um maior custo à natureza, haja vista que esse recurso não é renovável, entretanto, o bem maior, nesse caso é o público, o social.

A seguir demonstraremos na figura uma Barra de Pontal em meio ao Rio Jaguarão, local em que são permitidas as extrações de areia. No centro da figura vemos um “banco de areia”. E próximo a este local que os mineradores embarcados manuais ancoram a embarcação para realizarem a extração. Em época de cheias do rio esses locais desaparecem, não sendo permitida a extração em outro local. Caso haja, ela será ilegal. Nos processos criminais e nas reportagens do jornal A Folha Regional de Jaguarão (Ed.09 de novembro de 2.000, p.7) e Zero Hora- Porto Alegre (Ed. de 28 de julho de 2000, p.34-39) [capítulo III] veremos os areeiros incursos em crimes ambientais por extração do minério às margens do rio. Local não autorizado pelo IBAMA, DNPM, e pela Secretaria Rural e do Meio Ambiente de Jaguarão. Isso a partir do final da década de 1990. (Explicaremos as necessidades das licenças Operacionais e ambientais de extração no capítulo II)

⁹ As Matas Ciliares são formações vegetais que se encontram associadas aos corpos de água, ao longo dos quais podem se estender por dezenas de metros a partir das margens e apresentar marcantes variações na composição da flora e na estrutura comunitária, dependendo das interações que se estabelecem entre o ecossistema aquático e o ambiente terrestre adjacente. São sistemas particularmente frágeis face aos impactos promovidos pelo homem, pois convivem com a dinâmica erosiva e de sedimentação dos cursos de água e alojam-se no fundo dos vales. Além disso, como o fundo dos vales comumente corresponde aos solos mais férteis de uma bacia, as matas ciliares são as mais propensas a serem derrubadas para fins agrícolas (CHAVES, 1999)

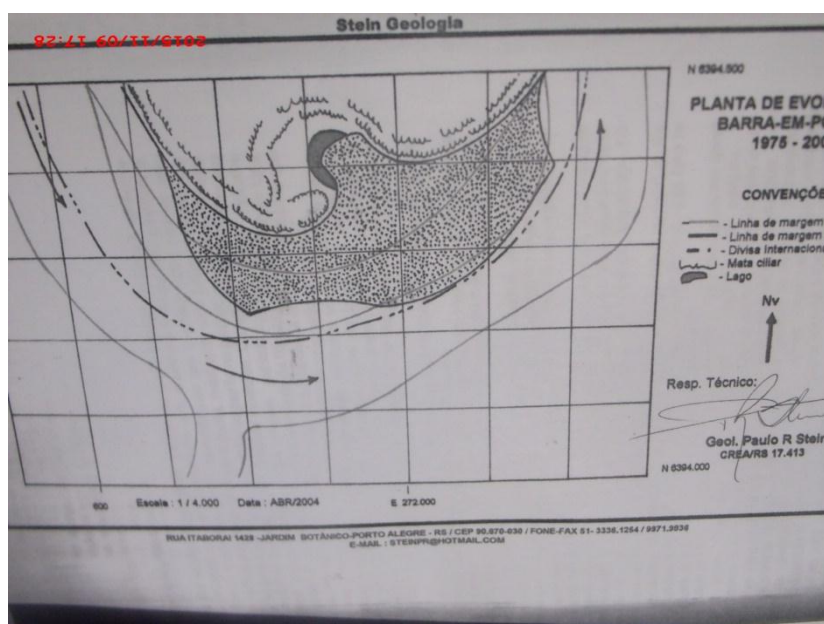


IMAGEM 01: PONTOS PERMITIDOS: BARRA DE PONTAL, FONTE: STEIN (2004).

O que se prima aqui é analisar impacto que a mineração vem causando ao longo do tempo ao ecossistema local, o que vai fazer com que o Poder Público¹⁰ advogue em favor do meio ambiente visando disciplinar estas práticas causadoras de degradação ambiental, mesmo sabendo que elas têm um fim social. Nisso, Rosane Balsan (2006 *apud* PINTO *et al.*, 2013, p.3) nos diz:

[...] o ser humano como agente modificador da paisagem natural possui responsabilidade pelos impactos causados no espaço ambiental. A questão dos impactos causados originados pela degradação ambiental é complexa e exige conhecimentos multidisciplinares por parte dos autores do manejo do solo ou de outros elementos naturais bem como daqueles que atuam nas políticas públicas.

Como vimos, com o tempo tornou-se necessário então que a União advogasse pela maneira correta de se explorar os recursos naturais, a fim de que se atendessem as necessidades locais de forma disciplinada visando a reduzir o impacto destruidor causado pelo mau uso desse bem natural.

Neste sentido o conceito de paisagem natural vem bem a calhar. De acordo com Rogerio Ribeiro de Oliveira e Carlos Engemann (2011), em *História da Paisagem e Paisagens sem História*, a Floresta Atlântica, tal como se conhece hoje, pode ser interpretada

¹⁰ Poder Público neste trabalho abarca todos os poderes que são próprios do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário.

como um documento histórico que potencialmente evidencia e descreve, em numerosos de seus atributos, a resultante da interação de seres humanos com o ecossistema.

Como os autores descrevem, a Floresta Atlântica pode ser utilizada como um documento por evidenciar e descrever atributos da interação do homem e a natureza. Igualmente o Rio Jaguarão, especialmente a sua orla, também nos permite conceber o resultado dessa interação. Ainda para Oliveira e Engemann (2011, p.10);

Paisagem natural é o produto das relações das populações com o seu ambiente, e que muitos pesquisadores ainda concebem os sistemas ecológicos como “naturais”, desconectados das atividades humanas que se passaram por diversas escalas de tempo. Há, portanto, de se incluir o legado da atividade humana como enfoque ecológico nas investigações sobre a paisagem e, portanto, não se limitar a interpretar a sua estrutura e funcionamento a partir de em ponto de vista exclusivamente “natural”

Diante do exposto, entendo que esse conceito é relevante para o meu trabalho por entender que a orla do Rio Jaguarão, bem como seu ecossistema foi ao longo do tempo modificado pela ocupação do homem nesse espaço. Assim como a área utilizada para a construção civil foi resultado desta ocupação, a área geográfica ao redor dela também sofreu seus reflexos. O que acabou por dar a configuração que se entende por natural ao analisar anacronicamente o território rural “natural” de Jaguarão. O qual, na realidade, vem se transformando com a intervenção do homem. O ambiente que se entende por natural de hoje será desconsiderado por gerações futuras, as quais entenderão por natural àquilo que veem e percebem.

Desta maneira, este conceito possibilitará que a comunidade jaguarense entenda que a ação humana contribuiu sobremaneira para a atual formatação do território espacial que compreende esta cidade. E, por conseguinte, influenciou significativamente na paisagem natural deste município, assim como também no seu ecossistema.

No que tange ao espaço ao redor do Rio Jaguarão, a ação do homem, através da extração de areia, tem contribuído significativamente, ao longo do tempo, para a alteração do meio ambiente deste local. Nesta esteira, acreditamos que os barqueiros areeiros, assim como também os primeiros habitantes deste território em estudo, foram e são agentes modificadores do meio ambiente por diversas gerações. Eles interagiram e interagem com a natureza, cujo produto final dessa é a modificação deste espaço.

Dado isso, o resultado das alterações naturais perpetradas pelo homem se resume em mecanismos criados por eles mesmos para frearem o processo de degradação do ambiente. O que acaba por culminar com remédios normativos para diminuir o processo de desnaturalização

do ecossistema, que por sua vez pode causar destruição da fauna e da flora alterando o equilíbrio ecológico de determinado espaço. E, que num mirante futuro, fará com que outras gerações olhem para o ambiente que se apresenta como natural, assim como os jaguarenses admitem as encostas e orlas do Rio Jaguarão. Fato que creio não se sustentar, haja vista a mineração de areia realizada ao leito deste rio por diversos empreendedores vem modificando sua identidade “natural”, ou seja, aquela que não havia sofrido perturbações humanas.

Nesta monta, Mariana Baggio Annibelli e Carlos Frederico Marés de Souza Filho (2006) colaboram com nosso trabalho, no sentido em que admitem que a mineração de areia cause impactos sócio-econômico-ambientais, negativos e positivos, porém afirmam ser necessária a proteção do bem socioambiental (o ser humano e ambiente em que vive). Neste artigo a autora demonstra que a legislação brasileira considera que os Recursos Minerais pertencem a União, cabendo a ela, mediante autorizações, conceder a terceiros o direito de minerar. Diz que a mineração de areia ocorre em Área Considerada de Preservação Permanente, Mata Ciliares, e que o Código Florestal e a Resolução 302/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)¹¹ consideram que as áreas de preservação permanente devem ficar intocadas, entretanto, a Resolução CONAMA¹² 369/2006 autoriza o uso em se tratando de mineração de areia por considerá-la de interesse social.

Segundo a autora, interesse social é o que a atividade extrativa que se realiza com fins de interesse público local (ANNIBELLI; SOUZA FILHO, 2006). O que tacitamente se comprova na atividade desempenhada pelos mineradores de areia embarcados. Estes profissionais além de desassorearem o Rio Jaguarão, não causam danos às matas ciliares, pois o trabalho que executam não os põe em contato com elas, (salvo se agirem de má fé e executarem extrações dos locais indevidos). O que não acontece com o método de extração com dragas, as quais degradam essa vegetação.

Assim, proponho-me a demonstrar que os Barqueiros Areeiros do Rio Jaguarão vem lutando para se manterem ativos nas suas atividades laborais desde a década de 90, sendo que fundaram em 1994 a primeira Sociedade da comunidade areeira para adequarem-se às normatizações ambientais vigentes. Isto com o intuito de darem continuidade aos seus ofícios, e procurarem ajustamento às disposições legais, onde se tornam uma instituição de pessoa

¹¹ RESOLUÇÃO CONAMA nr 302, de 20 de março de 2002. Publicada no DOU nr 90, de 13 de maio de 2002, Seção I, páginas 67-68. (Áreas Protegidas – Área de Preservação Permanente) Disponível em: www.mma.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298. Acesso em: 14 Dez 15.

¹² RESOLUÇÃO CONAMA nr 369, de 28 de março de 2006. Publicada no DOU nr 061, de 29 de março de 2006, Seção I, páginas 150-151. (Área Protegidas – Área de Preservação Permanente) Disponível em: www.mma.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489. Acesso em: 14 Dez 15.

jurídica que passa a responder pelos seus atos na esfera civil, criminal e administrativa. Neste escopo, necessitaram de conhecimento jurídico, administrativo e socioambiental para bem desenvolverem suas atividades laborais extrativas.

Eles, de certa forma, contribuem com a preservação do meio ambiente, propiciam a ele ações de equilíbrio ecológico, e à comunidade ribeirinha, diminuem o impacto que as enchentes causam pelo assoreamento do rio, e, ainda, foram e são indispensáveis na construção civil desta cidade, sendo, portanto, esta atividade de interesse social.

Feitas as considerações acima, Oliveira e Engemann (2011) abordam o conceito de população tradicional sobre diversos olhares. Entretanto, para esta monografia, adotamos a forma empírica que denominam este conceito. Na qual eles aduzem ser possível também identificar as populações tradicionais como aquelas que se baseiam no trabalho familiar. No sentido em que as populações que trabalhavam nas *plantation*, época do Brasil colonial, dispunham de um pequeno território para plantarem e proverem seus meios de subsistência. E que por isso acabaram formando povoados diferenciados culturalmente de outros povos, devendo ser reconhecidos pelas suas manifestações culturais.

Igualmente, acredito que a comunidade areeira de Jaguarão, ao longo do tempo, vem constituindo um grupo com características culturais não executadas por outros grupos de trabalhadores, mesmo em nível mundial, conforme referenciado Rogério Mambrum, quando diz: “Jaguarão é o único local do mundo que se extrai areia do fundo de um rio, manualmente, com a ferramenta pá de concha e a transporta em barcos para o porto” (Mambrum, 2015).

Estas técnicas de extração do minério são transmitidas entre seus familiares por quatro gerações. Assim, concebo a comunidade de areeiros de população tradicional de trabalhadores através dos olhares de Oliveira e Engemann (2011, p.16):

Embora existam opiniões conflitantes a este respeito, um aspecto específico dessas comunidades é a utilização das chamadas tecnologias de baixo impacto, como as de extrativismo, a pesca e a lavoura de pequena escala.

Ao falar de extrativismo incluímos nossa temática, pois areeiros extraem esse minério do rio com a ferramenta pá de concha manualmente e a transportam com um barco, hoje provido de motor. Anteriormente, a propulsão humana através da cana de bambu (taquara). Isso se dá “por quatro gerações”¹³.

Neste ato incide, conforme características lançadas por Oliveira e Engemann (2011), os conhecimentos dos recursos naturais, que se refletem na elaboração de estratégia de uso e

¹³ Ver laudo ambiental Stein Geologia (STEIN, 2004).

manejo, geralmente transferido de geração a geração. Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz politicamente, culturalmente, economicamente e socialmente.

Como a maioria destes trabalhos são concebidos como ofícios do mercado de trabalho informal, eles são desprovidos de registros documentais de qualquer modalidade tradicional de documentação. Assim, é de suma importância que se proceda ao registro destas atividades culturais através da memória das pessoas que viveram e vivem esse ofício. O que corroborou para que utilizássemos o conceito da História Oral, o de Memória.

O conceito de Memória foi utilizado com a finalidade de compreender fatos que ficaram de fora da história das atividades cotidianas destes profissionais e que ainda não foram documentados, como as relações deles com o ambiente, dos seus fazeres e saberes, onde nos debruçaremos na História Oral através do conceito de Memória utilizado por Jacques Le Goff (1994, p.423), que admite:

[...] a memória como sendo a propriedade de conservar certas informações, a qual se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou interpretadas como passadas

Assim, muitos dos trabalhadores areeiros, através do seu testemunho oral perceberam que são trabalhadores de suma relevância para este município. Sendo que, apesar de contribuírem para metamorfose das paisagens “naturais”, também desassorearam o rio e forneceram insumo base para a construção civil, o que acabou por propiciar um crescimento econômico atual para a cidade. Para Pierre Nora (1990 *apud* LE GOFF, 1994, p.423 *apud* BARREIRA, 1999, p.88):

[...] a memória coletiva é “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”, ou seja, como viveram e vivem seu passado, como constituíram sua memória coletiva e como esta memória lhes permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória, e ainda, encontrar no presente a sua identidade.

Por concordarmos com o excerto acima, acreditamos que uma das economias de Jaguarão está alocada no seu potencial turístico, na conservação dos belos casarios. Ou seja, os trabalhadores areeiros irão encontrar suas identidades como agentes históricos que contribuíram para que Jaguarão fosse uma cidade considerada patrimônio Histórico Material do Brasil¹⁴ (IPHAN, 2010).

¹⁴ O Dossiê (IPHAN, 2010) elaborado nos anos de 2009 e 2010 culminou no tombamento como conjunto Histórico e paisagístico pelo IPHAN, instituído pela portaria nr 84, de 22 de junho de 2012 (BRASIL, 2012).

Assim, o testemunho oral individual das lembranças dos areeiros embarcados permitiu que víssemos como eles trabalhavam, suas visões sobre essa atividade, bem como sobre as leis ambientais desde os tempos mais remotos da profissão. Segundo Luana Aparecida Matos Leal (2012, p.3), em Memória, rememoração e lembrança:

A memória individual não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.

Nesta ótica Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado (1998, p.14) vem a contribuir conosco, pois nos dizem que:

[...] o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos e processos que às vezes não tem como ser entendidos elucidados de outra forma: são depoimentos de loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos.

Neste sentido, a História Oral foi oportuna para refletirmos sobre as representações que os areeiros têm sobre si, de como foram e são tratados pela comunidade jaguareense ao longo da trajetória das suas atividades extrativas minerais neste município. Bem como, seus avanços e retrocessos.

Estes profissionais representaram suas lembranças no espaço e no tempo, onde se valeram de diversos monumentos, barcos deteriorados á beira rio, cais do porto, outros areeiros ainda desempenhando as mesmas funções e do mesmo modo, contos familiares, lembranças através de fotografias, músicas, ponte Mauá, locais que lembram união do grupo por melhorias nas condições de trabalho e respeito ao seu ofício, bem como atos de legalização da atividade.

Diante destas considerações, Fernando Catroga (2001, p.23), em Memória, História e Historiografia, nos diz que “a memória gera representações e se utiliza delas”. Este autor denominou de traço-vestígios, quando estes possuem para o sujeito certo simbolismo e representação, a memória é provocada, caso não exista tal atribuição de valores, não ocorrerá a retomada de lembranças. Segundo o autor:

[...] tais traços são inseparáveis da memória, dentre eles “linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos– e dos ritos que o reproduzem e transmitem; o que mostra que ela nunca se desenvolverá, no interior dos sujeitos, sem suportes

materiais, sociais e simbólicos de memórias (...) não somente a materialidade possui a capacidade de lembrar, mas também os próprios traços-vestígios inscritos na mente, como no caso dos hábitos, costumes e ritos transmitidos (CATROGA, 2001, p.23)

1.3 Metodologia

Nossa metodologia de pesquisa se utilizou da investigação em acervos do Jornal A Folha de Jaguarão; do Jornal Zero Hora, Porto Alegre- RS; de documentos e licenças de extração de areia emitidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais (DNPM, IBAMA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Jaguarão); Relatório de Monitoramento do Impacto Ambiental- STEIN, Geologia, 2004; Legislações ambientais do Brasil; Processos criminais; testemunhos orais dos mineradores areeiros embarcados manuais de Jaguarão e de um Policial Militar da Reserva Ativa da Brigada Militar. Desta sorte, procuramos realizar um estudo crítico e reflexivo através de todas essas fontes para emitir um parecer responsável e imparcial sobre a trajetória dos barqueiros areeiros do Rio Jaguarão, e as suas adaptações às normatizações ambientais. Passaremos a analisar como se deu a pesquisa metodológica, bem como o acesso e o trabalho com as fontes.

Anteriormente à década de 1990, a atividade de extração de areia embarcada manual era desprovida de registros escritos. No entanto, para compreendermos como se davam tais atividades nesse período utilizamos a História Oral em nossa pesquisa.

Sobre a História Oral, Freitas (2002) aponta que o uso da História Oral é tão antigo quanto à própria “História”, tendo em vista a forma que Heródoto a fazia.

Neste aspecto, Peter Burke aponta “[...] que a mudança da perspectiva no panorama do estudo da História ocorreu em virtude do movimento dos *Annales*, que começou a pesquisar temas a respeito do cotidiano e da mentalidade ocasionando uma “Revolução Francesa na historiografia” em que não eram somente os documentos escritos (oficiais) considerados como fontes. Relatos orais (História Oral) e os vestígios arqueológicos seriam sim a base para pesquisas historiográficas” (BURKE, 1997). Por concordarmos com Burke, todos os documentos em análise neste trabalho serão analisados, indiscriminadamente, quanto ao seu uso como fonte, tornando-os peças chave no documento ou refutáveis quando couber.

Sobre as questões subjetivas da pesquisa envolvendo História Oral, David (2013) a apresentou e analisou a perspectiva de Philippe Joutard (1996) em que a pesquisa em História Oral aponta para a existência de quatro gerações:

A primeira, advinda dos anos de 1950, buscava coligar material para a utilização futura dos historiadores. A segunda geração, datada do final dos anos 1960, passa a entender a História oral como outra História capaz de dar vozes aos excluídos, que passaram a narrar fatos de sua vida com o objetivo de demonstrar aquilo que os documentos escritos não descreviam, ou ainda, aquilo que a história tradicional não se preocupou em destacar. Nesta esteira, a História oral é vista como disciplina, com suas próprias regras e cientificidade. Já nos anos de 1970, uma terceira geração passa a compreender a História oral como um meio de estudar as classes populares, uma metodologia de pesquisa histórica. Por fim, a quarta geração teve seu advento nos anos de 1990, influenciada por movimentos pós-modernistas e com foco na valorização da subjetividade como consequência e, até mesmo, finalidade da História oral. (DAVID, 2013, p. 18)

Nossa pesquisa está alicerçada na segunda e na terceira geração, pois, nos propusemos a “dar voz” aos excluídos da história local. Isso não significa dizer que a história de vida “vinda de baixo” é a democrática e, em oposição à história das elites. O que queremos é demonstrar o esquecimento consciente imposto pelos historiadores locais tradicionais e dar vida às manifestações socioculturais dos nossos personagens através da História Oral.

Conforme Carla Bassanezi Pinski (2010) “A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”. (PINSKI, 2010, p. 164). Neste sentido, o testemunho oral após ter sido transcrito, problematizado e analisado em conjunto com as informações que tivemos de outros documentos que retro mencionamos, nos possibilitou refletir sobre a história de vida desses mineradores manuais, e o porquê chegam até o cais do porto de Jaguarão, nas primeiras horas da manhã, sob baixas e altas temperaturas para trabalhar. Couberam-nos as perguntas: - Seriam necessidades de sobrevivência ou questões de cunho tradicionais que os levavam a isso? Desvio de condutas legais no exercício da atividade? E, ainda, seriam as funções transmitidas entre familiares ao longo da trajetória dos mineradores tradicionais?

Diante de um grupo de dez trabalhadores optamos por entrevistar três deles. Isto pelo tempo e pelo cuidadoso trabalho que requer a análise dos testemunhos orais, que vai desde a gravação até a transcrição, reflexão e análise crítica do documento.

Os entrevistados foram escolhidos da seguinte maneira:

- Primeira opção: Entrevistado que trabalhou como barqueiro areeiro a partir dos anos 1960;
- Segunda opção: Ter sido minerador entre os anos de 1990 a 2004;

- Terceira opção: ser integrante da Sociedade por Quotas Rio Jaguarão Mineração Ltda. Assim, os entrevistados que se encaixaram nesse perfil foram os seguintes: Degaule Teixeira, Wilson Santana e Rogério Mambrüm, respectivamente¹⁵.

Além destes mineradores tradicionais, manuais, entrevistamos um Policial Militar que trabalhou em Jaguarão desde o final dos anos 60 até 1988. Trata-se de Rui Porto Barcellos, o qual contribuiu para que pudéssemos analisar como se davam as relações de fiscalização sobre a mineração embarcada manual em apoio aos outros órgãos, tais como Marinha do Brasil, IBAMA e FEPAM.

De acordo com nossas necessidades de pesquisa, às fontes orais, confeccionamos um questionário com trinta e oito (38) questões (Anexo: Apêndice “E”).

O testemunho oral confrontado com os documentos escritos, com o ambiente natural, que analisaremos durante nosso trabalho, levou-nos a uma reflexão crítica sobre o nosso problema de pesquisa, onde pudemos confrontar as fontes orais com os outros documentos referenciados. Isso nos possibilitou a investigação cuidadosa sobre o que teria acontecido com a comunidade areeira durante o período pesquisado. Tais cuidados que devemos tomar ao lidar com documentos orais (fontes orais) entre outras, encontram respaldo na advertência que Marc Bloch (2001) nos faz: “Que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. [...] Do mesmo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (BLOCH, 2001, p. 89). Diante dessa advertência, deduzimos que ao trabalharmos com todo e qualquer documento temos de tomar cuidados e realizar uma leitura crítica deles.

Seguindo a sugestão de crítica aos documentos, Bloch (2001) demonstra que até mesmo na Idade Média foram constatadas alterações, falsificações, de documentos, sendo que para o historiador tudo é passível de ser questionado.

Uma experiência, quase tão velha como a humanidade, nos ensinou que mais de um texto se diz de uma outra época do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também, podem ser falsificados”. . “A dúvida foi [frequentemente] como um reflexo natural de defesa” (BLOCH, 2001, p. 89)

Diante disso, adotamos reflexões acerca das nossas fontes, confrontando-as, fazendo-lhes perguntas, para que através de uma análise reflexiva, como já referenciamos, obtivéssemos um parecer sólido para com o nosso objeto de pesquisa. Segundo Bloch (2011,

¹⁵ Todos os entrevistados assinaram seus testemunhos orais, os quais se encontram em anexo a este trabalho nos apêndices “a, b, c, d”.

p. 8) “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interroga-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um monumento afastado”.

Em relação às dúvidas que tivemos ao apreciarmos os documentos, acorremos a Bloch, onde argui que: “O verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida tornou-se, como dizia Volney, “examinadora”; em que regras [objetivas] em outros termos foram pouco a pouco elaboradas, as quais entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem” (BLOCH, 2001, p. 90). Logo, todas as fontes serviram para que pudéssemos constituir a trajetória destes trabalhadores, sendo descartado o que não fosse passível de comprovação. Conforme Garrido, “É necessário, pois, trabalhar com os dois registros, sem que isto signifique que sejam complementares. Para ele, há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite se que sejam colocadas “(GARRIDO, 1993, p. 39-40) Segundo Jan Vasina, a fonte oral não substitui a fonte escrita, mas completa e vice-versa (GARRIDO, 1993, Apud PRINS, 1992, p. 194-195)

Assim, para que pudéssemos concluir nosso parecer sobre a trajetória dos barqueiros areeiros e as suas adaptações às normatizações ambientais realizamos um estudo pormenorizado com todas as fontes que dispúnhamos. Não desconsideramos nenhum dos documentos. Todos tiveram o mesmo peso considerando as peculiaridades do nosso objeto de pesquisa que envolveu questões de cunho ambiental, oral e documentos escritos.

Dentre as formas de realização de entrevista, optamos pela maneira qualitativa, onde pudemos realizar as gravações em um telefone celular “Gravador” e transcrevê-las. Bloch (2011) aponta que o fazer História conta também com a metodologia da História Oral, que apresenta novas dimensões ao debate historiográfico, trazendo à tona uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o estudo do tempo presente e baseada na voz de testemunhas.

Contudo, as entrevistas foram realizadas com o máximo cuidado possível para que os relatos fossem analisados com a maior fidelidade aos fatos. Isso para não incorrer em falsas declarações dos entrevistados. Tais como omissões de fatos que não considerem relevantes para as funções que executaram, ou para se auto afirmarem dentre das funções dos mineradores embarcados.

O cuidado que tivemos, conforme mencionei acima, encontra embasamento na advertência que Catroga (2001, p.31) nos faz, onde aduz que: “[...] as memórias dão provável busca pela continuidade do eu, onde geralmente o sujeito esquece ou omite certos fatos, para

manter, conservar ou justificar o seu eu atual.” Ou seja, o indivíduo declara sobre si o que sustenta ser naquele ou para aquele momento, bem como as qualidades ideais de que é eivada a sua pessoa. Os dados que desqualificam essa identidade, obviamente, ficam excluídos das suas declarações. Nesta perspectiva, este mesmo autor sugere a “[...] existência tanto de futuros para o presente, como, numa atitude justiceira, de futuros para o passado” que (CATROGA, 2001, p.31). Assim, dependendo do que se pretende com uma pesquisa sobre testemunhos orais, poderemos chegar a vários resultados para um mesmo momento da história. O que depende é o posicionamento do entrevistado e das perguntas que o entrevistando faz a este. Entretanto, Alessandro Portelli nos diz que, “[...] até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade” (PORTELLI, 1997, p.25). Assim, através de declarações onde estão explícitos devaneios e fatos não comprováveis poderemos encontrar verdades. “Um dos entrevistados neste trabalho nos diz que:” Jaguarão é o único lugar no mundo em que se realiza a extração manual de areira em embarcações”. Seria um devaneio? Mentira? Nossa pesquisa não logrou o êxito na veracidade dessa informação. Entretanto, mesmo que não fosse o único local do mundo, poderia ser a única cidade do Brasil, ou do Rio Grande do Sul. O “devaneio” se admitiria nesse caso como verdade, pois, coube-nos a pergunta: qual a noção de mundo do entrevistado?

Diante disso, de acordo com as entrevistas que realizei com estes profissionais e seus familiares, tornei-os parte da historiografia local, onde o trabalho dessas pessoas, certamente, passará a ser visto por outros olhares, convidando os jaguarenses a refletirem sobre o conjunto de cidadãos que contribuíram para com o patrimônio histórico material desta cidade.

1.4 Desenvolvimento

No primeiro capítulo faremos um breve “histórico sobre as legislações de proteção ao meio ambiente no Brasil e a responsabilidade solidária dos Estados e municípios para com os recursos naturais”. Neste capítulo realizaremos a análise do comportamento deste país face às organizações mundiais que passaram a agir em defesa do uso consciente dos recursos naturais, e como essas políticas passaram a integrar a pauta dos governos militares a partir do ano de 1964, os quais foram responsáveis por uma série de medidas econômicas que objetivavam a implementação da indústria bens duráveis, de substituição das importações, a custo dos recursos naturais.

Ainda neste capítulo veremos “um breve histórico sobre as políticas ambientais no Rio Grande do Sul”. Estado em que as lutas contra uso inconsciente dos recursos naturais tiveram início a partir da década de 1930, cujo um dos principais ativistas foi Henrique Luiz Roessler, fundador da primeira entidade civil de defesa ambiental no Estado. Roessler foi um dos mais importantes divulgadores de proteção à natureza até o ano 1960; que no decorrer das décadas de 1960 e 1980 (período dos Governos Militares) a construção civil do Brasil e de Jaguarão ganhou fôlego com a construção de residências, como por exemplo: a edificação de casas populares no Bairro Kennedy para alojar os moradores do “Cerro da Enfermaria” (ROSA, 2015, p.20). Este período também será responsável por uma série de alterações no ambiente de trabalho dos mineradores areeiros embarcados manuais, os quais terão de realizar uma série de investimentos para atenderem o mercado promissor e também às normatizações ambientais que ganhavam força no país.

No segundo capítulo passaremos a analisar a História Ambiental de Jaguarão, onde procuraremos demonstrar que o atual território do município vem sofrendo modificações em seu ambiente paisagístico natural desde o período pré-colonial. Período em que os povos nativos causavam uma diminuta alteração no meio ambiente, mas que ele podia se regenerar. O que passou a não ser mais possível a partir do século XVIII e XIX com a instalação das guardas militares portuguesas e espanholas. Estas, como o objetivo de guarnecer os espaços “conquistados”, passaram a afixar pontos estratégicos nesta localidade causando uma série de alterações ao ambiente natural de maneira que ele próprio não conseguiria mais prover sua recuperação.

Seguindo nossos estudos veremos que com a introdução das guardas militares, povoado, vila e município, gradativamente, os espaços naturais foram sendo ocupados, degradados, e que a natureza servia de “prato cheio” para o projeto de construções civis, bem como serviam de fonte de víveres para as populações que se aumentavam; que integrando o cotidiano dessas populações estavam o comércio advindo das navegações realizadas pelo Jaguarão, o trabalho escravo, de mercadorias, a agricultura, a pecuária, bem como as doenças que eram motivo de preocupações das autoridades constituídas no local; que as construções civis e a agricultura se quer respeitaram as regiões de banhados.

O capítulo Três tratará das “memórias dos mineradores areeiros embarcados e as suas adaptações às normatizações ambientais” (1960-2004). Através de testemunhos orais e de documentos, tais como: licenças de concessão de extração de areia e área de mineração, formação de Sociedades por Quotas, jornais A Folha, Zero Hora, processos judiciais envolvendo esses trabalhadores, procuraremos demonstrar como esses profissionais se

adequaram as demandas políticas, econômicas, culturais e socioambientais que lhes foram imputadas pelo poder público no recorte temporal que nos propusemos nesta pesquisa.

Assim, procurarei demonstrar que essa atividade extrativa mineral causou e causa impactos de ordem econômica, política e socioambiental à comunidade jaguarense. Comunidade que precisa reconhecer a trajetória destes trabalhadores os quais, ao desempenharem suas atividades, contribuíram, e ainda assim o fazem, para a construção do Patrimônio Material de Jaguarão. A música de Hélio Ramirez¹⁶, Barqueiros do meu Rio Jaguarão, já demonstra a importância dessas pessoas para a construção civil do nosso município: *“Teu suor está plantado em cada casa desse chão”*..

Após a realização da análise das fontes documentais e testemunhais faremos as nossas considerações finais onde demonstraremos que os trabalhadores areeiros são de relevante importância para a história ambiental e patrimonial do município de Jaguarão, e que o poder público local deveria no mínimo desenvolver políticas públicas para que no mínimo estes trabalhadores pudessem ter direito a assistência social(benefício previdenciário) na época das cheias. Este é o período no qual a natureza é agredida pelas suas ações, pois não podem extrair areia do local permitido e acabam tirando da orla do rio, incorrendo em crimes ambientais.

¹⁶ Segundo o blog de Hélio Ramirez, quando fez a música do Barqueiro do meu Jaguarão, tinha como norte as letras de Don Ata. E a música? Para o desgosto dos puristas foi buscar num ritmo bem nordestino: o baião do velho lua. Quando ganhou um festival em Jaguarão com essa música, não existiam os últimos versos, que dão a tônica a ela.Colocam o lado mais social. Tempos depois conseguiu fazer homenagem à essas pessoas simples-esquecidas. São eles:” Teu suor está plantado/ em cada casa desse chão/mas se a paga foi pouca,/o esquecimento não. Barqueiro do meu Rio Jaguarão: Letra & música: Hélio Ramirez, 2010. (RAMIREZ, 2011).

2 O HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL, E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA COM OS RECURSOS NATURAIS.

A degradação ambiental não é um processo recente no planeta, pois, desde que o primeiro homem se utilizou da natureza para prover as suas necessidades básicas, ele já alterava o meio ambiente. Entretanto, este conseguia se regenerar. Contudo, nas últimas décadas do século XX houve uma crescente busca de desenvolvimento econômico às custas da natureza. Esse desenvolvimento passou a se utilizar dos recursos naturais de maneira que ele não consegue se regenerar por meios próprios.

É neste sentido que Ely Bergo de Carvalho e Eunice Sueli Nodari (2002 *apud* ROSSI; NODARI, 2014) nos dizem que a história ambiental despontou junto às preocupações com o meio ambiente no âmbito da luta social e da crise ambiental, na década de 1970, no meio acadêmico norte-americano, buscando entender a história do ponto de vista dessa geração em que tais temas são urgentes.

No Brasil as políticas públicas de controle das ações humanas no uso e desuso dos recursos naturais tiveram início, segundo Liszt Vieira e Renato Cader (2015)¹⁷, na década de trinta, onde se iniciava no Brasil um período de consolidação de investimentos públicos e privados em grandes obras de infraestrutura. Nessa época não se falava em desenvolvimento sustentável, porém, já havia uma vertente de política ambiental orientada apenas para a preservação. O exemplo disso, em Jaguarão, na esfera pública, consolidava-se a construção da Ponte Internacional Barão de Mauá¹⁸, a qual, segundo Alice Leoti (2014) situada sobre o rio Jaguarão foi construída no início do século XX entre os anos de 1927 a 1930, para unificar Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai), resultado de um acordo assinado em 1918 entre os dois países, quando se estabeleceu que a ponte seria edificada com a finalidade de liquidar uma dívida oriunda da Guerra Grande de Oribe e Rosas, 1851, que o país platino possuía com o Brasil.

Contudo, esse pensamento em favor às questões ambientais em decorrência da aceleração do uso dos recursos naturais no modelo de desenvolvimento contribuíram para a elaboração do Primeiro Código Florestal Brasileiro, instituído pelo decreto 23793/1934, onde

¹⁷ Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Doutor em Sociologia pelo IUPERJ e Gestor Governamental do Ministério do Planejamento, Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade da UNICAMP, respectivamente.

¹⁸ Ver mais em: SILVA, 2014.

eram definidas as bases de proteção dos ecossistemas e para a regulação da exploração dos recursos madeireiros. Entretanto, a política preservacionista foi colocada em segundo plano nas décadas de 40 e 50 quando foram concentrados esforços na industrialização e no desenvolvimento acelerado (VIEIRA; CADER, 2015). Assim, observamos que houve uma parceria pública privada na intenção de preservação do meio ambiente. A recuperação dos locais explorados não pautava as ações realizadas nesta primeira atividade em prol do uso consciente dos recursos naturais.

Rogéria Fernandes Albretch e Maria Lourdes Blattes Ohira (2000 *apud* DIGIOVANI, 2011) aduzem que nas décadas de 1950 e 1960 se observou uma enorme ampliação da capacidade de produzir alterações nos ambientes naturais, especialmente, nos países desenvolvidos, impulsionados pelos avanços tecnológicos. As influências desse avanço foram sentidas na década seguinte.

No Brasil, na década de 1960, conforme Vieira e Cader (2015) a preocupação com o meio ambiente foi institucionalizada com a aprovação da Lei nr 4.771 (BRASIL. LEI Nº 4.771, 1965), de 15 de setembro de 1965, a qual instituía o Novo Código Florestal Brasileiro, que visava, sobretudo à conservação dos recursos florestais, criando novas tipologias de áreas protegidas como as Áreas de Preservação Permanente (APP)¹⁹, que permaneciam intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais; e a reserva legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção.

Posteriormente, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)²⁰, que tinha a missão de formular a política florestal no país e adotar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis.

Entretanto, o Brasil conheceu nessa década o período da Ditadura civil-militar em que foram implementadas políticas públicas para o desenvolvimento econômico do país. Para Enrique Serra Padrós e Ananda Simões Fernandes (2009, p.46-47) o período econômico apresentou algumas características:

¹⁹ Área de Preservação Permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; Vide mais em: BRASIL (LEI Nº 12.651, 2012, art. 3º).

²⁰ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado pelo Decreto Lei nr 289, de 28 de fevereiro de 1967. O IBDF era um dos órgãos que trabalhava a área ambiental e encarregado dos assuntos pertinentes e relativos a florestas e afins. Foi criado com uma megaestrutura. Era vinculado ao Ministério da Agricultura. A atuação deste órgão era reduzida a ilhas dentro da sua estrutura. Foi criado para dar incentivos fiscais e fomentar o desenvolvimento econômico. Ver mais em: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>. Acesso em: 11 Dez 2015.

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos.

Desta forma, os anos de 1968 a 1974 foram denominados pela expressão “Milagre Econômico”. Anteriormente a economia do país era agrária, cuja mão de obra dos trabalhadores percebia remuneração baixa. Esse aspecto agrário econômico do país com as novas medidas econômicas acabou por sofrer mudanças. O Brasil passaria a incentivar a indústria de bens duráveis. O que acabou por atrair capitais estrangeiros, os quais se aproveitaram das benesses ofertadas pelo governo, como isenção de impostos, empréstimos a baixos juros, ofertas de áreas (terrenos) para a construção de indústrias, e acima de tudo, mão de obra a baixo custo. Estes capitais aproveitaram-se do momento e passaram a explorar as novas oportunidades que lhes eram ofertadas.

Assim, podemos perceber que ao passo que o governo militar incentivava o desenvolvimento do país também incentivava a exploração dos recursos naturais. Reduzir custos de operacionalização das empresas para atrair acúmulo de capital ao custo do meio ambiente e também dos trabalhadores. Tudo isso apoiado pela mão repressora do Estado. Acreditamos que essas políticas econômicas visavam o capital externo, estavam voltadas para ele, e não para o desenvolvimento interno, e acima de tudo a população carecia de políticas públicas voltadas para o social. O meio ambiente, os recursos naturais, também foram vítimas desse período. Era a instituição do “desenvolvimento sustentável”, na realidade um discurso oficial para explorar os recursos naturais de maneira “consciente”.

Contudo, cabe-nos a pergunta de como estaria o município de Jaguarão em relação as políticas públicas desenvolvimentistas no período da ditadura Civil-Militar? Alzemiرو Gonçaves Rosa (2015) nos diz que foi no período entre 1967 a 1980 que as famílias que moravam em áreas de vulnerabilidade social, como as do cerro da Pólvora, entre outras, foram realocadas para residências populares, as quais foram construídas no prolongamento da Rua Júlio de Castilhos, hoje atual Bairro Kennedy.

Ao tangível de Jaguarão, mais especificamente no Cerro da Pólvora, as primeiras iniciativas de realocação dos moradores desta localidade ocorreram quando a Prefeitura Municipal decidiu alojar oito famílias que moravam em áreas de risco

(expostas às explosões da pedreira do Cerro) em um prolongamento na Rua Júlio de Castilhos (ROSA, 2015 p.34).

Posteriormente, mais 229 residências populares seriam construídas naquela área pelo governo militar, o qual financiava estas construções através de órgãos governamentais que forneciam crédito para os interessados que comprovassem renda. Estas residências integravam o montante de 749.911 habitações construídas no Brasil durante este período pela iniciativa governamental (ROSA, 2015).

Como pudemos ver, a área geográfica do município de Jaguarão estava sim integrada ao período desenvolvimentista do governo militar. Isto significa que mais áreas estavam sendo desmatadas para construções, o rio Jaguarão estava cada vez mais sendo poluído pelo esgoto que até os dias atuais não é tratado, que o solo passava a ser explorado de diversas maneiras com a degradação da vegetação pela exploração e avanços do empreendimento das pedreiras que eram utilizadas nas construções destas residências, que a areia do rio Jaguarão passou a ser, também, utilizada em larga escala para atender essa nova demanda. Era o “Progresso”. Obviamente, muitas famílias foram beneficiadas com este programa, entretanto, o que não se mediu ainda foram os impactos ambientais desse período em Jaguarão.

É a transformação das paisagens naturais do município em detrimento das funções básicas do governo sem a proteção do seu ecossistema. Contudo, percebe-se que o controle do uso e desuso dos recursos naturais, renováveis ou não, não estava na pauta das autoridades jaguarenses, por exemplo, na questão de ainda não estar tratando o seu esgoto e o jogando no seu rio homônimo. Isto se comprova pela veiculação da notícia no Jornal A Folha de Jaguarão que aludia que o Banho no Rio Jaguarão estava proibido devido a contaminação:

Após várias análises realizadas nas águas do rio Jaguarão e Lagoa Mirim, ficou comprovado um grau elevado de contaminação, principalmente nas amostras extraídas da praia do (Remanso), situada ao lado da alfândega uruguaia, em frente ao Clube Artigas e outras localidades(...) com a finalidade de solucionar o problema, ocasionado aparentemente por deficiência de saneamento, e falta de tratamento do esgoto, sendo que o resultado dos estudos feitos em Rio Branco mostram a aparição de materiais fecais parcial e total (A FOLHA REGIONAL, 04 FEV 2000, p.7).

Assim como em Jaguarão, no Brasil, e em outros países aumentavam a utilização dos recursos naturais de forma desenfreada para atenderem as demandas industriais de bens duráveis, sendo que no ano 1972, frente à necessidade de se administrar o desenvolvimento econômico mundial, objeto de degradação ambiental, surge a primeira tentativa de regulamentar a agressão à natureza frente a esse desenvolvimento. Foi organizada a Conferência Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada na cidade de

Estocolmo, Suécia. Este evento foi liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta conferência tratou o debate das temáticas de “Desenvolvimento Zero” e do “Desenvolvimento a Qualquer Preço”, ideias defendidas pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde o Brasil, segundo Vieira e Cader (2015) advogava que o melhor instrumento para combater a poluição era o desenvolvimento econômico e social, o que de fato era discurso das autoridades e não objeto, pois o desenvolvimentismo, como vimos, estava eivado de exclusão social e também do uso desenfreado do meio ambiente. Das considerações acerca desse debate, surgiram as diretrizes que viriam a se tornar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1973, o Brasil cria a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, orientada para a conservação do Meio Ambiente e uso racional dos recursos naturais, passando a dividir funções com o IBDF (VIEIRA; CADER, 2015).

Nessa época ganhavam forças as visões do eco desenvolvimento que já defendia a conciliação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais no desenvolvimento. Essa visão começa a ser internalizada na política ambiental brasileira com a promulgação da lei nr 6938/81, que institui a política nacional do meio ambiente. A qual passa a utilizar como instrumento de planejamento do desenvolvimento dos territórios o Zoneamento Econômico e Ecológico e como um dos instrumentos de política ambiental a “avaliação dos impactos ambientais”. Além disso, cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o CONAMA, que passam a ser os principais instrumentos de uma política ambiental orientada para ações descentralizadas (VIEIRA; CADER, 2015). Logo, as atividades causadoras de degradação ambiental passaram a depender do prévio licenciamento do órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A Lei acima referenciada criou a obrigação do Licenciamento e a resolução Nº 1/1986 do CONAMA citava as atividades que precisavam elaborar o Estudo de Impacto Ambiental (RIMA).

2.2 Breve históricos das políticas ambientais no estado do Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na página do Sítio da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a FEPAM é a responsável pelo Licenciamento ambiental. Ela foi instituída pela Lei 9.077 de 4 de junho de 1990, e implantada em 4 de dezembro de 1991, tendo suas origens na Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul (criada na década de 70) e no antigo Departamento de Meio Ambiente

(DMA)- da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (hoje, Secretaria Estadual da Saúde). A partir de 1999, a FEPAM passou a ser vinculada à SEMA (FEPAM, s. d.).

A licença ambiental é um instrumento para proteção dos ecossistemas e melhoria da qualidade ambiental, consistindo na obrigação de prévia autorização dos órgãos ambientais para a implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras (na prática, as principais atividades econômicas e sociais dependem hoje de licenciamento). O licenciamento não é apenas a emissão de um documento, mas uma série de atividades complexas que abrange, entre outros, a análise técnica preliminar, a abertura de espaços e promoção do debate público e a fiscalização posterior do atendimento aos termos da licença ambiental (FEPAM, s. d.).

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental é um dos órgãos executivos do Sistema Estadual de Proteção do Ambiente (SISEPRA), Lei 10.330, de 27/12/1994, que, a partir de 1999, passou a ser coordenado pela SEMA (Lei 11632, de 29/07/1999). O SISEPRA prevê a ação integrada dos órgãos ambientais do Estado em articulação com o trabalho dos Municípios.

No Estado do Rio Grande do Sul, os Municípios são responsáveis pelo Licenciamento ambiental das atividades de impacto local (Código Estadual de Meio Ambiente, Lei 11520/00). A definição destas atividades e o regramento do processo de descentralização do licenciamento foi estabelecido pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Além da operação do Licenciamento Ambiental das atividades de impacto supralocal, as principais atividades da FEPAM são a aplicação da Legislação Ambiental e fiscalização em conjunto com os demais órgãos do SEMA, bem como realizar as ações de Diagnóstico e Planejamento, para que a ação do SISEPRA, a avaliação das mudanças ambientais e o licenciamento ambiental de atividades individuais sejam vistos dentro do marco de diretrizes regionais e da capacidade suporte do ambiente;

Entretanto, de acordo com Elenita Pereira, Fabiano Quadros Rückert e Neli Galarce Machado (2014, p.16)

A crítica ambiental brasileira tem origem em autores do século XVIII, como José Bonifácio de Andrada e Silva (PÀDUA, 2002). No Rio Grande do Sul, Henrique Luiz Roessler, fundador da primeira entidade civil de defesa ambiental no Estado, foi um dos mais importantes divulgadores de proteção à natureza nos anos de 1930 e 1960 (PEREIRA, 2003). No jornal Correio do Povo, em Porto Alegre, Roessler publicou mais de 300 textos sobre as problemáticas ambientais do seu tempo, num projeto pioneiro de crítica ambiental (PRADO, 2011). Já nos anos 1970, ampliou-se no Estado com a criação da AGAPAN Porto Alegre, em 1971, sob a liderança de Lutzenberger. No Vale dos Sinos, foram fundadas a AGAPAN – NL em São Leopoldo também em 1971 e o Movimento Roessler em 1978, cujos trabalhos foram

resultado de uma construção de meios de exposição e discussão pública dos problemas ambientais²¹.

Os autores nos demonstram que as críticas dos estudiosos às políticas brasileiras em razão do uso inconsciente do meio ambiente vinham sendo processadas desde o período colonial, século XVIII, e que no Estado do Rio Grande do Sul elas começam a ser disseminadas a partir de 1930. Assim, a sociedade gaúcha se organizou, e através da imprensa começou a divulgar textos sobre as temáticas do meio ambiente, o que vai colaborar para despertar um olhar crítico nos seus leitores. Estes, por sua vez, a par das ideias despertam-se para a necessidade de proteção dos recursos naturais passando a criar entidades protetoras dos mesmos, entre elas a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural no governo Estadual políticas públicas em razão do uso sustentável destes bens naturais, face ao período de desenvolvimento econômico implantado no Brasil a partir dos anos de 1968 a 1972(durante a ditadura-civil militar), à custa dos recursos naturais com a inserção e fomentação de empreendimentos, pelo governo federal militar, que produzissem bens duráveis visando diminuir importações e fortalecimento da economia, bem como a atração de capitais financeiros para o país, cujo principal financiador desse “crescimento” foi os Estados Unidos da América.

A partir das considerações acerca da exploração sustentável dos recursos naturais no Brasil e no Rio Grande do Sul surge a necessidade de investigar a história ambiental de Jaguarão. Isso é que nos proporemos no próximo capítulo.

²¹ AGAPAN foi fundada em 1971, sendo um dos seus fundadores o ambientalista José Lutzemberguer, o qual era engenheiro agrônomo na BASF atuando como seu executivo em países diferentes no período 13 anos (1957 a 1970). Lutzemberguer se tornou um dos mais ferrenhos opositores do uso de fertilizantes e agrotóxicos no Brasil (PEREIRA; RUCKERT; MACHADO, 2014, p.139).

3 A HISTÓRIA AMBIENTAL DE JAGUARÃO

Do período pré-colonial até meados XXI, o atual território do município de Jaguarão vem sofrendo constantes mudanças nos seus aspectos paisagísticos, ou seja, na alteração do seu ambiente natural. Neste sentido, pretendemos fazer uma síntese dessas alterações, com o intuito de demonstrarmos o relacionamento do homem com o meio ambiente nesta área de fronteira, Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai).

Nesta localidade viviam povos nativos da Tradição Umbu e, posteriormente, com a evolução destes em seus aspectos culturais, os da tradição vieira, que usufruíam dos recursos naturais. Estes eram caçador-pescadores e coletores nômades de paisagens abertas. De a evolução destes povos, tornaram-se ceramistas nômades da zona pampiana. Os seus vestígios, potes barro cozido, são identificados como Tradição Vieira. Conforme Claudio Corrêa Pereira (2008, p.9)

Uma nação viveu, por milhares de anos, nos campos, banhados e várzeas dos rios e lagoas da região do Pampa, no que hoje é o extremo sul do Rio Grande do Sul e nordeste da República Oriental do Uruguai, região da Bacia da Lagoa Mirim, pontas do Rio Negro, baixo Camaquã e área adjacentes, em uma época que não existia população colonizadora nem esta fronteira.(...)Com a chegada dos colonizadores, seus descendentes passariam a ser chamados de Minuanos pelos espanhóis e portugueses ou Guenoas pelos Jesuítas.

Ao pensarmos no relacionamento destes com a natureza é obvio que de algum modo eles alteraram esta paisagem, ou seja, através da caça, da pesca, do cultivo de plantas, da domesticação de animais, de queimadas, da realização das suas necessidades fisiológicas, do estabelecimento de abrigos contra as intempéries naturais, entre outras. Conforme Hélio Ramirez Farias (2007), nesta seara mesopotâmica a vida dos povos autóctones era facilitada pela fartura de peixes e vários tipos de caça e da coleta de frutos. No que tange a Bacia do Rio Jaguarão, nos diz

[...] que o rio Jaguarão é o principal curso de água da bacia de mesmo nome, nasce numa região muito especial: a Serra da Santa Tecla, na coxilha das tunas ou do Arbolito (município de Hulha Negra). O Rio Jaguarão possui 208 Km de extensão. A Serra da Santa Tecla forma um divisor de águas. Por um lado temos o Rio Negro, que ao entrar no vizinho país uruguaio, cortará o território oriental em duas partes indo desembocar no Rio Uruguai nas cercanias da cidade de Soriano(Departamento de Soriano). Por outro lado ela abriga as nascentes de rios importantes no Rio Grande do Sul, como Jaguarão, que irá desaguar na Lagoa Mirim e o Camaquã tributário da Lagoa dos Patos (FARIAS, 2007, p.38-39).

Diante das afirmações, podemos perceber que estas atividades cotidianas causavam uma diminuta degradação do ambiente, sendo que este provia seu equilíbrio rapidamente, pois estes povos em seu primeiro estágio eram nômades, extraíam recursos da localidade, e no esgotamento de tais, mudavam para outro local que atendesse a sua demanda, o que possibilitava a recuperação destes recursos. Posteriormente, com a sedentarização dos nativos, domesticação de animais e de plantas, os locais passaram a sofrer uma maior agressão destes homens e mulheres. Seja pela alteração da vegetação do local, pela introdução de outros animais estranhos ao ambiente e pelas demais ações desenvolvidas para prover sua alimentação, como a caça e a pesca. Conforme Adriana Dias (2009 *apud* SCHNEIDER *et al.*, 2014) as economias estariam organizadas na função de manejo equilibrado dos recursos disponíveis sazonalmente, sendo a densidade populacional influenciada pela capacidade de suporte do ambiente. Ainda assim, a natureza podia se recuperar. Vemos que mesmo as antigas sociedades exploravam o ambiente natural para obterem seus recursos, mas que tinham cuidado de tirar da natureza aquilo que ela conseguia regenerar.

Diante deste breve histórico fica explícito que os povos nativos causavam de certa forma alguma destruição, degradação no ambiente natural. Fernanda Schneider *et al.* (2014) nos diz que o ambiente modifica-se naturalmente aos longo dos anos. No entanto, essas transformações ocorrem de forma lenta e gradual.

Para Ângela Corrêa da Silva (2013, p.11) O meio ambiente é o produto de uma série de ajustes entre os elementos naturais, os quais estão em constante processo de modificações ao se combinarem.

Combinam-se, por exemplo, a formação geológica, a latitude, o clima, a vegetação e a atuação das massas líquidas. Como esses fatores mudam, os elementos naturais da paisagem também transformam-se constantemente, ainda que no decorrer de longos períodos de tempo.

De acordo com as observações feitas por Schneider *et al.* (2014) e Silva (2013) inferimos que o meio ambiente é capaz de se auto transformar através da reações naturais, porém, não sendo visível aos olhos humanos de imediato. Elas ocorrem de uma maneira “lenta e gradual”. Além disso, não nos esqueçamos de que as reações entre os elementos naturais podem acarretar em grande potencial destrutivo do meio ambiente. Por exemplo: o deslocamento de uma placa tectônica pode causar total destruição de um ambiente natural. Modificando seu ecossistema. Entretanto estão cada vez mais visíveis as intensas modificações realizadas pelo homem moderno e contemporâneo.

Diante do que apresentamos, vimos que as sociedades ainda no período pré-colonial, promoveram modificações ambientais em seus ecossistemas, reordenando antigas paisagens.

Não refutamos a ideia que o meio ambiente também é capaz de se auto transformar ao longo dos tempos, de uma forma lenta e gradual, sem a ação humana. No entanto, a ação antrópica interfere de imediato em uma paisagem natural criando uma nova configuração para ela. Ou seja, sua transformação, destruição, de forma acelerada.

3.1 As forças militares de ocupação territorial e degradação irreversível do ambiente

No início do século XIX, em 1802, o atual território de Jaguarão começaria a dar os primeiros passos em relação à alteração do seu ambiente paisagístico natural, pois com a introdução de Guardas militares, de ambos os lados dos rio Jaguarão, começou a haver concentração de tropas militares. Segundo Franco, não há elementos seguros para calcular o montante dos primeiros integrantes da Guarda da Lagoa e do Serrito, mais estima que seja 260 homens, por aproximação:

Mas em novembro de 1801, três meses antes, portanto, há uma informação do Coronel Manoel Marques de Souza ao Brigadeiro Roscio na qual estima em 160 praças capazes o efetivo de suas quatro companhias de cavalaria da Legião, e numa centena de dragões do Cap. Pedro Nolasco (FRANCO, 1980, p.27).

Cerca de 260 combatentes compunham as forças portuguesas nesse período, entretanto, por óbvio deveria haver um número significativo de nativos na região. Os nativos somados aos lusos passaram a se utilizar dos recursos naturais da região, bem como iniciaram criações de gados²² e cultivo de plantas, agricultura para prover suas dietas, além de contarem com o suporte logístico que hora lhes provido pelo comando militar em Rio Grande.

Para erguerem as guardas, casas, abrigos, a natureza, quase que em estado virgem, foi um prato cheio. Através de nativos, espanhóis, portugueses, o meio ambiente passava a sofrer seus primeiros impactos: com estabelecimento desses povos nessa área geográfica houve um aumento de dejetos, fezes, urina, e demais doenças para esta faixa de fronteira, em ambos os lados.

Como os acampamentos militares eram próximos aos rios esses detritos seguiam para ele. Assim, o rio passou a sofrer a contaminação por fezes, urina, dentre outras bactérias trazidas pelos indivíduos que se estabeleciam nestas guardas. Como não havia água tratada naquela época, os soldados e civis, provavelmente, passaram a adquirir doenças. Outra

²² Os europeus vieram com sua “biota” portátil, intencionalmente ou não, trouxeram animais e plantas que encontraram um ambiente com poucos opositores. Acredita-se que no século XVI o gado foi introduzido na região do Pampa, envolvendo o que atualmente, são o Uruguai, Argentina e sul do Rio Grande do Sul (CROSBY, 1993 *apud* ROSSI; NODARI, 2014).

maneira de eliminação momentânea do odor e mau cheiro seria enterrar essas fezes no solo. O que também contribuía para contaminação do ambiente e também daqueles povos.

Podemos subtender que as questões relacionadas à sanidade física da tropa abalavam seu comandante, Coronel Marques, neste período quando ele escreve ao Brigadeiro Governador, em 21 de dezembro de 1801, uma carta solicitando troca de local, do Jaguarão-chico para um lugar mais próximo a Barra da Lagoa, onde dizia que “[...] o que mais me aflige é todos os dias aumentar-se o número de doentes e não ter coisa alguma para os contentar” (FRANCO, 1980, p.22). Assim, nas palavras do autor, podemos perceber que a tropa adoecia, o que pode ser o resultado da ocupação da local e da contaminação da água. Para confirmar o estado doentio dos combatentes, Franco demonstra que um integrante das forças militares com conhecimentos cirúrgicos foi bem vindo àquela guarnição:

A presença de um “ajudante de cirurgião” na tropa de 1809, fora uma vitória: três anos antes, o comandante da Guarda ainda se queixava seus soldados ficavam sem assistência, e que precisava mandar para a casa de uma mulher curandeira, distante quatro léguas, um soldado entevado das cadeiras para baixo (FRANCO, 1980, p.39).

É pertinente lembrar que estas Guardas Militares portuguesas faziam rodízios nessa área territorial, sendo que em determinado período de tempo, havia alternância de combatentes de Rio Grande para esta área contenciosa, bem como de outras localidades do Brasil. Destarte, alimentação, introdução de novas culturas, doenças, somavam-se ao foco de povoado que se formara.

Com os avanços diplomáticos estabelecidos em intervalos de paz, o povoado aumentava. Iniciou-se a distribuição de Sesmarias²³. O povoado crescia, sendo que um recenseamento realizado em 22 de novembro de 1822 mostrava que Jaguarão possuía 5.457 habitantes, entre homens, mulheres, brancos, negros, escravos e livres (FRANCO, 1980, p.94). A construção civil ganhava fôlego. As residências foram sendo construídas próximo²⁴ ao rio Jaguarão, sendo que seus detritos seguiam em direção a ele. Área que acabara sofrendo as perdas dos banhados, bem com a migração da fauna silvestre para outros locais, a qual perdeu seu habitat natural. Conforme o Biólogo Hélio Ramirez Farias (2007, p.83-84)

²³ Segundo Franco (1980), ao investigar os requerimentos de Sesmarias e respectivos processos, existentes no arquivo Histórico do Estado, e relativos ao período de 1790 e 1792, pode-se verificar que desde então se fizeram concessões de terras junto a costa do Jaguarão, Lagoa Mirim, e dos seus afluentes, sem maior atenção do tratado de limites.

²⁴ Vide em Franco (1980).

Os banhados são um ecossistema típico do Rio Grande do Sul e do norte do Uruguai. Isso é de extrema importância e responsabilidade por ser único. Devemos procurar fórmulas viáveis para a conservação dos mesmos. Os banhados são berços de vida. O autor do Gênesis escreveu que Deus fez o homem do barro. Talvez ele tenha querido dizer que a vida começou num ambiente assim como um banhado. Luz e nutrientes reúnem-se ali para reproduzir a vida.

De acordo com Farias (2007) é salutar a preservação dos banhados, pois ali se reproduz a vida. Neste sentido ao ocuparmos as regiões de banhado de nosso município estávamos, nós e as autoridades públicas, negando a reprodução da vida às espécies da fauna e da flora, as quais já habitavam este espaço geográfico a milhares de anos.

De acordo com Fabiano Quadros Rückert e Marluza Marques Harres (2014) na cidade de São Leopoldo, o leito do Rio dos Sinos foi ocupado pelas populações face ao desenvolvimento da cidade, e, portanto, modificando ao longo da história uma parte expressiva dos seus banhados. Estes foram transformados pelas ações humanas, algumas produzidas pela sociedade civil e outras pelo poder público. Rückert demonstra que as populações foram estabelecendo suas moradias nas regiões de banhado ao leito do rio e que em épocas de cheias do rio Sinos suas residências eram alvo de inundações. Entretanto deduz que foi resultado da ingerência do poder público.

Convém lembrar que nesse período, não se pensavam em políticas ambientais no Brasil. Nas regiões de banhados foram construídos portos, praças, e até mesmo uma barragem para conter escoamento natural do leito daquele rio. Todas estas ações, portanto, fora do controle das legislações ambientais hoje em vigor. Da mesma forma, podemos perceber que no município de Jaguarão as políticas públicas ante ao desenvolvimento econômico e social não estavam voltadas para os cuidados com o meio ambiente, e que na cidade de São Leopoldo isto se repetia. Em ambas as cidades as regiões de banhados foram ocupadas em troca do desenvolvimento urbano, onde restaram vítimas a fauna e a flora, as quais tiveram a ocupação do seu habitat natural pelos empreendimentos das construções civis em seu espaço geográfico e também a população que teve suas casas invadidas pelas cheias destes rios.

Para a construção destas residências eram utilizados tijolos de barros, e material para a cobertura dos telhados, ambos extraídos da natureza, do entorno do rio Jaguarão, pela região de banhados e árvores nativas. Uma evidência disso é citada na obra Sérgio da Costa Franco (1980, p.56), intitulada de “Origens de Jaguarão”, onde demonstra, através da Planta urbana, datada de 1815 e das “numerosas, embora confusas, descrições de terrenos requeridos, haver uma rua denominada de rua da Olaria”. Esta rua ficava em local incerto e impreciso, segundo

Franco (1980, p.56): “Restam, todavia, algumas dúvidas: 1) Qual seria a rua da olaria, tantas mencionadas nas doações?”.

Assim, podemos ver que a Rua da Ollaria era mencionada na Planta datada de 1815. Isso nos leva a crer que a referida rua era um local onde havia atividades de confecção de tijolos, sendo, portanto, referência cultural para ao vilarejo, e, por conseguinte, para a população. O que confirma que desde os primórdios da ocupação dessa área de fronteira por pessoas estranhas aos nativos, iniciava-se, então, a degradação, destruição, do ambiente natural de maneira que ele já não mais poderia se regenerar. Diga-se que pela planta de 1815, o local incerto e não sabido estava situado, a princípio, dentro do quarteirão formado pelas atuais ruas “27 de janeiro, Gal. Marques, Gal. Osório e 20 de setembro, assim como o outro, delimitado pelas ruas Mal. Deodoro, Gal. Osório e 20 de setembro. Era a área ocupada pelos quartéis da guarda” (FRANCO, 1980, p.56).

Portanto, percebe-se que a área descrita ficava próxima ao rio Jaguarão, região de banhados em épocas de cheias deste rio, de onde supostamente se tirava o barro para confeccionar o tijolo, seja ele de barro frio ou queimado para ser utilizado nas construções do vilarejo. Desta sorte, podemos ver, também, que os quartéis da guarda eram instalados, realmente próximos à orla do Jaguarão, o que corrobora nossa hipótese de contaminação dos integrantes da guarda por coliformes fecais, bem como o povoado que se formara.

Portanto, com o desenvolvimento da cidade passamos a ter cada vez mais o meio ambiente explorado, e também a sua paisagem modificada, ou seja, ocorreu a apropriação social das paisagens e dos lugares. A agricultura crescia, a indústria do charque estava prosperando, o comércio se intensificava entre ambos os povos.

Assim, o atual território do município de Jaguarão foi palco de disputa militares entre as Coroas portuguesa e espanhola na tentativa da consolidação da posse das terras através de postos militares. Diante do estabelecimento da prontidão destas guardas, obteve-se um foco de povoamento que deu início as operações comerciais, tanto legais quanto ilegais, promovendo a trocas culturais entre os povos que naquela região fronteira haviam se instalado, bem como ocorreu o germe embrionário daquilo que seria a economia jaguareense, o gado de corte para abastecer a indústria do charque.

Eleandro Viana da Rosa (2015) aponta que essas trocas socioeconômicas e culturais foram possíveis também pela navegabilidade a que dispunha o rio Jaguarão, as quais segundo autores como Alexandre (2010 *apud* ROSA, 2015) foram responsáveis pela difusão da

epidemia (Cólera) pelo mundo, causada principalmente pela expansão do capitalismo²⁵, motivados pelas intensas trocas comerciais e navegações cada vez mais velozes, capazes de cortar o atlântico ou por terra através de trem. Rosa (2015) aduz que Jaguarão por possuir um porto e por estar com uma economia florescente, acabou por ficar exposta a chegada da epidemia, em virtude do contato com pessoas de diferentes lugares. O fortalecimento das transações comerciais resultou à Jaguarão a dor da epidemia da Cólera, na qual teve 5,9% da sua população afetada, oportunidade em que foi a quarta cidade da província em número de infectados (ROSA, 2015).

De acordo com Rosa (2015) podemos perceber que o ecossistema mais uma vez foi afetado pela introjeção da infecção do Cólera, aonde, supomos que muitas pessoas e animais tiveram algum tipo de moléstia causada por estas bactérias lançadas na água durante o asseio corporal e lançamento de urina e fezes na água corrente do Jaguarão.

Diante do momento de apogeu econômico no final do século XIX e início do século XX, Alexandre dos Santos Villas Bôas (2012, p.2) reporta que:

Sendo a cidade de Jaguarão fornecedora de gado para essa indústria, ocasionando o rápido enriquecimento de uma elite latifundiária que concentrou em suas mãos o poder econômico e político. Figuras importantes dessa elite como Bento Gonçalves, fixaram raízes na cidade e seus descendentes utilizaram deste prestígio para constituir “famílias” que ocuparam postos de mando e desmando na cidade e também no Estado do Rio Grande do Sul.

Como destacado por Villas Bôas (2012), um dos líderes da Guerra dos Farrapos, o General Bento Gonçalves, era um dos latifundiários beneficiados pela indústria do charque nesta localidade. Sobre esse fato, Franco nos demonstra que:

Guerra e saque eram atividades que se confundiam, especialmente quando se utilizava as forças irregulares, denominadas guerrilhas, cuja remuneração decorria apenas das presas que fizessem ao inimigo. Foi nessa guerra contra Artigas que começou a salientar-se como capitão de guerrilhas o rio-grandense Bento Gonçalves da Silva, que a partir de então muito se liga à povoação do Serrito, onde viria a ser, depois da terceira guerra cisplatina, o comandante da Guarnição do Serrito (FRANCO, 1980, p.72).

Era oportuno para os detentores do poder econômico dessa localidade serem chefes de guerrilhas, pois suas remunerações advinham daquilo que subtraíam do inimigo, os saques,

²⁵ Ver mais sobre epidemias de cólera na Região Meridional do Brasil, em: PINTO, Natália Garcia. Um Estudo das Causas de Falecimento de Trabalhadores Cativos na Cidade de Rio Grande (1864-1870). AEDOS- ISSN 1984- 5634. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Num.4, vol.2, Novembro 2009

onde aumentariam ainda mais esse poder econômico, e, por conseguinte, o político, resultado de mandos e desmandos das elites latifundiárias²⁶ no embrionário município.

Nesta baila, a “Cidade Heroica”²⁷ crescia em seus aspectos gerais. A elite latifundiária cada vez mais rica investia no comércio de escravos²⁸, muitos dos quais construíam os grandes e belos casarios que podemos observar ao andarmos no centro da cidade e na sua área rural, onde algumas muralhas de pedras construídas com o suor da escravidão negra embelezam as divisas de alguns campos.

No apogeu econômico Jaguarão também passava a poluir o rio com o despojo do sangue dos animais, pois as “charquedas” ficavam próximas a ele. Podemos subtender que o lixo orgânico de determinada parte do abate desses animais também seguia rio a dentro. Resultado de mais contaminação das águas através de germes e bactérias.

Contudo, o espaço, notadamente, não era pensado. O saneamento básico não acompanhava este crescimento, essa prosperidade. No século XIX o vilarejo se quer possuía escoamento para as águas dos telhados, conforme Maria de Fátima Bento Ribeiro, Alan Dutra de Melo e Andréa Gama Lima (2011):

Até a metade do século XIX, não existiam obras de pavimentação ou drenagem nas vias do município, o que lhe conferia um caráter pitoresco. As águas dos telhados eram lançadas diretamente no solo, e as chuvas ocasionavam um imenso lamaçal, principalmente nos meses de inverno. As tropas que cruzavam a fronteira, por meio de transações legais e ilegais, andavam, muitas vezes soltas nas ruas, causando transtornos a população (RIBEIRO; MELO; LIMA, 2011, p.3).

Árvores, solo e roxas passavam a ser explorados proporcionalmente ao progresso da região. A cidade crescia, mas não pensava a degradação do ambiente, da alteração do espaço natural que havia iniciado desde a implantação das guardas militares para guarnecer os espaços territoriais conquistados. Espaços que sofreram bruscas alterações do seu ecossistema

²⁶ Ver mais sobre as elites sulistas em: PINTO, Franklin Fernandes. A formação da fronteira na margem norte do rio Jaguarão: as unidades produtivas rurais como estratégia da coroa portuguesa para a consolidação dos limites (1790-1850). 2015. 79f.

²⁷ No dia 27 de janeiro do ano de 1865, a cidade de Jaguarão foi invadida pelos uruguaios “*Blancos Caudillos*”, denominado de “Exército de Vanguarda da República Oriental”, que continha cerca de 1.500 a 2.000 combatentes. Estes estavam sob o Comando do Coronel Basílio de Munoz, que foi derrotado pelos indivíduos que compunham as forças da Guarda Nacional de Jaguarão, comandada pelo Coronel Manoel Pereira Vargas, composta por aproximadamente 500 combatentes, entre homens e mulheres. Com a vitória dos brasileiros, a cidade passou a receber o título de “Cidade Heroica”. (SANTOS, 1965)

²⁸ Ver mais sobre o tráfico ilegal de escravos em Jaguarão em: CARATTI, Jônatas Marques. O Solo da Liberdade. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)/Jônatas Marques Caratti. – São Leopoldo: Oikos. Editora Unisinos, 2013.

pela introjeção de novas culturas de dietas alimentares e também de doenças advindas com as transações comerciais propiciadas pela navegabilidade do Jaguarão.

3.2 O bem público em detrimento da natureza. A inércia do Poder Público.

No século XX, em 1930, é inaugurada a Ponte Internacional Barão de Mauá estabelecendo a ligação terrestre entre Jaguarão e Uruguai, que até então se dava somente pela travessia do rio a barco e a balsa. A produção do Brasil e Uruguai podia ser escoada através da estação férrea que fora implantada como uma modalidade de transporte admitido nesta construção, a qual foi um marco importante na história da alteração da paisagem local desta fronteira. A região de banhados, de mata ciliar, de fauna e flora, provavelmente, sofreu um abalo, seja na forma de ruídos, seja forma de uso de recursos naturais da região para sua edificação e também da ocupação do solo.

Casarões foram construídos ao seu redor, onde as matas, pássaros deixavam de habitar, em virtude do progresso de homens e mulheres, o “bem público”. O rio passava a ser mais explorado na pesca. A fauna e a flora passaram a sofrer abalos. Animais passaram a ser alvo de caças predatórias para alimentar a população. Quanto aos Barqueiros Areeiros: será que eles já estavam desenvolvendo suas atividades, nessa época, (1930) fornecendo areia para essas construções?

Na imagem abaixo, vemos o preço que paga a população pelo descaso histórico das administrações municipais de Jaguarão para com o seu ecossistema. Esta imagem foi feita pelo Jornal Diário Popular da cidade de Pelotas, em 16 de setembro de 2013²⁹. O local demonstrado fica na Rua 20 de setembro, centro, próximo à Vila dos Pescadores. (Bairro adjacente ao Rio Jaguarão)

²⁹ Ver mais sobre a enchente em Jaguarão no mês de setembro de 2015, em: <https://www.youtube.com/watch?v=B1HLnke21j0>. Acessado em: 16/11/2015.



IMAGEM 02: Rua 20 de setembro, centro Jaguarão (16 SET 2103). Créditos: BRUNO HALPEN

Certamente, os mineradores embarcados não puderam exercer suas atividades nesse período de enchente. Como proviam o sustento das suas famílias? Teriam algum seguro social?

É neste mesmo século, que a agricultura da região, o arroz irrigado, crescia à beira das margens do rio e da Lagoa Mirim. Estas passaram a receber, em épocas de cheias, adubos e fertilizantes utilizados nessas plantações. Ao percorrermos a orla do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, em regiões rurais, Estrada São Luis, zona do Telho, entre outras, percebemos que existem lavouras, as quais, possivelmente, se utilizaram e se utilizam de áreas onde havia banhados, bem como destas águas para cultivo e irrigação do arroz³⁰. Este provido de fertilizantes e adubos que em época de cheias são escoados para dentro destas mesmas águas causando a contaminação do ecossistema. Segundo Hélio Ramirez Farias (2007, p.82)

O desequilíbrio ambiental é, evidente: depois de drenados e transformados em lavouras e extinta toda a vegetação natural. Pássaros migratórios acabam fazendo ninhos nas lavouras, morrendo envenenados por pesticidas ou sendo dizimados pelas máquinas colhedoras de arroz. Também não sobrevivem os animais que tem seu habitat na água, como lontras, jacarés e capivaras.

Assim podemos subtender que estes ecossistemas foram e são vitimados pela introdução do cultivo de arroz contribuindo sumamente para a extinção de várias espécies da fauna e da flora e, ainda, a ocupação de áreas próximas ao rio e da Lagoa Mirim são responsáveis pelo assoreamento do rio Jaguarão, pois as matas ciliares são degradadas em

³⁰ Ver mais em: PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência**. Brasília: MDA, 2009.

benefício da expansão desta cultura causando desmoronamento de terras. Estas são carregadas pela correnteza para leito do rio. Este fica raso. Qualquer enxurrada causa seu transbordo. E em épocas de estiagem, não acumula água, o que pode causar desabastecimento deste recurso indispensável à vida, bem como sérios problemas de ordem socioambiental. “Se a agricultura gaúcha tem mais de 200 anos, a destruição dos banhados tem a mesma idade” (FARIAS, 2007, p.81).

As margens do rio Jaguarão, lado do Brasil, sofreram a intervenção humana, na edificação de um Porto, na qual não se teve cuidado em respeitar as matas ciliares. Conforme podemos comprovar ao apreciarmos a figura na imagem abaixo:

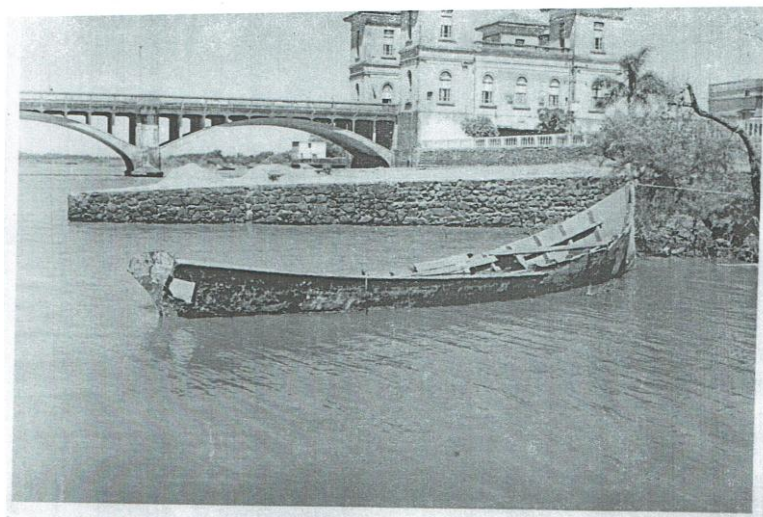


IMAGEM 03: Cais do Porto de Jaguarão nos anos 1990
Arquivo pessoal da família Mambrüm.

2.1 Um pouco das discussões ambientais em nível internacional

Como pudemos perceber, a década de oitenta é marcada com um grande avanço na política ambiental no Brasil e a concepção de compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento passou a ganhar fomento nas esferas nacional e internacional. Nesta ótica, o relatório da ONU: “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1988, definia o conceito de Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46 *apud* IPIRANGA; GODOY; BRUNSTEIN, 2011, p.13). Essa máxima foi definida na comissão presidida por Gro Harlem Brundtland, frente à emergência de um novo paradigma que fizesse com que essa expressão passasse a ser utilizada por

representantes do Estado, da sociedade civil e dos empresários, ou seja, o discurso oficial do conceito.

Essa temática foi retomada em 1992 pela conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida pela RIO 92, ou Cúpula da Terra, cuja uma das principais discussões foi a elaboração da Agenda 21, documento que previa um plano de ação para a implantação do conceito de desenvolvimento sustentável em âmbito global.

A RIO 92 também foi palco de discussões sobre a redação de um documento expondo as necessidades do desenvolvimento social, erradicação da Pobreza, a paz entre os povos, a expansão da democracia e a preservação ambiental entre todos os aspectos.

Após o período da Ditadura Militar, com o restabelecimento da democracia, o Brasil elaborou a sua carta constitucional de 1988, a Constituição “Cidadã,” que em seu capítulo VI, Do Meio Ambiente, Art. 225 diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL. CF, 1988, art. 225).

Diante do acima exposto, vemos que essa Constituição Federal trouxe políticas publicas em relação ao meio ambiente, que passaram a ser de responsabilidade dos Estados, Municípios. Estes adquirem instrumentos jurídicos para formularem suas próprias políticas de proteção ambiental, ou seja, a legislação admite os aspectos culturais, sociais e ambientais de cada região. Esses estados e municípios passaram a estabelecer normas complementares ou suplementares às da União, haja vista que eles estão mais próximos à população.

As ações ecológicas passam a ser impetradas em nível local, com a finalidade de agirem solidariamente com a carta maior. Essas políticas de controle de uso do ambiente pelo homem passam a ser de responsabilidade do poder público, da sociedade civil organizada com respaldo dos órgãos que atuam em prol do meio ambiente.

Parece-me que as autoridades jaguarenses não estavam assimilando as questões de preservação dos recursos naturais amplamente debatidas em nível mundial, pois, no ano de 2002, o esgoto, os dejetos humanos continuavam e continuam a contaminar este rio e, por conseguinte, trazendo doenças para os jaguarenses. Conforme a reportagem exposta na página Sítio do Diário Popular de Pelotas, RS, podemos perceber que o Bairro Vencato, e avenidas centrais de Jaguarão sofriam o resultado da ocupação das áreas adjacentes ao rio:

JAGUARÃO - Em Jaguarão cerca de 50 famílias tiveram de abandonar suas casas, 15 estão alojadas no Ginásio Dario de Almeida Neves. As outras buscaram abrigo junto a amigos e familiares. [...]A avenida 20 de Setembro - assim como várias ruas centrais - está praticamente isolada. A vila Vencato também está em situação crítica. A três metros acima do nível normal, o rio Jaguarão transbordou e assusta a população. Um mutirão entre Executivo, Exército e Brigada Militar mantém plantão 24 horas e atende aos chamados de socorro (DIÁRIO POPULAR, 25 ABR 2002).

A Edição do Jornal A Folha em 2007 noticia que “Rio Jaguarão sobe e deixa várias famílias desabrigadas”, conforme veiculado no dia 10 de maio de 2007 (A FOLHA REGIONAL, 10 MAI 2007):



IMAGEM 04: Rio Jaguarão “deixa” famílias desabrigadas. A FOLHA REGIONAL (10 MAI 2007).

De acordo com a Secretaria de obras a cidade, sob a administração de Nogueira de Oliveira nessa época, é difícil qualquer cidade aguentar a chuva sem nenhum ponto de alagamento. Jaguarão contribui para vários pontos de alagamentos, pois a cidade foi crescendo de forma desordenada. Como podemos ver acima, o Bairro Vencato foi “vítima da suba do Rio”. Estaria correta a afirmação de que o rio deixa famílias desabrigadas? Não seria a má gestão da engenharia civil e dos administradores do município os principais culpados por isso? De acordo com o confronto das nossas fontes (construções populares erguidas a beiro do rio, antigas regiões de banhado” e o Jornal a Folha), verificamos que a última hipótese é plausível, estando portanto o título da edição do referido periódico equivocada.

Vê-se que dado ao não planejamento das administrações públicas, a população vai ocupando terrenos próximos à orla do rio, (Bairro Vencato) onde eram regiões de banhado,

sendo, em épocas de enchentes, alvo da suba do Jaguarão, que segundo o Jornal A Folha “invadia” suas casas.

Como resultado de um não planejamento das autoridades municipais vimos que o rio Jaguarão acabou sendo o aparadouro de dejetos humanos produzidos pelas populações, bem como dos insumos agrícolas utilizado nas plantações, o que obviamente, tenha causado uma série de doenças físicas nessa mesma população.

De acordo com a página do Sítio da Jus Brasil, em 2013, jaguarão ainda estava lançando detritos hospitalares no leito do rio:

O procurador da República em Pelotas Cláudio Terre do Amaral participou de audiências públicas na cidade de Jaguarão (RS), na fronteira com o Uruguai, que debateram a situação do Rio Jaguarão. A pauta incluiu a poluição nas águas e o projeto de implantação de uma nova ponte sobre o rio na fronteira do Brasil com o Uruguai. Realizada na Câmara de Vereadores de Jaguarão, a reunião que tratou da poluição no Jaguarão teve a presença do prefeito do município. O procurador da República foi informado de que há empresas extraindo areia do rio e que há despejo de esgoto diretamente em suas águas, sem o devido tratamento, pelo Hospital Municipal da cidade (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL, s. d.).

A inércia do poder público de Jaguarão, frente à poluição, degradação, destruição dos seus recursos naturais, como vimos até aqui, fez com que, lamentavelmente, até o início da segunda década do século XXI o rio estivesse sendo poluído com lixo orgânico hospitalar. Isto nos leva a pensar: será que as políticas ambientais de uso consciente dos recursos naturais, expressas nas legislações do Brasil no final do século XIX, não estavam em execução em Jaguarão? Caso estivessem, como estariam afetando os mineradores embarcados? Estas leis os alcançavam? No capítulo “4” abordaremos tais questões.

Assim, pudemos analisar um breve histórico ambiental da cidade de Jaguarão, desde o período pré-colonial, até meados do século XXI, a qual teve suas origens de um acampamento militar, e que será o palco de uma longa trajetória de alterações do ambiente paisagístico da sua área territorial.

Município em que seus habitantes extraíram da natureza seus víveres e também os recursos materiais para a construção das suas edificações. Construções que não respeitaram as espécies da fauna e da flora que integravam as paisagens dessa região. As quais foram tomadas pela imponência de grandes prédios no local de seus banhados, bem como das construções de casa populares do bairro Vencato.

Assim, reconhecemos que o município de Jaguarão tem uma dívida com o seu rio homônimo, o qual teve as paisagens da suas orlas alteradas pela ação humana, bem como,

também, suas águas contaminadas, desde os primeiros habitantes que se estabeleceram neste local. Pois desde o período pré-colonial até a atualidade a cidade não dispõe de uma estação de tratamento de esgoto e, tampouco, de um projeto exequível em ação para a recuperação da orla deste rio. Reafirmando nossa constatação demonstraremos, através da Edição do Jornal A Folha de Jaguarão, a preocupação das autoridades uruguaias com o número elevado de coliformes fecais despejados no rio:

Rio contaminado. Preocupa a las autoridades y población em general ele elevado grado de contaminación em El rio yaguarón hecho este que se estaria dando fundamentalmente por La desembocadura sin tratamiento alguno Del sanamiento de La ciudad de yaguarón em este lecho de água, y agravado por La sequia reinante, ente ló que las autoridades han recomendado El no baño em dicho rio (A FOLHA REGIONAL, 04 FEV 2000, p.7).



IMAGEM 05: Rio Jaguarão Contaminado. A FOLHA REGIONAL (04 FEV 2000).

Para nossa reflexão, a manchete o Jornal a Folha Regional de Jaguarão diz: “Rio Jaguarão está contaminado”. Entretanto, como estamos demonstrando até o presente, são as autoridades municipais jaguarenses que permitem que o rio esteja sendo contaminado.

Diante do acima exposto, podemos perceber que desde a formação do povoado, vila e cidade as autoridades públicas constituídas não dispensavam atenção para um dos maiores recursos naturais deste município e que ainda assim o fazem, pois estamos em pleno século XXI e o Jaguarão ainda é vitimado pela ingerência do Poder Público que não trata o esgoto da cidade, o qual continua correndo para o leito do rio. Assim cabe-nos a pergunta: Estaria o Poder Público de Jaguarão voltado para questões de cunho ambientais no que concerne a sua degradação?

Portanto, não nos esqueçamos de que a história da região geográfica onde está situado o município de Jaguarão, desde o período pré-colonial até os dias atuais, teve seu estado

paisagístico alterado pelas populações que desenvolveram suas atividades humanas de subsistência, assim como nas demais áreas territoriais do país. Ou seja, ao estudarmos a História do município de Jaguarão, situada no extremo sul do Brasil, cabe-nos refletir sobre a interação do homem e ambiente, bem como o resultado dessa interação, o que será igual ao legado do presente com uma estimativa de futuro.

Não obstante, coube à sociedade organizada, ao Poder Público e aos órgãos de proteção ao meio ambiente legislarem para diminuir o impacto da degradação ambiental perpetrada pelo homem em favor do desenvolvimento econômico, a fim de legarem para as gerações futuras um ambiente que fosse capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Assim, analisamos um breve histórico das legislações de proteção ao meio ambiente no Brasil, e a responsabilidade solidária dos estados e municípios para com os recursos naturais. O que acabará por gerar no município de Jaguarão a Lei complementar nº002, de 04 de novembro de 2002, que estabeleceu o Código de Meio Ambiente e de Posturas do referido município e deu outras providências.

3.3 A lei complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual institui o código de meio ambiente e de posturas do município de Jaguarão

Atualmente, no Município de Jaguarão as atividades que geram impacto ambiental são geridas pela Secretaria Rural e do Meio Ambiente. Esta secretaria está alicerçada na Lei Complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual institui o Código de Meio Ambiente e de Posturas do Município de Jaguarão. Esta lei instituiu as medidas de polícia administrativa, a cargo da municipalidade, relativas ao meio ambiente, a higiene, dentre outras.

Esta Lei, em seu Título II “Do Meio Ambiente e do Controle da Qualidade Ambiental”, capítulo I, trouxe as orientações gerais para o trato das questões com o uso dos recursos naturais, onde a verbo da Lei, no Art. 4º desse mesmo capítulo, diz: O Poder Público Municipal desenvolverá ação permanente de controle da qualidade ambiental, amparado nas legislações federal, estadual e municipal pertinente (JAGUARÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 002, 2002, art. 4º).

É a partir desse momento que o município começa a regularizar as suas áreas de mineração em relação as legislações Federal e Estadual. No capítulo 4º, “Das Exploração, Beneficiamento e Depósito de Substância Minerai”, impera, em seu Art. 36, que: “A exploração de jazidas de substâncias minerai depende de licença do especial do município, observados os preceitos deste Código e da legislação federal pertinente, e do Departamento

Nacional de Produção Mineral” (JAGUARÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 002, 2002, art. 36). Ainda em seu parágrafo único: “Nenhuma licença será concedida sem prévia realização do estudo do impacto ambiental e Relatório respectivo, que incluirá o estudo de recuperação da degradação ambiental, conforme disposições da Legislação federal”. (JAGUARÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 002, 2002, art. 36).

É neste período que, um grupo de trabalhadores que extraíam o minério areia do interior do rio Jaguarão e o transportavam em barcaças, dotados de ferramenta pá de concha, conhecidos culturalmente na cidade pelo desempenho de seu ofício, como: “Os Barqueiros Areeiros do Rio Jaguarão”, tendo em vista que, desde a primeira década do século XIX, desenvolviam as suas atividades extrativas através do mercado de trabalho informal, passam a sofrer as consequências da implementação desta lei.

Obviamente, as políticas ambientais em nível federal e estadual, que não alcançavam estes trabalhadores pela falta de legislação municipal regulamentando a atividade, agora passaria a integrar o cotidiano das atividades laborais desses mineradores, os quais serão impedidos de extrair o referido minério em virtude de não estarem adequados às normatizações.

Assim, demonstramos uma síntese da trajetória das políticas de proteção ambiental no Brasil. Sendo que, no período anterior à constituição Federal de 1988, elas eram executadas a partir de órgãos da União. Posteriormente a elaboração desta Carta, os estados e municípios passaram a implementar políticas de proteção ao meio ambiente em conjunto com o governo federal, o que vai obriga-los a legislar, bem como promover as políticas em favor do meio ambiente, a fim de se que se processasse o Desenvolvimento Sustentável.

Na cidade de Jaguarão essas políticas vão afetar um grupo de trabalhadores que terão proibidas as suas atividades extrativas do minério areia face a não adequação aos preceitos da Lei Complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual instituiu o Código de Meio Ambiente e de Posturas do Município de Jaguarão. Arquetada por legisladores municipais que pensaram corretamente na degradação ambiental causada pela atividade, entretanto, os legisladores de todas as esferas públicas esqueceram-se do impacto social que a força da Lei causou nas famílias desses trabalhadores. Estes ficaram desempregados sem condições de proverem suas necessidades mais básicas de existência.

Este mesmo rio que fora utilizado como barreira entre os ibéricos nas montagens das suas guardas militares; que foi passagem de comércio legal e ilegal em área de fronteira; que alimentou a população da cidade através de peixes; que supriu suas necessidades sanitárias; que trazia negros escravos libertos no Uruguai para serem comercializados em Jaguarão como

cativos através da sua navegabilidade; que fomentou dinamização do comércio de gado de corte, couro, charque, derivados, também possui o minério areia. Minério que propiciou que a grande maioria das construções civis desta cidade pudessem ser erguidas. Produto extraído das profundezas do rio através das mãos dos trabalhadores areeiros embarcados.

Torna-se imprescindível demonstrar que para atender a demanda de insumo base para as construções civis no município, no início do século XX, surge um grupo de trabalhadores que se utilizavam de barcaças para extrair o minério areia do fundo do rio homônimo, a fim de que fosse vendido e usado na construção civil desta cidade. Uma atividade que ainda é desenvolvida atualmente por um grupo de mineradores, sendo a cidade de Jaguarão a única do Rio Grande do Sul a desenvolver atividade laboral de extração de areio do fundo de um rio através da ferramenta pá e realizando o seu transporte em embarcações até o local destinado. Entretanto, quem são estes trabalhadores areeiros e porque são dignos de serem lembrados?

3.4 Quem são os trabalhadores areeiros, nossos personagens?

É oportuno lembrarmos que para a construção dos casarios, bem como de obras e prédios públicos, foram necessários uma série de recursos, um tanto humanos como materiais. Entretanto, as pessoas que trabalharam nessas obras não são relacionadas pela historiografia jaguarense, a qual é rebuscada em nomes de comandantes militares, políticos, padres, latifundiários. O que não se percebe são os nomes dos nativos, escravos negros, homens livres, dos soldados e milicianos, bem como uma série de personalidades que trabalharam nessas construções os quais, com sacrifício até mesmo da sua própria vida, ergueram o patrimônio material histórico deste município, e tampouco, o das pessoas que sob intempéries naturais extraíram do meio ambiente os recursos materiais para a concretização dessas obras. Eles também são importantes para a história desse município.

Nesta ótica, este trabalho de conclusão de curso pretende analisar a trajetória de um grupo de trabalhadores esquecidos pela historiografia local, os quais vem construindo o patrimônio material deste município. São eles os trabalhadores areeiros de rio Jaguarão, que desde os tempos mais remotos da fundação de Jaguarão tem contribuído para que ela fosse reconhecida como cidade portadora de uma série de prédios considerados patrimônio do Brasil³¹.

³¹ O Dossiê elaborado nos anos de 2009 e 2010 culminou no tombamento como conjunto Histórico e paisagístico pelo IPHAN, instituído pela portaria nr 84, de 22 de junho de 2012. A partir de então há um reconhecimento oficial e de nível federal do valor histórico e cultural dos patrimônios culturais que Jaguarão possui (LEOTI, 2014).

A historiografia da cidade de Jaguarão peca em não legar para a posteridade essas personalidades, dando ênfase aos chefes militares, párocos e demais políticos, os quais sem as mãos da *plebe* nunca teriam adquirido os títulos que ostentaram. Neste prisma, a História mudou nas últimas décadas. A historiografia positivista destacava os heróis, os militares, políticos. Nos últimos anos a história política tem dado espaço para a História Social, em que os personagens outrora esquecidos passam a ser lembrados.

De acordo com Lynn Hunt (2001, p.2), “[...] na História o avanço social foi influenciado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes, o marxismo, por um lado e a Escola dos *Annales*, por outro”. Foi na década de 1950 e 1960 que um grupo de historiadores advindos destas correntes fomentava o interesse dos historiadores pela História Social, a história vinda de cima para baixo, onde todos os indivíduos passam a ser atores sociais importantes para o contexto histórico das sociedades em análise:

Com esta inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para a investigação da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres (HUNT, 2001, p.2).

Assim, o estudo da história vinda de cima para baixo, a história dos excluídos, nos permitiu trazer conhecimentos que até então eram ocultados em detrimento da história política, tradicional, na qual só tinham vez “grandes homens”.

4 “MEMÓRIAS”. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO E AS SUAS ADAPITAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS (JAGUARÃO, 1960 A 2004)

4.1 Trabalho análogo ao de escravo.

A cidade de Jaguarão, localizada na margem oeste da Lagoa Mirim, a sul dos municípios de Arroio Grande e Pedro Osório e na fronteira com o Uruguai, com a cidade de Rio Branco, distando da capital, Porto Alegre, cerca de 450 km por via rodoviária (STEIN, 2004), foi construída pela mão de trabalhadores, entre eles nativos, escravos negros, libertos, bem como posteriormente a abolição da escravatura, por homens e mulheres negros e brancos. Todos esses personagens se utilizaram dos recursos naturais para consolidarem seus feitos. Entretanto, com o crescimento do poder econômico alcançado pela elite latifundiária do município e com os períodos desenvolvimentistas do Brasil os recursos naturais passaram a ser explorados de maneira a darem sustento aos empreendimentos de construções civis para abarcar residências e estabelecimentos comerciais do povoado, da vila e da cidade, respectivamente.

No que tange a isso, o que dizer do trabalho realizado por pessoas cuja alvorada se dava às quatro horas da manhã, onde seguiam para a orla do rio Jaguarão para tripularem embarcações, a fim de extrair, do fundo do rio, areia, com ferramenta pá e com a água pela cintura, e transportar nelas esse minério para ser usado como insumo base na construção civil? Trabalho realizado sob calor, sol, chuva, frio, granizo e fortes ventos. Isto sem receberem amparo algum dos governos, tais como: carteira de trabalho, direito a auxílio doença, férias, décimo terceiro salário, ou seja, sem benefício social algum.

Nesta esteira, através da memória destes mineradores procuraremos compreender o fatos que ficaram de fora da história das suas atividades cotidianas e que ainda não foram documentados, como as relações deles com o ambiente, dos seus fazeres e saberes. Le Goff (1994, p.423 *apud* PEREIRA, 2015, p.19), admite:

[...] a memória como sendo a propriedade de conservar certas informações, a qual se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou interpretadas como passadas

De acordo com esta concepção passaremos a analisar as lembranças dos mineradores embarcados através dos seus testemunhos orais, bem como das demais fontes, sendo importante a mensagem que Garrido (1993) quis nos passar ao citar Jan Vasina, a qual

nos diz o seguinte: “[...] a fonte oral não substitui a fonte escrita, mas a completa e vice versa” (GARRIDO, 1993, Apud PRINS, 1992, p. 194-195).

De acordo com a entrevista concedida pelo ex-barqueiro areeiro, o uruguaio Wilson Santana (2015) e o brasileiro Degaule Teixeira (2015) pudemos verificar que a grande maioria dos mineradores tradicionais embarcados não tinham benefícios sociais como antes reportamos. Segundo Santana

[...] não tem benefício nenhum. Não tem uma carteira assinada. E na época, no inverno no mais, se dá, oito, dez, quinze dias de enchente não tira areia. Então esse empregado fica parado, sem benefício nenhum, sem ganhar. Não é como os pescadores que na época da piracema eles param de pescar, mais eles tem o benefício que ganham do governo. O barqueiro não ganha (SANTANA, 2015).

Não, parei porque teve outras opções, outras melhorias de serviço, e aí, parei. Não era futuro ali, não descontava nada, não tinha nada. Quem ganhava era o Patrão. Você se matava e não ganhava nada. Era só pra comida (TEIXEIRA, 2015).

Ao perguntarmos para o presidente da Sociedade por Quotas, Rio Jaguarão Mineração Ltda., Rogério Mambrüm, se os mineradores areeiros, extração manual, embarcados descontavam para a previdência social como autônomos revelou

- Muitos, a maioria. A maioria paga como autônomo. Eles ficam muito contentes porque tem um benefício. Eles têm um benefício deles porque eles pagam como autônomos. Tem o resguardo deles, a carteira. Eu luto hoje pela carteira deles. A Marinha ficou de aplicar esse curso, a carteira do areeiro, pra tar embarcado dentro do barco. É uma carteira que nem a de Trabalho que dá segurança para ele. Conta o ano de trabalho dele. A carteira de marinheiro, ali diz em que barco ele foi embarcado, o dia que trabalhou. Sai daquele barco. Da baixa naquele barco, e aí pode subir para outro. Que essa carteira dá a segurança para ele. Segurança social para ele conseguir a sua aposentadoria. Conta os anos de trabalho (MAMBRÜM, 2015).

Podemos verificar de acordo com os relatos dos entrevistados acima, que eles não recebiam benefício social algum. Segundo o entrevistado Teixeira “Não era futuro ali, não descontava nada, não tinha nada”. Já o barqueiro areeiro Santana reconhece que os pescadores ganham auxílio financeiro do governo Federal, entretanto, os areeiros que labutam nas mesmas águas não fazem jus a este benefício. Rogério Mambrüm nos revela que a maioria dos barqueiros paga como autônomo. Entretanto, estaria esperando a Marinha para fazer um curso, [condutor de embarcação] “de Marinheiro”. “Que essa carteira dá a segurança para ele. Segurança social para ele conseguir sua aposentadoria”.

Ao refletirmos sobre os testemunhos de Teixeira e Santana vimos que desde a década de 1960 até o final da década de 1990 não “descontavam nada” (TEIXEIRA, 2015). “Não tinha uma carteira” (SANTANA, 2015). Todavia, Mambrüm relatou-nos “a maioria desconta, que lutava pela carteira”. Diante das fontes, inferimos que realmente até o final da década de 1990 os mineradores embarcados não contribuía para a Previdência Social, mas que alguns, a partir deste período poderiam ter passado a contribuir. Contudo, a grande maioria da comunidade mineradora manual não estava segurada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social. Durante nossa pesquisa, nenhum dos dez mineradores que se prontificaram a dar entrevistas tinham Carteira de Trabalho e Previdência Social. De acordo com esse universo, acreditamos que tais trabalhadores ainda exercem suas atividades na informalidade, pois quem “luta pela carteira”, ainda não a tem.

Frente a este descaso das autoridades constituídas pela federação, cabe-nos a pergunta: não seriam estes trabalhadores subjugados a condições análogas a de escravo?³²

Embora o exercício da atividade seja semelhante à era da escravidão negra no Brasil, oficialmente eles não são. Acreditamos que são de fato e não de direito. Pessoas que por necessidades de sobrevivência passaram a desenvolver tais atividades. Eles tinham o direito de ir e vir, porém, viviam presos às suas necessidades mais básicas de subsistência. Degaule Teixeira, que trabalhou como barqueiro areeiro na década de 1960, em entrevista concedida, disse que o trabalho era árduo

Mais precisava se não tinha nada pra comer. É tinha que trabalhar. Eu acho que naquele tempo se criamos todo mundo trabalhando, sabe, era outra vida até bem mais saudável. Hoje a gente fala pra alguém trabalhar, ninguém quer. Todo mundo quer ganhar dinheiro, mas não quer trabalhar. (TEIXEIRA, 2015).

Santana admite que

[...] podes te engripar, podes ter um problema de coluna, e problema nos rins por tar com o corpo quente dentro de uma água gelada, uma insolação, porque no verão tás trabalhando no raio do sol. O câncer de pele, como muitas coisas, é que uno às vezes ignora isso porque que o cara tem que ganhar o dinheiro de cada dia para poder se manter (SANTANA, 2105)

Em referência a questão dos problemas relacionados à saúde dos trabalhadores areeiros por estarem expostos diuturnamente às ações do tempo, seria o exercício da profissão insalubre? Mambrüm responde

³² Ver mais sobre Trabalho análogo ao escravo no Artigo: CASTRO GOMES, Angela Maria. Repressão ao trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. Revista brasileira de História, Vol.32, nr 64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/10.pdf>. Acesso em: 16/11/2015

- Sem dúvida. Isso aí, é muito, eu sempre digo, sempre direi, é insalubre. E nós tamos estudando como resolver esse tipo de problema. Porque uma realidade existe, todo mundo trabalha, todo mundo depende desse trabalho. Precisa desse trabalho. E nós estamos tentando mudar esse tipo de situação, ou que está ocorrendo hoje. Porque não é normal um ser humano uma temperatura de “0” grau, entrar dentro da água e ficar de molho uma hora, uma hora. Não é normal (MAMBRÛM, 2015)

Nos relatos das testemunhas podemos considerar que todas admitiram a insalubridade da profissão. Inferimos que no relato de MambrÛm “resolver o problema” seria a implantação de outro tipo de modalidade de extração, por dragas. Conforme o estudo do Relatório de Monitoramento de impacto ambiental – STEIN GEOLOGIA, por ele solicitado em 2003-4, onde propôs a colocação de uma draga no local em que obtém sua concessão extrativa. Diante do que se apresenta, imaginemos: o que seria mais rentável para um empresário, pagar os direitos trabalhistas, inclusive insalubridade, ou manter seus trabalhadores na informalidade? Talvez a resposta desse questionamento responda nossa pergunta sobre terem ou não os nossos trabalhadores o benefício da Seguridade Social, a “Carteira assinada”. Ora, MambrÛm nos diz: “A maioria paga como autônomo”. Seria a maioria de seus empregados? Ou seus concorrentes? De qualquer forma durante nossa pesquisa não encontramos nenhum documento que aludisse a desconto previdenciário, e tampouco, reclamações por direitos trabalhistas por parte de algum minerador que tenha prestado serviço para a Sociedade Rio Jaguarão Mineração Ltda ou para outros empreendedores do ramo dessa atividade. Não estamos inferindo que não existam documentos, caso haja não tivemos acessos a eles. Em relação ao período do nosso objeto de pesquisa, nas fontes a que tivemos acesso não foram constatadas fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho às empresas e sociedades deste tipo de empreendimento. No entanto, estaria MambrÛm omitindo a resposta a pergunta? Acorremos a Bloch, onde arguimos que: “O verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida tornou-se, como dizia Volney, “examinadora”; em que regras [objetivas] em outros termos foram pouco a pouco elaboradas, as quais entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem” (BLOCH, 2001, p. 90). Logo, acreditamos que era oportuno não fornecer tal informação por questões de cunho fiscalizatório do Ministério do Trabalho. Cremos que o entrevistado poderia estar temendo uma denúncia possível acerca dessas irregularidades.

De qualquer forma nossa análise percebeu que o trabalho era sob todas as formas, insalubre, desprotegido pelas entidades em favor aos direitos trabalhistas, e ainda a grande maioria dos nossos personagens não dispunha de Carteira de Trabalho e Previdência social. Entretanto, a necessidade de sobrevivência os fazia desempenhar o ofício. Nesta ótica percebemos que estes profissionais ajudaram a erguer a pilastras do patrimônio material de

Jaguarão com seu suor, mesmo com o risco da própria vida, e não foram assistidos pelos entes governamentais. Eles realizavam este trabalho ante as Aduanas do Brasil e Uruguai; antigamente, em frente a capitania dos Portos da Marinha do Brasil; acerca de 350 metros da Prefeitura Municipal de Jaguarão; 450 metros do antigo prédio do Poder Judiciário; 600 metros da Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão. Mesmo adjacentes a esses órgãos passavam por eles despercebidos. Órgãos que eram representantes de garantia dos direitos mais básicos que um cidadão devia ter no Brasil. Contudo, não se davam por conta que eles, os trabalhadores embarcados eram cidadãos de direito. Assim, negavam ao meio ambiente o controle de atividades que lhe causassem degradação. Permitiam as mortes de trabalhadores embarcados pela omissão na fiscalização de itens obrigatórios para navegar em embarcações. Eram solidários a exploração destes trabalhadores sem conferir lhes direitos previdenciários sociais, e os historiadores locais os ocultavam da historiografia local. Essa, entre várias profissões, que não despertavam interesse das elites locais bem como dos historiadores tradicionais, foram desempenhadas para lograr estas edificações, como pedreiros, marceneiros, oleiros, e uma série de outras.

4.2 Os fazeres e saberes dos areeiros embarcados. “com o risco da própria vida”.

Os fazeres e saberes areeiros surgiram através de um grupo de pessoas que passaram a extrair areia³³ do rio Jaguarão abordo de um bote e, posteriormente, de barcos, com os quais navegavam pelo rio impulsionando as embarcações com uma “taquara”. Teixeira nos diz que:

Não, não, naquela época, não. Era coisa maravilhosa, sabe. A gente se alevantava cedo, com o frio, o com o tempo que fosse bom. Pegava na taquara e daqui a pouco mais tava tudo bem. Não, não é que fossem horas, às vezes era enfrentar a correnteza. Então quando tinha a correnteza, a gente pegava a costa. Mas se tivesse a correnteza não adiantava, neh. Aí é ruim. Fazia muita força. (TEIXEIRA, 2015).

O trecho da música “Barqueiro areeiro do meu Rio Jaguarão”, composta por Hélio Ramirez diz: “Barqueiro areeiro do meu Rio Jaguarão, com o impulso da taquara levas a teus filhos o pão, mas se a paga foi pouca o esquecimento não” (RAMREZ, 2011)

Como vimos, no relato de Teixeira e na música de Ramirez, na época em que iniciaram suas atividades, estes trabalhadores não dispunham nos barcos tração motora, aonde chegavam às áreas ao leito do rio, nos locais de areais e, através de uma pá de concha, manualmente, carregavam as embarcações com o minério realizando imenso esforço físico,

³³ Como produtos resultantes da extração de areia no rio Jaguarão tem-se: Areia Grossa, Areia Média e Areia Fina. (STEIN, 2004)

tanto para a carga quanto para o transporte, para logo ser vendido para a população em geral, bem como para as ferragens (casas comerciais). Entretanto, isso mudou na década de 1960 como veremos ao decorrer deste capítulo. No entanto, “As atividades de exploração através de embarcações é um empreendimento tradicional de muitos anos, onde os elementos envolvidos são provenientes de famílias que exercem esse tipo de trabalho por quatro gerações” (STEIN, 2004).

Na figura abaixo podemos constatar a saga de um barqueiro areeiro.

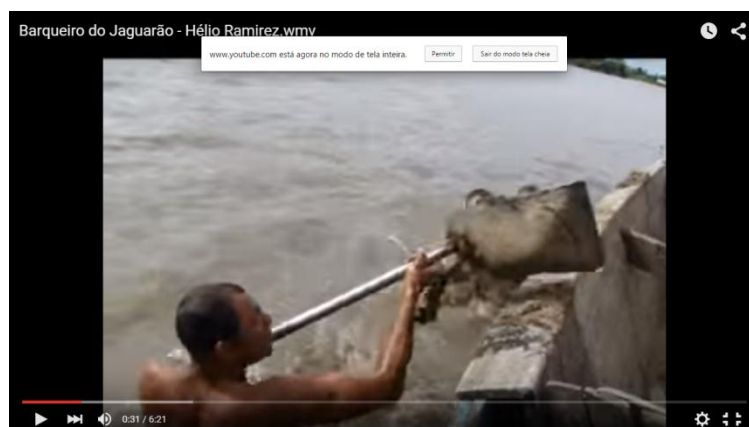


IMAGEM 06: TRABALHO DOS BARQUEIROS AREEIROS DE JAGUARÃO. O PROFISSIONAL RETIRANDO A AREIA DO FUNDO DO RIO E A COLOCANDO DENTRO DA EMBARCAÇÃO. FONTE: HÉLIO RAMIREZ, 2011

O trabalho demonstrado na figura acima, o de barqueiro areeiro embarcado, começava às quatro horas da manhã, quando partiam em direção aos pontos de exploração, a fim de extraírem areia para que o dia pudesse render e assim realizarem várias cargas do produto. Contudo, a atividade era desenvolvida sob as intempéries naturais, chuva, frio, calor, granizo. Para extrair o minério os trabalhadores tinham que ancorar a embarcação no ponto de acessibilidade do mineral, desembarcar dentro do rio com a água pela cintura, e acomodar a pá de concha no fundo do rio a fim de alcançar sua parte sólida e dela extrair o minério areia acondicionando-o dentro da embarcação.

Conforme entrevista concedida por Rogério Mambrum (2015) um dos primeiros empreendedores desta atividade no rio Jaguarão foi seu avô, o qual, embarcado em um bote, extraía areia do rio e a comercializava no Uruguai, cidade de Rio Branco, onde estava sendo construído um Porto. Este período precedia a construção da Ponte Internacional Barão de Mauá.

A minha referência que eu tenho foi a do meu avô. Que eu, que ele contava pra mim, contava pro meu pai, pra mim, quando eu era pequeno. Essa referência eu te digo assim, hoje deve de tã em mais de 90 anos. Mais de noventa anos. Porque a ponte não era existida e ele carregava areia de canoa. (MAMBRÛM, 2015).

Teixeira também nos dá uma base do início das atividades de extração manual de areia embarcada

Eu mais o menos, que eu sei de barqueiros que eram mais velhos que eu, é claro. Eles trabalhavam desde mil novecentos e quarenta e poucos, eles tavam já trabalhando (TEIXEIRA, 2015)

Com base nas afirmações de MambrÛm e Texeira acreditamos que as atividades desenvolvidas pelos barqueiros areiros teriam iniciado antes da década de 1930. Diante destas considerações, Fernando Catroga (2001, p.23 *apud* PEREIRA, 2015, p.22), em Memória, História e Historiografia, nos diz que “[...] a memória gera representações e se utiliza delas”. Este autor denominou de traço-vestígios, quando estes possuem para o sujeito certo simbolismo e representação, a memória é provocada, caso não exista tal atribuição de valores, não ocorrerá a retomada de lembranças. Para MambrÛm, a Ponte Internacional Barão de Mauá representa o início das atividades tradicionais de extração areia em embarcações no Jaguarão, onde demonstra que o seu avô já desempenhava o ofício antes do referido monumento.

De outra banda, como mercado do minério era promissor, pela demanda do produto nas construções civis, em seguida diversas pessoas passaram a integrar essa modalidade de trabalho. Adquiriam embarcações e passavam a explorar os locais de mineração, a fim de comercializar o produto, o qual atendia a demanda da construção civil e as suas necessidades de subsistência. Não havia formalidade no empreendimento. Conforme Santana:

- No início não era. No início até eu que era empregado era só ter dinheiro, comprar um barco e sair puxando areia. Só que tinha muita concorrência. Se um vendia a um preço a areia, o outro pra poder vender mais vendia a menos. E sempre teve essa concorrência, ninguém era legalizado, até que surgiu uma cooperativa, é, que se foi fundar. (SANTANA, 2015)

Sobre informalidade MambrÛm relatou-nos os órgãos como a FEPAM, IBAMA começaram a fiscalizar as atividades a partir do ano de 1994

E aí começou os órgão vir cobrar a tentar fazer, era uma coisa nova, muitos se apavoraram porque todo mundo achava que pegavam um barco e ia tirar areia e tava tudo bem, não tinha problema. Aí tu começa cobrar, começa a ter regras para trabalhar, começa ter que pagar imposto (MAMBRÛM, 2015)

Santana alude que sempre teve uma concorrência entre os barqueiros, mas que com a cooperativa o lucro diminuiu, sendo as atividade menos rentável

E sempre teve essa concorrência, ninguém era legalizado, até que surgiu uma cooperativa, é, que se foi fundar. Que era o Rogério, os Martim, o Míquel, este, o finado do Jaime. E aí o, e ai formaram uma cooperativa. Aí nós tínhamos que pagar no caso, quem tinha barco, tinha que pagar, se puxava duas barcada, era uma para o cara, que tinha que pagar ainda o combustível, que tinha que pagar os dois empregados. Ou seja, se o dono mesmo ia com o empregado, tinha que pagar o empregado e o combustível, e fazer outra barcada que era para entregar para a gente da cooperativa (SANTANA, 2015)

Perguntado sobre as melhorias com a fundação da “cooperativa” para os areeiros, Santana diz

- Ah, a verdade é que quando se formou a associação, isso foi na época em que eu saí. Depois disso não sei lhe informar. Pero, eu acho que para a gente da associação melhorou, acho que para os empregados eu acho que tah o mesmo, porque não tem benefício nenhum. Não tem uma carteira assinada. E na época, no inverno no mais, se dá, oito, dez, quinze dias de enchente não tira areia. Então esse empregado fica parado, sem benefício nenhum, sem ganhar. Não é como os pescadores que na época da piracema eles param de pescar, mais eles tem o benefício que ganham do governo. O barqueiro não ganha (SANTANA, 2015)

De acordo com os testemunhos, a cooperativa que Santana se refere, trata-se da Rio Mineração Jaguarão Ltda, a qual era gerenciada por Mambrüm, sua fundação se deu em 1994. A partir da sua criação todos os empreendedores que quisessem seguir no ramo desta atividade teriam que entrar para a sociedade. Entretanto, entrar para a sociedade implicaria em pagar um determinado valor em dinheiro. Alguns dos empreendedores não dispunham do valor exigido e não puderam entrar para a sociedade, e outros não quiseram fazer parte dela por acreditarem que a tal organização não teria efeito legal e que poderiam continuar extraindo areia na informalidade. Porém, a partir da sua fundação e ajuste com as disposições legais em nível federal, estadual e municipal começaram os processos de emissão de licenças operacionais de extração, ou seja, autorizações junto ao IBAMA, DNPM, FEPAM e Prefeitura Municipal de Jaguarão. As emissões das referidas licenças tinham alto custo. Os pioneiros “à legalização” tiveram que arcar com os gastos. Em nosso entender, o princípio da cobrança de “porcentagem em barcadas” teria se dado por tal motivo.

Salientamos, porém, que anteriormente ao ano de 1994, não havia controle destas atividades extrativas por parte das autoridades constituídas no município de Jaguarão, somente a Marinha do Brasil fiscalizava as embarcações com o intuito de verificar se carregavam algum material estranho a atividade e de caráter ilegal.

Rui Porto Barcellos (2105), Policial Militar da reserva remunerada da Brigada Militar, serviu na cidade de Jaguarão desde 1958, deixando de exercer suas atividades em 1988, local em que realizava inspeções as embarcações juntamente com a Marinha, nos disse em entrevista concedida, que

Fiscalizava os barcos juntamente com a Marinha, que naquela época tinha a capitania dos Portos e a Brigada Militar trabalhava com a capitania dos portos. Inclusive veio a morrer um oficial nosso. Morreu afogado, neh. E um Soldado, neh. Fiscalizavam sim, para ver se não levavam redes, outros tipos de materiais e, que não fizesse parte da rotina deles. Isso era competência da Marinha. A Brigada auxiliava quando saía barco da Marinha, que a Marinha tinha barco aqui. Tinha uma lancha. A Brigada saía para fazer o serviço da pesca predatória. Mas quanto a areia não. Isso era com a Marinha. Eles carregavam e descarregavam ali onde descarregam até hoje. (BARCELLOS, 2015).

No relato do Militar, o qual fazia rondas rotineiras no município, analisamos que havia fiscalização das atividades de pesca, contudo, no sentido da extração do minério, legalização de embarcações, seguro social dos embarcados (Carteira de Trabalho)³⁴, impactos ambientais, uso de equipamentos de proteção individual, não havia fiscalização alguma. Era só comprar uma embarcação e lançar-se ao empreendimento e contar com a sorte.

Assim vimos que toda e qualquer pessoa, participante da atividade de mineração ou não, poderia comprar um barco e extrair o mineral, e integrar o empreendimento fomentando a concorrência. Mas porque da criação da associação? Por que ela teria sido constituída? qual seriam os resultados da livre concorrência? Até quando as autoridades governamentais e os órgãos solidários às causas de proteção ambiental tolerariam essa exploração desordenada dos bens naturais neste município? Isso iremos compreender a partir de agora.

No ano de 1965, os barqueiros passaram a utilizar tração motora nos barcos, com isso passaram a dispensar a taquara. Com intuito, porém, de atender a demanda das construções que se iniciavam na cidade em face do período da ditadura civil-militar no país, onde na cidade de Jaguarão vários conjuntos habitacionais foram construídos, entre eles o da Vila Kennedy.

Esse momento fez com que estes trabalhadores pudessem investir em barcos maiores, o que propiciou a diminuição do esforço físico com a tração motora ante ao uso da “taquara”.

³⁴ Instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932 a Carteira de Trabalho e Previdência Social tornou-se documento obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço a outra pessoa, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou mesmo de natureza doméstica. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é hoje, por suas anotações, um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS (BRASIL, 2015).

Com a tração motora, chegava-se rapidamente ao local de extração. Ela poderia ser carregada com o minério e os trabalhadores³⁵, ao retornar, descansavam até a chegada, onde realizavam a descarga. Ao realizar o transbordo da carga, havia um tempo hábil para o relaxamento físico, que era o de retorno até as áreas mineradoras. Porém o resultado disso foi que eram possibilitadas mais viagens e, por derradeiro, mais esforço, em virtude de atender o mercado consumidor.

Como não havia fiscalização e nem órgãos constituídos para esse fim, muitas vezes para apressar as viagens de carga, os areeiros retiravam a areia das matas ciliares na orla do rio Jaguarão. Wilson Santana relata que

Pero antigamente, às vezes, um ia buscar uma barcada de areia e não tinha lugar pra tirar porque o rio tava cheio. Para o cara não perder a viagem, e para ganhar nem que seja uma barcada, porque, na época não me lembro, mas acho que era dez reais a barcada, pra cinco pra cada um, pra não sai sem nada, ia e tirava da beira das barrancas. E aí é uma degradação que vai fazendo na beira do rio, nos barrancos. (SANTANA, 2015).

Sobre o mesmo fato, extração ilegal, Teixeira revelou que em seu tempo de minerador não havia proibição alguma em explorar o minério ao leito do rio

Não, nesse tempo, não existia é, toda a areia que se via poderia ser retirada. Hoje tem, mais antigamente não. No inverno mesmo quando o rio crescia, agente entrava pra dentro dos mato pra trazer areia. Naqueles combro que se formava dentro das matas. Como ali, na ilha do Narol, pra cá um pouco da cachoeira. Ali era os lugares que a gente tirava a areia. Ai, se ia bem mais longe. Aí, não dava pra botar duas era uma só (TEIXEIRA, 2015)

O ex-mineradores relataram que em períodos de cheias extraíam areia das margens do Jaguarão. O que nos faz crer que a prática era comum entre os areeiros, ou seja, a degradação da mata ciliar era rotineiramente realizada quando das épocas de cheias. Isso fazia com que garantissem ao menos “um ganha pão do dia”³⁶, face às ações naturais como vento, chuva, sol agir diuturnamente no ofício areeiro. Estes teriam sido alguns motivos da imposição de que se constituísse uma empresa jurídica para explorar o mineral de forma legal. Respondendo seu administrador nas esferas administrativas, civis e criminais.

Diante do acima exposto ficou comprovada a degradação ambiental perpetrada pelos mineradores aos recursos naturais deste município. Não nos esqueçamos dos avanços das leis de proteção ambiental vistas no capítulo II, as quais se davam em nível mundial. Certamente este tipo de agressão à natureza passou a ser comum nas atividades extrativas minerais do Brasil fazendo com que as legislações diminuíssem os impactos aos ecossistemas onde elas

³⁵ Cada embarcação comporta 7,5 mil quilos de areia- cinco metros cúbico. (Santana, 2015)

³⁶ Texeira, 2015

são desenvolvidas.

Neste sentido, a falta de fiscalização de todas as esferas públicas, no período anterior ao ano 1995, contribuiu para que alguns destes trabalhadores não retornassem para os seus lares em virtude de naufrágios, conforme mostra a reportagem de Zero Hora:

Cerca de 30 barqueiros arriscam a vida diariamente no Rio Jaguarão, enfrentando as intempéries em troca de R\$6. Eles dividem o exíguo espaço nos barcos com uma média de 7,5 mil quilos de areia (cinco metros cúbicos). Em alguns casos, são transportados até 9 mil quilos. A capacidade média da embarcação é de 4 mil quilos (...). Nos últimos 12 anos três barqueiros morreram depois que viraram os barcos por causa dos ventos fortes. O barco aderna e a areia molhada, dobra o peso da embarcação, conta Miguel Alves que perdeu dois funcionários em naufrágio em 1988 (ZERO HORA, 28 JUL 2000, p. 39).

Como podemos analisar, os barqueiros arriscavam a própria vida no desempenho das atividades extrativas, onde carregavam as barcaças além do limite aceitável. Isso somado a falta de fiscalização das autoridades competentes, bem como a falta de conhecimento técnico de condições básicas de segurança embarcada, por exemplo, da necessidade do uso do colete salva vidas³⁷. O que acabou fazendo com que três deles perdessem a vida. Não retornassem para os seus lares, deixando suas famílias desassistidas. Entretanto, além das condições miseráveis de trabalho, eram vitimados pelas ações do tempo, e quando sucumbiam, deixavam saudades aos seus familiares. Era o resultado da omissão de seus patrões e das autoridades.

4.3 A livre concorrência

Como o mercado do minério areia se apresentava promissor, a partir da década de 1960, diversos empreendedores aventuravam-se na atividade. Compravam barcos, contratavam trabalhadores, ao passo que o rio passava a ter uma diversidade de embarcações e vários montes de areia na sua orla. Cada empreendedor adquiria informalmente seu espaço à beira do Jaguarão, onde se intitulava o responsável pela área, sendo que outrem não poderia utilizá-la para depositar areia.

Os comerciantes das casas de materiais de construção, bem como demais populares chegavam à beira desses montes e comercializavam com os proprietários do minério. Estes o vendiam sem preço tabelado, o que acabou gerando concorrência entre os empreendedores. Sendo que os antigos areeiros não viam com bons olhos os novos colegas. Vender a areia

³⁷ “O colete salva-vidas foi idealizado para ser utilizado numa situação de emergência ou para dar segurança permanente numa atividade aquática esportiva. A dotação de coletes deverá ser, pelo menos, igual ao número total de pessoas a bordo” (SALVAMAR, s. d.).

mais em conta seria ganhar menos, pois os custos operacionais não decresciam. Isso corrobora com o relato de Wilson Santana, o qual diz:

No início até eu que era empregado era só ter dinheiro, comprar um barco e sair puxando areia. Só que tinha muita concorrência. Se um vendia a um preço a areia, o outro pra poder vender mais vendia a menos. E sempre teve essa concorrência, ninguém era legalizado, até que surgiu uma cooperativa, é, que se foi fundar. Que era o Rogério, os Martim, o Míquel, este, o finado do Jaime. E aí o, e ai formaram uma cooperativa. Aí nós tínhamos que pagar no caso, quem tinha barco, tinha que pagar, se puxava duas barcada, era uma para o cara, que tinha que pagar ainda o combustível, que tinha que pagar os dois empregados. Ou seja, se o dono mesmo ia com o empregado, tinha que pagar o empregado e o combustível, e fazer outra barcada que era para entregar para a gente da cooperativa. (SANTANA, 2015).

Acreditamos que a ingerência e a falta de organização entre os barqueiros ocasionavam perdas pecuniárias e também discórdia entre eles. Entretanto, em face de concorrência o custo operacional ainda era viável, pois os negócios estavam no mercado de trabalho informal. Não havia nenhuma legalização do trabalho desenvolvido pelos barqueiros.

4.4 Rumo à legalização

A partir dos anos 50 os movimentos de proteção do meio ambiente começam a ganhar força no Brasil. Já no período desenvolvimentista do Governo Militar, o Brasil começa a legislar em favor da proteção dos recursos naturais renováveis e, por conseguinte, a dos não renováveis. São realizados vários fóruns de proteção ao meio ambiente Brasil e no Mundo³⁸ no sentido de se realizarem ações concretas de maneira a diminuir a ação destruidora do homem no ambiente natural em detrimento do desenvolvimento econômico.

No ano de 1994 é fundada a Rio Jaguarão Mineração LTDA, que ficava sediada na Rua Silveira Martins, 531, Centro, em Jaguarão. Era uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, cujo o parágrafo único, cláusula décima, aludia que a sua gerência seria exercida por um dos sócios, Rogério Mambrum.

O empreendimento básico caracteriza-se por unidade de extração e comercialização de areia para a construção civil sob regime de Licenciamento junto ao DNPM, conforme Lei nº6.567, de 24/09/78. Não há beneficiamento ou qualquer tratamento da areia lavrada, sendo comercializada diretamente após a sua exploração, em geral na própria área portuária. (STEIN, 2004, p.20)

A gerência da sociedade será exercida pelo sócio Rogério Mambrum, o qual, na forma da Lei, está dispensado de causão, e investido de poderes de administração em geral, podendo agir como lhe parecer conveniente, representando a sociedade em

³⁸ Ver Capítulo (2) 2.1 deste TCC: Um pouco das discussões ambientais em nível internacional.

juízo e nas relações com terceiros (RIO JAGUARÃO MINERAÇÃO LTDA., 1994, p.3).

Neste ótica, percebe-se que Mambrum era o representante³⁹ da Sociedade respondendo por ela na esfera Civil, Penal e Administrativa. Que com a fundação da sociedade os areeiros passaram a ser reconhecidos pelo Estado adquirindo nome jurídico podendo acessar recursos disponíveis em estabelecimentos financeiros para concretização de projetos⁴⁰. Ainda, com o reconhecimento da empresa poderiam contratar funcionários admitindo entre eles estrangeiros, onde os sócios deixam bem claro que:

A sociedade disporá sempre, para a execução de seus serviços, de pessoal constituído de 2/3(dois terços) no mínimo, de trabalhadores nacionais. Poderá eventualmente contratar pessoal para serviços temporários, nas modalidades previstas em Lei (RIO JAGUARÃO MINERAÇÃO LTDA., 1996, p.4).

Portanto, a Rio Jaguarão Mineração LTDA foi fundada seis anos depois da Constituição Federal do Brasil, na qual trazia princípios de controle da Degradação do Meio Ambiente, sendo necessária a regularização⁴¹ de empreendimentos com o potencial de degradação dos recursos naturais.

Nesta esteira, vamos compreender como estava o rio Jaguarão neste período em relação às jazidas do minério, como ele vinha ocorrendo no seu leito, e na área licenciada pela concessionária.

De acordo com o relatório de Monitoramento Ambiental, datado de 30 de março de 2004, solicitado para a renovação de Licença de Operação de Mineração pela Rio Jaguarão Ltda, emitido por Paulo Ricardo Stein, obtemos o seguinte histórico:

O sedimento depositado na barra em pontal vem ocorrendo em processo contínuo através das cheias cíclicas. No período de dezembro/97 até maio/98, e entre janeiro e setembro de 2003 ocorreram vários episódios de grandes cheias, o que resultou em acréscimo vertical significativo sobre a barra em pontal, e principalmente no período de 2002-2003 verificou-se um acréscimo vertical e lateral significativo. Havia sido constatado durante os estudos do RCA-PCA que devido ao débito hídrico pelo baixo índice pluviométrico, decorrendo desse fenômeno uma ausência constante nas cheias e conseqüentemente, o decréscimo da barra em pontal devido a falta da reposição de

³⁹ A partir desse momento todos os mineradores manuais embarcados que não fizessem parte da associação, integrassem seu quadro de sociedade, teriam que pagar um determinado valor para a associação. Diante disso, quase 50 areeiros embarcados passaram a trabalhar para a Rio Jaguarão Ltda. De qualquer outra forma estariam “ilegais”.

⁴⁰ Queremos dizer: Os areeiros pertencentes associação.

⁴¹ Ver o Capítulo (2) deste TCC: Histórico das legislações de proteção ao meio ambiente no Brasil, e a responsabilidade solidária dos estados e municípios para com os recursos naturais p. 35

areia. Essa situação alterou-se a partir do início de 1997 e até os fins de 2003 todo sistema lacustre-fluvial, Lagoa Mirim – Rio Jaguarão contiveram cotas elevadas dos níveis de água. No verão de 2003 – 2004 com a instalação de forte estiagem, o sistema retornou ao regime anterior. Durante o processo evolutivo do rio Jaguarão, esse meandro onde ocorre a lavra, com as cheias constantes aumentou seu avanço sobre a planície aluvionar, soterrando um pequeno lago formado pela barra, entretanto com a paralisação das cheias, o rebaixamento da barra em pontal pela atividade mineral praticamente foi mínima, pouco alterando a morfologia da barra. Pode ser afirmado que a estrutura sedimentar aumentou de tamanho devido ao grande aporte de sedimentos móveis. Como o aporte de sedimentos foi limitado aos processos de enxurradas ocorridas com chuvas de curto período de duração, o assoreamento da drenagem passou a ser uma constante, já que não havendo cheias periódicas, o sedimento deixou de ser transportado rio abaixo, causando colmatação no próprio canal da drenagem. Hoje se verifica que praticamente o rio, neste trecho estudado, possui um fundo chato, aplainado, deixando de existir o canal preferencialmente dentro do leito da drenagem (STEIN, 2004, p.26).

Diante do estudo do monitoramento ambiental acima podemos ver que no final da década de 1990 e início do século XXI a área em estudo apresentou um acúmulo de areia através das cheias, mas que com a intervenção humana a barra de pontal obteve alterações, que, segundo STEIN (2004), foram de pouca significância. Deduz-se então que a exploração do produto se corretamente processada causa benesse ao ecossistema, desassoreamento do rio, sendo permitida pelos órgãos de proteção ambiental, especialmente, pelo IBAMA responsável pela jurisdição de bens da União em áreas de fronteira. Neste excerto, verificou-se o processo pelo qual a natureza reabastece esse recurso neste município. Claro que não podemos crer⁴² fielmente nesse documento, pois, fora encomendado.⁴³

Em 1996, através da Licença nº 01/96, o Prefeito Municipal de Jaguarão, Fernando Gonçalves Barreiros, tornava público o serviço de mineração do município de Jaguarão: Lavra de areia- a céu aberto, sem beneficiamento, em recurso hídrico. O local designado, licenciado seria 07 km ao leito do rio Jaguarão, a Montante da Ponte Internacional Barão de Mauá, localizado entre as coordenadas de Latitude 32°34', 35,8' e Longitude 53°23'56. Este serviço existia na informalidade, como já vimos, desde o início do século XX,

O Prefeito Municipal de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, usando as atribuições que lhe confere/ a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que dispõe, o artigo 3º da Lei 6.567 de 24 de setembro de 24 de setembro de 1978, o código/ de Mineração e de conformidade com a Portaria nº 148 de 27/ de outubro de 1980 do Diretor Geral do DNPM/MME, concede à/ Rio Jaguarão Mineração Ltda,

⁴² Marc Bloch (2001) nos adverte: “Que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. [...] Do mesmo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (BLOCH, 2001, p. 89). Diante dessa advertência, deduzimos que ao trabalharmos com todo e qualquer documento temos de tomar cuidados e realizar uma leitura crítica deles.

⁴³ A Sociedade Por Quotas Rio Jaguarão Ltda solicitou o Relatório do Monitoramento de Impacto Ambiental para a renovação de licença em 2003. (STEIN, 2004)

CGC/MF nº 00340229/0001-75, estabelecida à rua Silveira Martins nº 531, Licença Mineral/pelo prazo de 10 anos, a partir desta data, para extração de areia, em uma área de 50,00 hectares, no leito do rio Jaguarão, trecho compreendido entre o arroio dos Lagões e arroio das Teterras, destinando os materiais extraídos ao/ emprego imediato na construção civil (JAGUARÃO, 1996, L.O- 001/96).

Em 17 de junho de 1997, a Rio Jaguarão Ltda, através da Autorização de Registro de Licença nº 1.440, recebe autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral 1º Distrito, Ministério de Minas e Energia, para explorar a substância mineral areia de terrenos de Jurisdição do Ministério da Marinha, até o ano de 2006, no lugar denominado Rio Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1997).

Com a regularização da empresa os trabalhadores embarcados mineradores já poderiam ter as benesses previdenciárias, dentre outros recursos sociais, porém, permaneceram na informalidade. Uma explicação para isto é que este mercado de trabalho era composto por trabalhadores estrangeiros, que o viam como uma alternativa ao desemprego assim como também para os trabalhadores brasileiros que não tinham cursado se quer o ensino fundamental. Para comprovarmos tal afirmação, valemo-nos no relato testemunhal de Wilson Santana quando diz que por ser estrangeiro e não obter documentação legal no Brasil empregou-se nos barcos areeiros:

A necessidade, não. Uno como estrangeiro. No caso eu que não tinha documentação brasileira. Então, eu como estrangeiro, é, se torna difícil tu pegar um trabalho, um serviço. Só que no Brasil ninguém te conhece, então, surgiu essa oportunidade no barco areeiro, não precisa documento, não te assinam carteira, nada então, eu peguei e fui trabalhar, e graças a Deus trabalhei. Nunca tive problema assim de saúde, de problema de coluna, ou algo que, pelo menos até agora. A obrigação, às vezes, a necessidade, te obriga a fazer o serviço, sem escolha do serviço do que tu vai fazer. (SANTANA, 2015).

Teixeira relatou que trabalhava como barqueiro pela falta de opção: “Mais precisava se não tinha nada pra comer. É tinha que trabalhar” (TEIXEIRA, 2015)

Os relatos dos antigos mineradores embarcados integram tantas outras explicações de como as pessoas chegavam até o cais do porto atrás de trabalho. Assim, podemos afirmar que os areeiros, realmente, vinham de comunidades pobres, os quais viam na profissão o meio de prover seus víveres. Desta maneira, lançavam-se ao árduo trabalho de extração embarcada. Talvez não cobrassem seus direitos trabalhistas com receio de ficarem desempregados. Mesmo na informalidade, quando não chovia, levavam o pão para a família.

Contudo, a fundação da Sociedade se revestiu nos primeiros passos rumo à legalização da atividade, bem como da sua organização. Paralelo a esta, havia outros trabalhadores que

não haviam se integrado ao quadro de sócios da empresa e, que, portanto, não estariam “legalizados”.

No final da década de 90 e início do século XXI, a Rio Jaguarão Ltda, única Licenciada para exploração das jazidas de areia ao longo do Jaguarão, entrará em conflitos com a administração municipal, a qual determinava que fosse extraída areia do ao leito do rio por servidores municipais utilizando-se de uma draga, de retro escavadeiras e com caminhões caçamba para realizarem o transporte. Segundo Mambrum e Miguel Alves (outro areeiro que havia sido licenciado), o município não dispunha de licença para a exploração do minério⁴⁴. A edição o Jornal ZERO HORA (Porto Alegre), de 28 de julho de 2000, demonstra que duas mineradoras acusavam a Prefeitura Municipal de extrair areia ilegalmente:

Duas mineradoras de Jaguarão acusam a prefeitura municipal de extração ilegal de areia do rio que dá nome à cidade. Os empresários Miguel Alves e Rogério Mambrum, únicos concessionários para a exploração, afirmam que a prefeitura utiliza uma draga para retirar areia do leito do rio. Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a administração municipal não tem licença para a extração.(...)O minério é colhido do leito do rio Jaguarão, na localidade de Passo das Pedras, 10 quilômetros do centro.(...) Conforme o empresário Miguel Alves, a prefeitura está retirando o material de uma área cadastrada em seu nome para pesquisas e ainda não liberada para extração (ZERO HORA, 28 JUL 2000, p.39).

No excerto acima podemos perceber que as autoridades municipais estavam descumprindo a Lei implementada pela Constituição Federal de 1988, que determinava que para extrair recursos minerais de determinada região dependeria de um Estudo do impacto ambiental e de licença expedida pelas secretarias municipal, estadual e federal do meio ambiente. Igualmente, verifica-se que Miguel já havia dado andamento de um estudo de impacto ambiental da área em litígio. Entretanto, Miguel era sócio de Mambrum. Assim percebe-se que ele estava adquirindo “ferramentas” para se desvencilhar da Rio Jaguarão. Isso demonstra que os areeiros estavam rumo à legalização. Entretanto, o município não dispunha se quer de um processo de licenciamento. Conforme a coordenadora regional da FEPAM na época, em Rio Grande, Lúcia Anelo: “Não temos nenhum processo de licenciamento para a prefeitura de Jaguarão. Se está havendo retirada, ela é passível de autuação. A administração precisa de Licença para a atividade” (ZERO HORA, 28 JUL 2000, p.34).

Nesta esteira, a Rio Jaguarão passou a comandar as atividades extrativas, ao passo que outros empreendedores não haviam regulamentado suas áreas de mineração. Conforme a FEPAM, só os concessionários autorizados poderiam extrair o minério, isso dentro da área

⁴⁴ A produção média através do processo tradicional com barcos é de 2.000 metros cúbicos por mês. (STEIN, 2004)

concedida. Toda e qualquer área a ser explorada dependeria de um estudo de impacto ambiental como já vimos. Assim, o comércio de areia foi monopolizado pela Rio Jaguarão Mineração LTDA, que havia sido pioneira na regularização. Quem quisesse explorar o minério e que estivesse fora dessa empresa teria de pagar-lhe determinado valor a cada metro cúbico. Segundo relato em processo judicial, no qual um dos areeiros havia sido flagrado extraindo areia do Rio, de maneira irregular, e se defendia da imputação da Lei, podemos perceber a cobrança da associação aos que não haviam entrado na sociedade:

(...)Firmou contrato verbal com ROGÉRIO MAMBRUM estipulando o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o metro cúbico de areia retirada. Vende o metro cúbico a R\$ 10,00 (dez reais) para empresas do ramo desta cidade. Rogério Mambrum informou que tem autorização do órgão competente para explorar a extração de areia do Rio Jaguarão. Rogério não indicou ao declarante a área abrangida pela autorização da União. Iniciou essa atividade há trinta anos, sendo que desde 1999 está autorizado pelo DNPM e pela FEPAM para extrair areia de outra área do rio, a qual se encontra alagada, neste momento, estando imprópria para retirada do material. Retira, em média, duas barcadas de areia (06 metros cúbico cada) por dia. (BRASIL, 2005).

O barqueiro, Wilson Santana⁴⁵, alegou que por não pertencer à associação havia de pagar a cada três barcadas, uma para a empresa. Isso segundo ele, acabou fazendo com que a grande maioria dos empreendedores encerrasse as atividades pelo alto custo operativo e baixo lucro e ainda competitividade. Desta forma, os empregados dos barqueiros que abdicavam o empreendimento, passaram a compor os efetivos operacionais da concessionária autorizada, a qual chegou a atingir um grupo de 50 trabalhadores (ZERO HORA, 28 JUL 2000), mas que havia diminuído para cerca de 25 quando a prefeitura havia começado a mineração ilegal. Isso na década de 1990.

Isso nos leva a crer que cerca de 150 pessoas subsistiam do trabalho dos areeiros, em número de um trabalhador para cada três familiares.

Em 2002, o município de Jaguarão publicava a Lei Complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual criou o seu Código de Meio Ambiente e de Posturas. Esta lei instituiu as medidas de polícia administrativa, a cargo da municipalidade, relativas ao meio ambiente, a higiene, dentre outras (JAGUARÃO, 2002).

Esta Lei, em seu Título II “Do Meio Ambiente e do Controle da Qualidade Ambiental”, capítulo I, trouxe as orientações gerais para o trato das questões com o uso dos recursos naturais. É a partir desse momento que o município começa a regularizar as suas áreas de mineração em relação a legislações Federal e Estadual. É a partir desse período que

⁴⁵ Santana, 2015.

os trabalhadores areeiros passam a sofrer as consequências da implementação desta lei, que na realidade foi uma necessidade para realizar o ajuste das atividades que causassem impacto no meio ambiente, dialogando com Carta constitucional de 1988. A qual determinava que os estados e municípios passassem a implantar políticas de proteção ao meio ambiente em conjunto com o governo federal, obrigando-os a legislar, bem como promover as políticas em favor do meio ambiente, a fim de se que se processasse o Desenvolvimento Sustentável.

Obviamente, as políticas ambientais em nível federal e estadual, que não alcançavam estes trabalhadores pela falta de legislação municipal regulamentando a atividade, agora passaria a integrar o cotidiano das atividades laborais desses mineradores, os quais serão impedidos de extrair o referido minério em virtude de não estarem adequados às normatizações, e também por em diversas vezes extraírem areia de área proibida como das encostas e barrancas do rio e da sua mata ciliar, ou seja, fora da área das coordenadas de latitude e Longitude estabelecidas. Conforme notícia veiculada no Jornal A Folha:

Depois de alguns dias de investigações, as equipes do Ibama e da Patram entraram em ação, no dia 1º de novembro, realizando a apreensão de oito embarcações de areeiros, no rio Jaguarão e a sua autuação dos proprietários que estão incursos em pesadas multas. Segundo as informações, os areeiros tiveram seus instrumentos de trabalho apreendidos, por infringirem o artigo 44 de Lei 9.605/98, que diz: o seguinte: Extrair de florestas do domínio público considerado de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer outra espécie de minerais. (...) (A FOLHA REGIONAL, 09 NOV 2000, p.8).

De outra banda, cabe gizar que os órgãos competentes expediram as licenças de operação para à Rio Jaguarão Ltda somente no leito do rio, sendo que a extração se daria em bancos areais, barra de pontal, meio do rio, áreas assoreadas por detritos sólidos vindos com a correnteza e que se depositam num determinado local. Isto faz com que o leito do rio não seja navegável. Este fica sem profundidade durante o processo de concentração desse material sólido, o que resulta em enchentes quando há grande acúmulo de água em períodos chuvosos, e secas em períodos sem chuva. Isto haja vista que o rio fica sem profundidade não concentrando água. Esta apenas passa pelo seu leito desaguando na Lagoa Mirim. Um dos principais motivos do assoreamento do rio, segundo a Stein Geologia segue na afirmação de que

Esses bancos de areia que estão sendo formado em ritmo acelerado, demonstrando que o assoreamento vem sendo intenso e é causado por fatores não relacionados a este empreendimento. O mais provável é que as causas sejam o desmatamento nas áreas das nascentes e a exploração agrícola intensa (cultivo de arroz) em toda a área do entorno, tanto do lado brasileiro e uruguaio (STEIN, 2004, p.64).

Diante disso, concluímos também que o cultivo de arroz é um dos grandes responsáveis pelo assoreamento do Jaguarão. Assim podemos ver que o trabalho dos mineradores areiros, caso seja executado de modo correto e orientado por biólogos e geólogos, de onde é permitido, causa benesses à natureza contribuindo para o desassoreamento do curso do rio e, por conseguinte, evitando grandes estragos às residências ribeirinhas pelas enchentes e, ainda, propiciando que ele sirva como depósito de águas em períodos de seca, podendo este continuar navegável. Corroborando com isso, Mambrum afirma que

Se ele tira uma pá hoje, um barco hoje, primeira, amanhã, já vem dois barcos pra aquele local. Por que é muito pequeno a extração da areia. Não dá tempo. E mesmo que tivesse uma máquina grande, uma draga grande, o local que tivesse feito a extração, hoje, ela tiraria vamos supor, mil metros de areia, primeira correnteza que tem, que o rio corre, ela vai trazer dois mil metros de areia. Se não esse rio hoje, que eu fui criado ali dentro do rio Jaguarão, ele não taria assoreado do jeito que tá. Atulhado de areia dessa maneira. Se tivesse extração bem forte ele hoje não taria dessa maneira. (MAMBRUM, 2015).

De diferente modo, caso seja extraído o minério das barrancas, mata ciliar, aí sim teremos degradação ambiental, pois estas servem como filtros de detritos, impurezas, lixo humano, agrotóxicos, bem como de contenção do alargamento das margens do próprio rio resultando em grande pacto ambiental ao ecossistema (FARIAS, 2007, p.82)

Acreditamos com base nas denúncias do Jornal A Folha Regional, Processos Criminais, bem como os relatos dos mineradores, que estes ao confrontarem o exercício das suas atividades com o que previam as Legislações ambientais, a partir de 1988, ficaram desempregados sem condições de proverem suas necessidades mais básicas de existência por desrespeitarem a natureza⁴⁶. Ou seja, nas épocas de enchentes do rio Jaguarão, as áreas licenciadas para a exploração do minério ficam totalmente dentro d'água, não sendo possível realizar a extração manual. Entretanto, como não recebiam nenhum seguro social, os trabalhadores passaram a extrair a areia das barrancas do rio, das matas ciliares⁴⁷, restando

⁴⁶ “Art. 44. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais” (BRASIL. LEI Nº 9.605, 1988, art. 44).

⁴⁷ “Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção” (BRASIL. LEI Nº 9.605, 1988, art. 38); “Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente” (BRASIL. LEI Nº 9.605, 1988, art. 39).

incursos nas penalidades da lei. Tal degradação é de fácil constatação, é só olhar, entre os montes de areia no cais do Porto, e ver vegetações misturadas ao mineral.

No ano de 2003, com a exigência da Lei Federal, Estadual e municipal, no quesito de estudo de área utilizada para mineração, bem como de licenças a serem expedidas por cada órgão dentro da sua esfera de atribuição, venceram os prazos das licenças e as operações mineradoras foram caçadas até a regularização da situação. Somado a isso estava o desenrolar de diversos processos criminais de extração de areia em área ilegal, ou seja, que não estavam dentro da área de concessão emitida pelas autoridades (FEPAM, IBAMA). Provavelmente ficaram incursos no Art.10, 11, 12, nos incisos I, II: a, c, e, i, j, o do Art. 15 da Lei 96058/98⁴⁸. Mambrum nos diz que:

“Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator (BRASIL, LEI Nº 9.605, 1988, art. 12).

Em 2003, aí chegou a ordem judicial que nós tinha que parar de trabalhar. E aí se parou. Veio oficial de justiça, junto com a Brigada e a extração de areia não poderia ser feita. Se não tivesse legalizada. Aí foi um horror pra aquele pessoal que tá acostumado a trabalhar e conhecer o barco, entregar areia, pegar o dinheiro deles, sustentar a família. E aí se é na época eram 18 barcos de areia. (MAMBRUM, 2015).

Nesse período os barqueiros, por força de decisão judicial, tiveram suas atividades laborais extrativas do mineral cassadas, onde ficaram desempregados. Organizaram-se, lutaram na justiça através de uma liminar, onde puderam continuar trabalhando por um período muito curto de tempo (Os entrevistados não souberam responder quanto tempo ficaram sem poder exercer suas atividades). Tendo sido novamente estabelecida a cassação das licenças destes. Conforme Mambrum, foi nesse momento que o vereador Wilson Pinto da Silva⁴⁹ passou a ajudar o grupo a legalizar o trabalho, bem como a operacionalização da

⁴⁸ “Art. 10. As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos” (BRASIL, LEI Nº 9.605, 1988, art. 10). “Art. 11. A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais” (BRASIL, LEI Nº 9.605, 1988, art. 11).

⁴⁹ Em busca da veracidade desta informação fomos até a Câmara de Vereadores de Jaguarão, onde obtivemos a informação de que não havia nenhum documento registrado nas atas de 2003/2004/2005 sobre os Barqueiros areeiros e, tampouco, especificamente a “ajuda” do vereador Wilson para com a comunidade mineradora. Entretanto cremos na veracidade dessa “ajuda” através de testemunhos informais cedidos por Alzemiro Garcia e Adão Vilfredo (Policiais Militares), que teriam acompanhado a situação na época.

associação, contratando técnicos para estudos dos locais de extração e de documentação necessária para a realização do empreendimento. Segundo Mambrum:

Isso começou, já existia. A gente sabia disso. Isso começou lá em dois mil e três, para dois mil e quatro. E aí começou os órgão vir cobrar a tentar fazer, era uma coisa nova, muitos se apavoraram porque todo mundo achava que pegavam um barco e ia tirar areia e tava tudo bem, não tinha problema. Aí tu começa cobrar, começa a ter regras para trabalhar, começa, como tu mesmo citou, ter que pagar imposto.(...)No primeiro impacto nós não tivemos nada. Veio uma ordem e mandaram parar porque existia uma firma legalizada que tava chegando e todos que teriam que trabalhar teriam que estar legalizado. Veio uma ordem judicial e nós tivemos que parar. E aí o ser humano é extinto. Por que parar? Nós temo trabalhando, não temo praticando atos ilícitos. Ai se reúne com um, se reúne com outros. E chegou em Jaguarão, eu me lembro, tenho a memória muito bem, o vereador Wilson Pinto da Silva. Ele chegou, deu um abraço nos areeiros. E aí ele começou a correr atrás e levar o caminho certo, pegar informações. O prefeito na época era o Fernando Barreiros, se ficou muito, vou te dizer, se sensibilizou com a categoria. Porque era muito difícil sair de Jaguarão e aí começou a legalizar. Mas o padrinho disso aí foi o Wilson Pinto da Silva, vereador. Memória dele. (MAMBRUM, 2015).

Depois de realizados estudos, emissão de documentação, os barqueiros tiveram suas atividades cotidianas liberadas, oportunidade que festejaram realizando confraternização. O modelo estatutário foi copiado da associação dos carroceiros de São Lourenço do Sul com alguns reajustes de maneira a adaptar às funções dos mineradores jaguarenses.

Contudo, de acordo com os relatos e análise dos testemunhos destes profissionais, os dias foram muito difíceis para essa comunidade que inicialmente realizava suas atividades sem controle algum de qualquer órgão governamental. Em uma segunda fase passam a ser perturbados diuturnamente pelos órgãos que se constituíam em razão da defesa da exploração consciente, sustentável, dos recursos naturais, oportunidade que dão os primeiros passos para a regularização, mesmo que precária, do empreendimento. Diante disso, passam a prestar serviço para a concessionária, Sociedade por Quotas Rio Jaguarão Ltda, ou seja, são obrigados a pagar para explorar. Isso significa diminuição de lucros para nossos trabalhadores. E, numa terceira, tem suas atividades laborais proibidas, em virtude de, ainda, não estarem plenamente em acordo com as normatizações. Estes passam a sofrer as consequências do resultado da relação de exploração ilegal, e não legalização do ofício. O que fez com eles passassem por extremo estado de pobreza sem condições de proverem, se quer, a alimentação para as suas famílias. Estas contaram com o apoio de representantes dos órgãos legislativo e executivo da época, que lhes doaram cestas básicas de alimentação até que a situação fosse resolvida, pois *“a panela lá do areeiro, a criança não tem que esperar”*

O prefeito se sensibilizou e aí começamos a fazer os trâmites. Esse meio tempo, a gente não tinha o que fazer. Aí o vereador Wilson Pinto da Silva ajudou. Deu uma ajuda de uma cesta básica. Foi aí também que surgiu a cesta básica para os pescadores, que eu sou testemunha disso. E foi criado a cesta básica para os pescadores. E aí a gente começou a fazer os trâmites, mas demora. E a panela lá do areeiro, a criança, não tem que esperar. Aí a gente entramos com uma liminar e conseguimos seguir trabalhando, mesmo que precariamente. Aí vinha a denúncia, prendiam, processo. Outros prendiam dois, e ia mais dois trabalhar. De noite, fazendo o quê? tava descumprindo a lei. (MAMBRÛM, 2015).

Assim as pessoas que realizaram pesadas jornadas de trabalho para fornecerem o minério base para ser empregado na construção civil de Jaguarão , município que tem uma série de prédios considerados patrimônio histórico do Brasil, foram vítimas do próprio Estado, o qual necessitava do seu esforço físico para alavancar o seu crescimento econômico, mas que não lhes dava se quer o direito de saírem seguros para o trabalho, pois se adoecessem ou perdessem suas vidas nenhum seguro social lhes caberia. Positivamente, às suas próprias expensas conseguiram se organizar, constituíram empresas, associações, ergueram seus semblantes frente aos distúrbios causados pelas forças governamentais aos seus empreendimentos.

Digno de nota são os períodos das cassações de licenças da Rio Jaguarão. Estes faziam com houvesse um maior custo econômico para os jaguarenses, os quais tinham que pagar um maior valor pelo produto que era trazido da cidade de Pedro Osório em caminhões. Diminuindo o poder aquisitivo da comunidade que reduzia suas construções civis proporcionalmente a diferença do valor que pagavam. Prejuízo de grande monta para as famílias com baixos salários que foram e são a maioria nesta cidade.

Portanto, mesmo pagando com a própria vida, nossos personagens adquiriram conhecimentos indispensáveis à segurança no trabalho que desenvolviam; aprenderam a respeitar o meio ambiente, plantam árvores à beira rio⁵⁰; adaptaram-se às normatizações ambientais e aos distúrbios à profissão pela ingerência do Poder Público. Hoje permanecem exercendo suas atividades de maneira sublime, fornecendo areia para o município, deixando, enquanto permanecerem ativos, *“o seu suor plantado em cada casa desse chão”*.

Segundo Leal (2012, p.3), em Memória, rememoração e lembrança nos diz que

⁵⁰ Durante entrevista concedida, ao ser perguntado sobre a degradação ambiental causada pela profissão, Mambrum nos diz: “A degradação do meio ambiente, eu sou uma pessoa apaixonada pelo meio ambiente. Eu vou te falara assim: impacto ambiental nenhum. Mas o areeiro, o areeiro, nós areeiros cuida isso como ninguém. Cuida um animal, cuida uma árvore que tá caída, e se tem um local que tá sendo prejudicado a gente vai lá e planta. E bem antes, bem antes do órgãos pedirem para cuidar eu já vinha cuidando, claro, tem pessoas e pessoas” (MAMBRÛM, 2015)

A memória individual não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.

Destarte, o testemunho oral individual das lembranças dos areiros embarcados nos permitiu que víssemos como eles trabalhavam, suas visões sobre essa atividade, bem como sobre as leis ambientais desde os tempos mais remotos da profissão.

Na imagem abaixo demonstramos o lado social dos trabalhadores areiros.



IMAGEM 07: BARQUEIROS DOANDO AREIA PARA A QUADRA DE ESPORTES QUE FICA A MONTANTE DA PONTE MAUÁ E AO LADO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE JAGUARÃO. FONTE: ARQUIVO PESSOAL FAMÍLIA MAMBRÛM, 1990.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar a trajetória dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão, bem como as suas adaptações às normatizações ambientais a partir da década de 1960 até o ano de 2004, período pelo qual passaram a sofrer uma série de distúrbios advindos do poder público em relação a necessidade de legalizar o ofício em acordo com as normatizações ambientais. Vimos que estas passaram a ganhar uma maior atenção no Brasil face ao período desenvolvimentista (1964 a 1985) que se utilizava em larga escala dos recursos naturais na confecção industrial de bens duráveis, o que visava à substituição das importações. Sendo seu ápice a Constituição Federal de 1988, seu Art. 225. Este período foi o responsável por uma série de alterações nas atividades cotidianas dos mineradores tradicionais, uma vez que gradativamente tiveram que de se adequarem às exigências do novo mercado no que tangia ao aumento da demanda do produto e de investimentos em tecnologias (embarcação a motor), bem como às políticas públicas que passaram a regulamentar as atividades causadoras de degradação do ambiente natural que vão atingir os areeiros embarcados a partir da década de 1990 (Lei, 9605/98)

Para estudarmos as adaptações dos barqueiros areeiros a essas políticas públicas tivemos que realizar um estudo sobre o “Histórico das legislações de proteção ao meio ambiente no Brasil e a responsabilidade solidária dos Estados e municípios para com os recursos naturais”. Estudo que propiciou que realizássemos a análise do comportamento deste país face às organizações mundiais que passaram a agir em defesa do uso consciente dos recursos naturais, e como essas políticas passaram a integrar a pauta dos governos militares a partir do ano de 1964, os quais foram responsáveis por uma série medidas econômicas que objetivavam a implementação da indústria bens duráveis, de substituição das importações, a custo dos recursos naturais.

Nesta esteira verificamos que as políticas ambientais de controle do uso inconsciente dos recursos naturais no Rio Grande do Sul tiveram início a partir da década de 1930, cujo um dos principais ativistas foi Henrique Luiz Roessler, fundador da primeira entidade civil de defesa ambiental no Estado. Roessler foi um dos mais importantes divulgadores de proteção à natureza até o ano 1960; que no decorrer das décadas de 1960 e 1980 (período dos Governos Militares) a construção civil do Brasil e de Jaguarão ganhou fôlego com a construção de residências, como por exemplo: a edificação de casas populares no Bairro Kennedy para alojar os moradores do “Cerro da Enfermaria”. Este período também foi responsável por uma série de alterações no ambiente de trabalho dos mineradores areeiros embarcados manuais,

que realizaram uma série de investimentos para atenderem o mercado promissor e também às normatizações ambientais que ganhavam força no país.

De outra banda, para compreendermos como se iniciaram as políticas públicas de controle ao uso desregrado do meio ambiente no município de Jaguarão realizamos um breve estudo sobre a sua História Ambiental, onde procuramos evidenciar que o atual território do município vinha sofrendo modificações em seu ambiente paisagístico natural desde o período pré-colonial. Período em que os povos nativos causavam uma diminuta alteração no meio ambiente, mas que ele podia se regenerar. O que passou a não ser mais possível a partir do século XVIII e XIX com a instalação das guardas militares portuguesas e espanholas. Estas, como o objetivo de guarnecer os espaços “conquistados”, passaram a fixar pontos estratégicos nesta localidade causando uma série de alterações ao ambiente natural de maneira que ele próprio não conseguiria mais prover sua recuperação. Sendo, portanto, que os espaços naturais foram ocupados, degradados, e que a natureza servia de “prato cheio” para o projeto de construções civis, bem como de fonte de víveres para as populações que se aumentavam; que integrando o cotidiano dessas populações estavam o comércio advindo das navegações realizadas pelo rio Jaguarão, o trabalho escravo, de mercadorias, a agricultura, a pecuária, bem como as doenças que eram motivo de preocupações das autoridades constituídas no local; que as construções civis e a agricultura se quer respeitaram as regiões de banhados.

Nossa investigação, através dos periódicos do Jornal A Folha de Jaguarão, Diário Popular de Pelotas, apontou que em pleno século XXI o município não dispõe de um tratamento do seu esgoto público, o qual é lançado no leito do seu rio homônimo, provavelmente, desde o período colonial. Rio que em épocas de cheias assola as residências das famílias do bairro Vencato, Rua Andrade Neves e a 20 de setembro, centro, locais de banhado. Regiões que foram ocupadas por diversas famílias pela inércia do Poder Público, o qual não pensou sobre as questões socioambientais atreladas a esse processo, ou seja: na degradação da fauna e da flora; e na desgraça das famílias que perdiam tudo que tinham com as águas “invadindo” suas residências como veiculavam os jornais mencionados acima.

Nosso estudo também permitiu descobrir que esse mesmo poder público que desrespeitou o curso normal do rio Jaguarão, erguendo um Cais do Porto, degradando a mata ciliar; que permite a morte de várias espécies da fauna e da flora pelo uso de fertilizantes e pesticidas nas regiões de banhado próximos ao rio; que fecha os olhos para o seu assoreamento ao permitir que banhados ao leito do Jaguarão sejam transformados em terras cultiváveis; que permite que o esgoto municipal seja jogado no seu leito é também um dos

maiores culpados pela degradação das matas ciliares da orla do rio Jaguarão, e pela incursão dos mineradores areeiros em crimes ambientais.

Deduzimos isso porque, a partir da década de 1990, de acordo com a investigação que fizemos nas fontes documentais, bem como dos testemunhos orais, Laudos de Estudo de Impactos Ambientais e Jornais, verificamos que foram, na maioria das vezes, nas épocas cheias do Jaguarão que os areeiros embarcados foram flagrados pelas autoridades realizando extração ilegal em regiões de matas ciliares. Eles afirmavam que faziam a extração destes locais por não terem benefício social algum, não terem carteira de Trabalho Profissional assinada, e, com as cheias, chegavam a ficar muitos dias parados sem ter de onde tirar o sustento para suas famílias. Que desde o princípio das atividades até o século XXI, mesmo com a legalização da empresa, continuavam sem ter assistência social alguma. No entanto, antes da legalização da Rio Jaguarão Ltda., 1994, não eram alcançados pelo Estado. Posteriormente, mesmo em sendo, caso quisessem benefício social, teriam que se registrarem como autônomos, como afirmara Mambrüm na entrevista que nos concedeu.

Destarte, caso existisse uma fiscalização da Marinha do Brasil, do Ministério do Trabalho, Ministério Público, do IBAMA, da FEPAM, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, provavelmente estes trabalhadores não estariam incursos em crimes ambientais. Não perderiam suas vidas para prover seu sustento e o minério para Jaguarão. Estes e os seus familiares teriam seus direitos guardados de fato pela constituição Federal. Obviamente estes trabalhadores embarcados extraem o mineral, que é vendido pela sociedade Rio Jaguarão, que certamente paga impostos. Tais impostos deveriam ser revertidos, mesmo que em uma parte, numa espécie de “fundo” para socorrer estes profissionais nas épocas de cheias do Jaguarão, oportunidades que são proibidos de realizar a extração. Assim não entrariam em desespero por não terem como prover os víveres para seus dependentes.

Em nosso olhar, esse desespero fazia com praticassem condutas lesivas aos recursos naturais, mesmo sabendo da proibição. Estas condutas foram sendo denunciadas pela União e pelo Estado fazendo com que o município de Jaguarão criasse a lei Complementar nº 002, de novembro de 2002, a qual institui o Código de Meio Ambiente e de Posturas do Município de Jaguarão, esta lei estava embasada no art. 225, Capítulo da constituição Federal de 1988. Ela determinou que todo o empreendimento causador de degradação ambiental em Jaguarão dependeria de um estudo prévio de impacto ambiental. Esta lei foi sentida em 2003 pela comunidade de areeiros, os quais tiveram suas atividades laborais cassadas, proibidas, por uma série de irregularidades administrativas e criminais denunciadas pelo Ministério Público. Esta denúncia foi responsável por fazer com que os nossos personagens ficassem um longo

período sem poder extrair o minério ao leito do rio. Também fez com que se unissem, dialogassem com o poder executivo e legislativo local, onde buscaram recursos financeiros, orientação administrativa e jurídica para legalizarem suas atividades. Estes valorosos conseguem uma liminar na Justiça para liberação dos seus trabalhos, a liminar é derrubada. Empenham-se e, por fim, conseguem a realização do Estudo do Monitoramento e Impacto Ambiental dos locais de extração. Encaminham as documentações aos órgãos pertinentes e, em 2005, comemoram a liberação das licenças de mineração ao leito do Jaguarão.

Diante de todas as considerações, percebemos que mesmo sendo desprovidos de conhecimento jurídico, recursos financeiros, de instruções a respeito do seu trabalho, eles conseguiram se adequar às normatizações ambientais. E continuaram fornecendo o minério de maneira tradicional para a construção civil do município de Jaguarão. Os barqueiros areeiros tem sua história registrada em cada construção material desse município, *“tem seu suor plantado em cada casa desse Chão”*. Nem mesmo a fome, a morte e o desespero os fizeram sucumbir. Mesmo quando parecia impossível, *“quando a panela não esperava”* eles não desistiram.

Diante das confrontações críticas e reflexivas de todas as provas, evidências e indícios dos testemunhos orais, escritos e audiovisuais, acreditamos que o Poder Público é um dos maiores responsáveis pelas mortes dos mineradores areeiros embarcados e pela degradação ambiental que existe no espaço geográfico do município de Jaguarão desde a instalação das guardas militares no período colonial. E, no caso específico dos areeiros, este mesmo poder deveria corrigir a sua inércia fiscalizando as atividades destes mineradores embarcados para que eles tivessem, no mínimo, registro em sua carteira profissional, a fim de serem socorridos pela seguridade social, previdência, em casos de sinistros e de proibição de exercerem suas atividades por razões de cunho naturais. Resumindo, o governo reconhece que existe extração do minério ao leito do rio, cobra imposições por isso, entretanto, não cobra que no mínimo os profissionais areeiros tenham a dignidade de serem segurados pela previdência social.

REFERÊNCIAS

A FOLHA REGIONAL, Jaguarão, 04 fev 2000, p. 7.

A FOLHA REGIONAL, Jaguarão, 09 nov 2000, p.14

A FOLHA REGIONAL, Jaguarão, 10 mai 2007, p. 3.

ANNIBELLI, Mariana Baggio; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Mineração de areia e seus impactos sócio-econômico-ambientais. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI. **Anais...**, Manaus - AM, 2006.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BARREIRA, Ieda de Alencar. Memória e História para uma nova visão da Enfermagem no Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 87-93, jul 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 fev 1934. Seção 1, p. 2882.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Minas e Energias. Departamento Nacional de Produção Mineral. Autorização de Registro de Licença nº 1.440, de 17 de junho de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 junho 1997. Seção 1, p. 119.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 fev 1998. Seção 1, p. 122.

BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **TRF-4 – Apelação criminal**: ACR 4881 RS 2000.71.10.004881-3/RS. Relator: Paulo Afonso Brum Vaz, data de julgamento: 26 out 2005, data de publicação: 09 nov 2005, p. 374.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 mai 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). Portaria nº 84, de 22 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun 2012. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS)**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/index.php/carteira-de-trabalho-e-previdencia-social-ctps>>. Acesso em: 13 nov 2015.

BRASIL. Marinha do Brasil. Serviço de busca e salvamento (SALVAMAR). **Use coletes, ele salva vidas:** normas para embarcações de esporte e recreio. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/salvamarbrasil/coletes.html>>. Acesso em: 13 nov 2015.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nr 302, de 20 de março de 2002. Publicada no DOU nr 90, de 13 de maio de 2002, Seção I, páginas 67-68. (Áreas Protegidas – Área de Preservação Permanente) Disponível em: www.mma.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298. Acesso em: 14 Dez 15.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nr 369, de 28 de março de 2006. Publicada no DOU nr 061, de 29 de março de 2006, Seção I, páginas 150-151. (Área Protegidas – Área de Preservação Permanente) Disponível em: www.mma.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489. Acesso em: 14 Dez 15.

BRUM, Léo Santos. **Gente Guapa**. Jaguarão: Biblioteca Pública Municipal, 1965.

CARATTI, Jônatas Marques. **O Solo da Liberdade**. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)/Jônatas Marques Caratti. – São Leopoldo: Oikos. Editora Unisinos, 2013.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Editorial Quarteto, 2001.

CASTRO GOMES, Angela Maria. Repressão ao trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. Revista brasileira de História, Vol.32, nr 64. Artigo recebido em 12 de março de 2012. Aprovado em 5 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/10.pdf>. Acesso em: 16/11/2015

CHAVES, M.M.F. **Reflorestamentos Mistos com Essências Nativas para Recomposição de Matas Ciliares**. Boletim Agropecuário. Lavras. UFLA, 1999.

DAVID, Priscila. História Oral: Metodologia do diálogo. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Editora Unesp, v. 9, nr 1, 2013, p. 157-170.

DEMUTTI, Claytom. **Jaguarão, suas águas e o tratado de 1909**: uma reflexão a partir das charges da revista Caretas, 2015. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História – Licenciatura). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 25 abr 2002. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/25_04_02/mf240401.html> Acesso em: 03 out 2015.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 16 set 2013. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NzM4MzI=&id_area=Mg==>

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 17 set 2013. Disponível em: a enchente em Jaguarão no mês de setembro de 2015, em: <https://www.youtube.com/watch?v=B1HLnke21j0>. Acessado em: 16/11/2015.

DIGIOVANI, Rodrigo. **Plano de controle ambiental – PCA – em uma área de extração de areia**. 2011. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Processos Ambientais). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FARIAS, Hélio Ramirez. **A bacia do rio Jaguarão**. Porto Alegre: Ed. Evangraf Ltda., 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. vii-xxv

Filho, José Soares. Serviço Público: conceito e privatização. Revista *Jus et Fides*. Ano 2, nr 1, julho 2002.

FREITAS, Sônia Maria. História Oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1980.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER (FEPAM). **Institucional**. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp>>. Acesso em 09 set 2015.

ROSA, Alzemiro. **A voz popular: o Cerro da Pólvora nas décadas de 1960 e 1970 em Jaguarão – RS**. 2015. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História – Licenciatura). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

GROVE, R. **Green imperialism: colonial expansion, tropical Island Edens and the origins of environmentalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. In.: PÁDUA, José Augusto. DOSSIÊ TEORIAS SOCIOAMBIENTAIS. **As Bases Teóricas da história ambiental**. Estud. Av. vol. 24 no. 68. São Paulo, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 14 nov 2015.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha; GODOY, Arilda Schmidt; BRUNSTEIN, Janette. Introdução. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**, v. 12, n. 3, São Paulo, p. 13-20, mai-jun 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão**. Porto Alegre: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2010.

JAGUARÃO. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 002**, de 4 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=325>. Acesso em: 12 nov 2015.

JAGUARÃO. **Prefeitura Municipal**. Licença nº 01/96, de 29 de julho de 1996.

LE GOFF, Jacques. **Documento Monumento**. In: LE GOFF, Jacques (coord). *Memória e História*. Enciclopédia Einaudi. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 89-106.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. Revista Linguasagem, edição 18, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>>. Acesso em: 11 nov 2015.

LEOTI, Alice. Dossiê do tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão/RS e seus reflexos na paisagem cultural. In: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. **Anais...**, Belo Horizonte - MG, 2014.

SANCHES, Alessandro. Prática jurídica empresarial. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Mariana. **Para o bem da memória de Jaguarão: A trajetória da Ponte Internacional Mauá como bem patrimonial**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História – Licenciatura). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2014.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro; Engemann, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do sudeste brasileiro **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, ago 2011.

PÁDUA, José Augusto. DOSSIÊ TEORIAS SOCIOAMBIENTAIS. **As Bases Teóricas da história ambiental**. Estud. Av. vol. 24 no. 68. São Paulo, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 318 In.: FRANCO, José Luiz de Andrade. Resenhas. **A história ambiental no Brasil e seus clássicos**. Soc.estado. vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100018>.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: Padrós, Enrique Serra; Barbosa, Viana M.; Lopez, Vanessa Albuquerque; Fernanda, Ananda Simões (orgs). **A Ditadura da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória**. Vol.2. Repressão e resistência nos “anos de chumbo”. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PEREIRA, Claudio Corrêa. **Minuanos/Guenoas: os Cerritos da bacia da Lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana**. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008.

PEREIRA, Débora Noemi Pereira. **Âncoras de memórias: cultura material e valor simbólico na região Sul-Fronteiriça no Século XXVI**. 2015. 53f. Monografia (Curso de História – Licenciatura Integral). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Galarce. Introdução. In: **História Ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Ed. Univates, 2014. p. 11-16.

PICANÇO, GABRIEL. **História ambiental une cultura e natureza**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Meio-Ambiente/Historia-ambiental-une-cultura-e-natureza-10369.html#.VkOXCb9SKGV>>. Acesso em: 11 nov 2015.

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência**. Brasília: MDA, 2009.

PINTO, Franklin Fernandes. **A formação da fronteira na margem norte do rio Jaguarão: as unidades produtivas rurais como estratégia da coroa portuguesa para a consolidação dos limites (1790-1850)**. 2015. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História – Licenciatura). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda; LOPES, Mygre Machado; SILVA, Rodrigo Abbade da. A Degradação Ambiental no Brasil: Uma Análise das Evidências Empíricas. In: 1º Seminário de jovens pesquisadores em economia e desenvolvimento. **Anais...**, Santa Maria - RS, 2013.

PINTO, Natália Garcia. **Um Estudo das Causas de Falecimento de Trabalhadores Cativos na Cidade de Rio Grande (1864-1870)**. AEDOS- ISSN 1984- 5634. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Num.4, vol.2, Novembro 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral**. Projeto História, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL. **MPF em Pelotas debate a poluição do Rio Jaguarão**. Disponível em: <<http://prs.jusbrasil.com.br/noticias/100569065/mpf-em-pelotas-debate-a-poluicao-do-rio-jaguarao>>. Acesso em: 03 out 2015.

RAMIREZ, Hélio. **Barqueiro do Jaguarão - Hélio Ramirez**. 2011. Disponível em: <<http://helioramirez.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 nov 2015.

RAUMOLIN, J. **L'homme et la destruction des ressources naturelles: la "Raubwirtschaft" au tournant du siècle**. *Annales - Économies, Sociétés, Civilisations*, v.39, n.4, p.798-819, 1984. In.: PÁDUA, José Augusto. **DOSSIÊ TEORIAS SOCIOAMBIENTAIS. As Bases Teóricas da história ambiental**. Estud. Av. vol. 24 no. 68. São Paulo, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 14 nov 2015.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra de. LIMA, Andréa Gama. Cidade, memória e política: Jaguarão RS/ Patrimônio histórico e artístico nacional. Simpósio Nacional de História (ANPUH). **Anais...**, São Paulo – SP, 2011.

RIO JAGUARÃO MINERAÇÃO LTDA. **Contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada**. Jaguarão: Tabelionato de Jaguarão, 1996.

ROSA, Eleandro Viana da. **Cólera, uma visita indesejada: medo, religiosidade e medicina na Jaguarão de 1855**. 2015. 43f. Monografia (Curso de História – Licenciatura Plena e Integral). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. Campos da Vacaria dos Pinhais: migrações, indústria madeireira e meio ambiente. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT,

Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Galarce (Orgs.). **História Ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Ed. Univates, 2014. p. 119-137.

RÜCKERT Fabiano Quadros; HARRES, Marluza Marques. Os banhados do Rio dos Sinos e a história ambiental da cidade de São Leopoldo – RS. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Galarce (Orgs.). **História Ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Ed. Univates, 2014. p. 17-38.

SILVA, Angela Corrêa da (Org). Geografia: contextos e redes. São Paulo: Moderna, 2013.

SCHNEIDER, Fernanda; WOLF, Sidnei; KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Galarce. Assentamentos humanos pré-coloniais e pesquisas arqueológicas: configurações ambientais. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Teresinha Galarce (Orgs.). **História Ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Ed. Univates, 2014. p. 183-202.

STEIN, Paulo Ricardo. **Relatório de Monitoramento Ambiental**. Ano Base 2003 – Exercício 2004. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ctps/historico.htm>>. Acesso em: 27 set 2015.

VIEIRA, Liszt; CADER, Renato. A política ambiental no Brasil ontem e hoje. **Revista Eco 21**, Edição 129, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1601>>. Acesso em: 08 set 2015.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. A Enfermaria Militar de Jaguarão: Conhecendo sua história. In: XI Encontro Estadual de História (AMPURHS). **Anais...**, Rio Grande – RS, 2012.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

ZERO HORA, Porto Alegre, 28 jul 2000, p. 34-39.

APÊNDICE A - Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II.

“Teu suor está plantado em cada casa desse Chão”. A trajetória dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão, e as suas adaptações às normatizações ambientais. Jaguarão, 1960-2004.

Entrevistador: Moisés Braga Teixeira, acadêmico do Curso de Licenciatura em História.

Entrevistado: Rui Porto Barcellos, policial Militar de Jaguarão, domiciliado na Rua Augusto Leivas, 1034, Centro Jaguarão, RS.

Moisés: Hoje vamos entrevistar, em virtude do término do curso de Licenciatura História, entrevistar o senhor Rui. Ele que foi Policial Militar do Município de Jaguarão, e que presenciou quando os barqueiros trabalhavam no Rio Jaguarão e faziam o transporte da areia em cima do barco com a propulsão humana. Transporte de taquara porque naquele tempo.

Rui. Impulsionado com uma taquara. Ia até o fundo e era assim. Eu não sei se ainda tá assim hoje.

Moisés: Provavelmente, hoje não.

Rui: Hoje é a barco, tudo a motor.

Moisés: O senhor sabe me dizer se tinha algum navio naquela época? Se havia draga, como é que funcionava?

Rui: Tinha draga. Tinha que chamava “Chata”. Era do DEPREC. Estacionada ali, ali naquele galpão. Era do DEPREC. Departamento não sei de quantas. DEPREC.

Moisés: Essa Chata fazia transporte de areia?

Rui: Fazia transporte de areia e tinha também nessa época umas bomba puxando areia pra afundar mais o rio. Eu me lembro em seguida que eu vim pra cá.

Moisés: Quando foi isso aí seu Rui?

Rui: Ah, isso foi em seguida que eu vim pra cá. Faz 27 anos. Mais o menos é..., uns trinta anos atrás.

Moisés: Há trinta anos atrás! E havia pessoas tirando areia do rio ou não?

Rui: Bastante, neh. Sempre se via bastante.

Moisés: As questões ambientais, vocês fiscalizavam alguma coisa ou não?

Rui: Juntamente com a Marinha. Nessa época tinha a Marinha dos Portos, e a Brigada trabalhava com a capitania dos Portos.

Moisés: E ela fiscalizava os barqueiros?

Rui: Inclusive veio a falecer um oficial nosso. Morreu afogado, neh. E um Soldado. Fiscalizavam pra ver se levavam redes ou outros tipos de materiais que não fizesse parte da rotina deles.

Moisés: Tinha algum lugar propício que eles extraíam areia, e que vocês fiscalizassem?

Rui: Não, não. Nós não trabalhávamos nesse ramo. Isso era competência da Marinha. A Brigada auxiliava quando saia barco da Marinha. Que a Marinha tinha barco aqui. Tinha lancha. A Brigada saia pra fazer o serviço da pesca predatória. Mas quanto a areia não, não. Isso era com a Marinha. Eles descarregavam ali onde descarregam até hoje.

Moisés: E os barqueiros faziam os trabalhos de extração de areia junto com essa draga que afundava o rio, ali pra fazer.

Rui: Não, não. Eles traziam essa areia, eles traziam da, lá como eu vou te dizer. Lá de frente ao telho. É aquela curva que tem no Uruguai. Como é que chama.

Moisés: No areal?

Rui: Eh, passando a ANCAP. Era por ali que eles traziam. Do Brasil.

Moisés: Esse rio era navegável então?

Rui: Era navegável. Era e é, neh.

Moisés: Essa areia e essa pedra iam pro comércio Eram distribuído pro comércio. Ferragens que vendem areia. Como é até hoje. Até hoje tu compra areia. Tu constrói a tua casa. Extraída por essa gente. Quando é que o senhor veio servir aqui em Jaguarão?

Rui: Eu vim dia, em abril de 1961.

Moisés: E já se desenvolvia esse comércio de areia?

Rui: Já existia. Ah, já. Existe até hoje. Vai ali que tu vê os barqueiros encostando ali. Só que agora é tudo motorizado neh tchê.

Moisés: Como é que o senhor vê o serviço de barqueiro hoje, e naquele tempo, tá mais difícil. Eles tinham uma associação?

Rui: Não, exclusivamente vendiam para o comércio. Tu sai agora, nesse momento, tu vai ali em baixo. Tu vai ver os caminhão carregando areia ali. E os barcos encostando. E isso. Continua a rotina. Até hoje. Continuam puxando areia até hoje. Mas trazem de longe. Não sei da onde eh, que eh.

Moisés: Eu vou agradecer o seu Rui Porto Barcellos, que foi Sargento da Brigada Militar, por contribuir para nossa entrevista, nosso trabalho de conclusão de curso. Muito obrigado seu Rui.

Jaguarão, 02 de setembro de 2015.

RUI PORTO BARCELLOS

Policial Militar da Reserva Ativa da Polícia Militar do Rio Grande do Sul

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

Entrevistador/Pesquisador - UNIPAMPA

APÊNDICE B - Entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO LICENCIATURA- HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ENTREVISTA ORAL**

“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO, E AS SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS. JAGUARÃO, 1960-2004.

Entrevistador: Moisés Braga Teixeira, acadêmico do Curso de Licenciatura em História.

Entrevistado: Degaule Teixeira, aposentado, ex-barqueiro areeiro do Rio Jaguarão. Residente e domiciliado a Rua Barbosa Neto, 161, Centro, Jaguarão.

Moisés: Entrevista realizada: O barqueiro areeiro “Quincas”, mais conhecido como Quincas. Sobre o Título: *“Teu suor está plantado em cada casa desse Chão”*. A trajetória dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão, e as suas adaptações às normatizações ambientais. Jaguarão, 1960-2004.

Hoje o nosso entrevistado será o Sr. Quinca. Ele que foi um dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão, e trabalhou aproximadamente de 1960 a 1990. Esse foi o período que ele trabalhou como barqueiro areeiro do rio Jaguarão.

Então nós vamos fazer algumas perguntas ao nosso entrevistado, para que essas respostas sigam, e sejam utilizadas como fontes históricas orais pelo departamento de ensino de história oral da UNIPAMPA.

Boa noite, Sr. Quinca!(Degaule): - Boa noite!

Moises: - A seguir eu vou lhe fazer algumas perguntas sobre a sua identificação. Porque a gente precisa para colocar esses dados. Qual o seu nome completo?

Degaule: - Degaule Teixeira.

Moises: - Quando e onde o Sr. Nasceu?

Degaule: - 1843, oito de agosto.

Moises: - O Sr. é brasileiro ou uruguaio.

Degaule: - brasileiro legítimo.

Moises: - O senhor se considera de que cor?

Degaule: Moreno. Porque preto a gente não é, e branco também não!

Moises: - Sua infância, Sr. Degaule, o Sr. Estudou até que série?

Degaule: - Eu tive a oportunidade até a quarta série, primário, neh. Naquela época.

Moises: - Parou de estudar porque causa?

Degaule: - Trabalho, neh.

Moisés: - Irmãos você tem?

Degaule: - Irmãos, alguns são vivo, outros são mortos.

Moises: - E a infância, como é que foi a sua infância? Os fatos positivos, o que o Sr. Me diria de positivo da infância?

Degaule: - A infância, eu tive uma infância bastante agradabilíssima e tive a oportunidade de ter bons pais, que nos deu os ensino, neh. Nos que estudávamos naquela época, é em casa e ia ao colégio a noite. Eu tive a oportunidade de ir ao colégio à noite. Então a gente teve até a quarta, motivo: trabalho, sempre.

Moses:- A relação com a família era boa?

Degaule: Ah, maravilhosa naquela época todo mundo brincava se dava bem, hoje é tudo difícil.

Moises: Sobre o primeiro período do seu trabalho, o Sr. Recorda ou não?

Degaule: - é eu comecei, é naquele tempo, é com oito anos. Eu fui para a lavoura catar palha de arroz. Não que os meus pais exigissem, mas sim eu que eu gostava de trabalhar. Então, eu queria aprender sempre o que é trabalho. Ali trabalhei quatro dias, sem as perna naquela resteva, aí me pagaram e eu desisti. Não era pra mim, eu era uma criança. Enche as chalana com boi aquelas coisas, não era fácil.

Moises: - E sobre a profissão de barqueiro areeiro, como é que o Sr. Trabalhou: era proprietário, empregado, transportador, como é que o Sr. Trabalhou?

Degaule: Nós éramos empregados, do finado João Lua, que era o dono do barco, “Estou com Deus”, e eu tive a oportunidade, precisava, neh. Já tinha família nesse tempo, pra sustente. Daí eu não tive. Não o trabalho aí eu fui de barqueiro mesmo. Fazia três barcada por dia, e dava pra defender o pão de cada dia.

Moises: - Três barcadas por dia. Cada barcada o Sr. Colocava quantos metros de areia mais o menos?

Degaule:-Três e meio o barco carregava, a pano. Não tinha, então tinha que ser na taquara. Carrega, descarrega pega na pá, e volta de novo.

Moises: - Na taquara?

Degaule: - Na taquara.

Moisés: - E nessa época que o Sr. Trabalhou foi em 1960?

Degaule: Eu não me lembro se foi é 1962, por ai. Eu fui pro quartel. Mas depois da revolução de 1964.

Moises: - Por quantos anos, mais o menos, não lembra, quanto tempo ficou trabalhando?

Degaule: - De barqueiro? Não foi tantos anos porque dava pouco, a gente se matava muito, noite e dia propriamente, neh. E aí, eu peguei em pinturas. Depois fui pras lavouras. Eh, fazer safra de pá, cortar arroz com foice, naquele tempo. E fazer safra de pá, se escasseava uma coisa a gente pegava outra, neh. O causo era ter o dinheiro no bolso.

Moises: - E já trabalhou como pescador?

Degaule: - De pescador nunca, não, não. Depois continuei no trabalho o qual optei pela alvenaria. Ai fiquei na construção. Meu pai me levou pra trabalhar com ele de barbeiro. Eu dei uns tempo por lá. Eu não gostava de barbearia. Tu sabe. Então eu optei por alvenaria.

Moises: - E sabe desde quando essa atividade dos fazeres areeiros são desenvolvidos?

Degaule: - Quantos aqui trabalham de areeiro?

Moisés: - é.

Degaule: - Eu mais o menos, que eu sei de barqueiros que eram mais velhos que eu, é claro. Eles trabalhavam desde mil novecentos e quarenta e poucos, eles tavam já trabalhando.

Moises: - Eles estavam trabalhando com bambu, a propulsão humana, o bambu. Não tinha

motor naquela época?

Degaule: - Não, não, naquela época, não. Era coisa maravilhosa, sabe. A gente se alevantava cedo, com o frio, o com o tempo que fosse bom. Pegava na taquara e daqui a pouco mais tava tudo bem.

Moises: E dá saúde, o Sr. Acredita que ela, essa profissão, degrada a saúde ou não?

Degaule: - é claro que ela prejudica, neh. É claro. A gente toma um café quente e tá dentro da água faz mal. A gente não tinha outra opção. O almoço, a gente quando chegava a parar aí no cais, é que a gente almoçava. Tudo frio também. Aí era frio, não é. Não tinha tempo pra nada, neh. É descarrega, chega, descarrega, e voltar de novo. Porque o horário, o areal fica longe. Então, não era fácil.

Moises: - A bambu dava quantas horas, daqui ao areal?

Degaule: - Não, não é que fosse horas, às vezes era enfrentar a correnteza. Então quando tinha a correnteza, a gente pegava a costa. Mas se tivesse a correnteza não adiantava, neh. Aí é ruim. Fazia muita força.

Moises: - E por exemplo, o horário que o Sr. saia, mais o menos, de madrugada?

Degaule: - Bom eu fazia dentro das três horas eu tava dentro da água.

Moises: - Três horas da manhã. E, inverno e verão.

Degaule: - E depois, e que aí, largava a primeira carga aqui, sete horas, mais o menos, tava voltando para o areal. Ai descarregava, almoçava e dava volta pro areal. E quando era cinco e pouco chegava de volta. E descarregando, sete horas, aí parava, neh. É.., era um pega, pega, tinha que ter energias boas.

Moises: - E o Sr. parou de trabalhar acabou de trabalhar porque causa?

Degaule: Não, parei porque teve outras opções, outras melhorias de serviço, e aí, parei. Não era futuro ali, não descontava nada, não tinha nada.

Moises: - Não tinha direito a nenhum benefício social. Só direito a trabalho, trabalho. Adeceu?...

Degaule: - Quem ganhava era o patrão. Você se matava e não ganhava nada. Era só pra comida mesma.

Moises: - E, sobre o meio ambiente. Desde cedo quando o Sr. começou a trabalhar, tinha alguma orientação ambiental, se podia ou não podia, onde é que podia se extrair essa areia. Nunca receberam essas informações.

Degaule: - Não, nesse tempo, não existia é, toda a areia que se via poderia ser retirada. Hoje tem, mais antigamente não. No inverno mesmo quando o rio crescia, agente entrava pra dentro dos mato pra trazer areia. Naqueles combro que se formava dentro das matas. Como ali, na ilha do Narol, pra cá um pouco da cachoeira. Ali era os lugares que a gente tirava a areia. Ai, se ia bem mais longe. Aí, não dava pra botar duas era uma só.

Moises: - Uma barcada só.

Degaule: Mais precisava se não tinha nada pra comer. É tinha que trabalhar. Eu acho que naquele tempo se criamos todo mundo trabalhando, sabe, era outra vida até bem mais saudável. Hoje a gente fala pra alguém trabalhar, ninguém quer. Todo mundo quer ganhar dinheiro, mas não quer trabalhar.

Moises: - A Marinha, já viu a Marinha, ali fiscalizando?

Degaule: - A Marinha existia. Aqui em Jaguarão, aqui existia. Mas para nós não tinha problema nenhum. A gente se registrava ali, e não tinha problema nenhum. Mas não podia passar para o outro lado. É que lá o outro lado, do Uruguai sim, se pegasse prendiam. Eles não deixavam tirar areia. Então é por isso que a gente às vezes tinha que sair bastante cedo pra propriamente roubar uma carga do Uruguai e ficar pertinho.

Moises: Puxavam areia do Uruguai?

Degaule: - Lá na volta, neh. Não é aqui. Defronte ao cais, não. Tinha que ir lá na volta.

Moises: - No caminho da Lagoa.

Degaule: -Não, não. Aí, oh. Sais do Cais, quando o rio faz essa quebra ali. Ali mais o menos, ali não tinha ninguém, então, carregar um barco, aquilo era vapt vupt, com a água por aqui (cintura) então, adornava ele.

Moises: - E sobre colega seus, até mesmo o Senhor, sobre algum processo de extração irregular, ali, nunca viu ninguém naquela época.

Degaule: - Não, não. No nosso tempo nunca houve isso aí.

Moises: Hoje tem a associação dos mineradores do rio Jaguarão. Os barqueiros areiros.

Antigamente não tinha nenhum tipo de associação.

Degaule: - Não, não. Não tinha ninguém. Hoje tem o cara que ganha em cima da extração. O que a gente fazia naquela época, hoje tem que come, neh. Sem fazer nada, neh. Só fica olhando na beira do Cais.

Moises: - Do local de extração o Sr. lembra certo se era na ilha do Nari?

Degaule: - Nós trazíamos o rio normal, neh. Rio normal, nós ia ao areal. Antes de fazer aquela curva lá, o areal ali. Defronte das barranca do Uruguai, ali. Ali era o areal. Então, era normal, ali. Era muita areia, então, quando o rio crescia tinha que procurar recurso mais longe.

Moises: Essa área era demarcada ou não?

Degaule: - Não, não. Naquele tempo não existia nada disso. Hoje que cada passo é uma demarcação. Era sobrevivência.

Moises: E draga não existia?

Degaule: - Não, não. No meu tempo não existia. Era só barco. Depois inventaram uma draguinha aí, depois de muitos anos, acho que não sei se deu certo.

Moises: - E com essa criação da associação dos areeiros, o senhor acha que melhorou a vida dos areeiros, ou não? Pelo que o senhor anda na cidade, vê?

Degaule: - Não, eu até nem tenho falado mais. Eu nem vejo mais areeiro como se fazia antigamente. Era barco e barco. Hoje se é que tem, tem dois e três. Eu não sei, eu não como era antigamente, transbordava o Cais. Eu não tenho andado pela beira da praia, assim, não sei.

Moises: - Quando havia essas enchentes recebiam alguma ajuda do governo, algum órgão municipal. Uma entidade?

Degaule: - Não, ninguém lembrava de ninguém.

Moises: Ficavam parados?

Degaule: - Parado é parado!

Moises:- Sobre o lado social, seu Degaule, o que que o senhor vê, assim. Fizeram doação de algum órgão, para alguma associação?

Degaule, que eu saiba, naquela época, nunca.

Moises: E o comércio dessa areia como é que se dava? Como é que fazia? O senhor ia lá colhia a areia e deixava no rio, como é que ela era vendida?

Degaule: - É assim, eu colhia, trazia, levava, descarregava no Cais, o dono da areia, aí ele vendia na beira do cais, ou tinha carroça no rio que levava, e o dono esse que eu trabalhava tinha uma carroça. Então ele já levava pro freguês, nem meio metro levava. “Risadas” menos, neh. Pra render mais ainda. Mais a gente depositava e eles vendiam no cais e eles levavam. Tudo era dinheiro fácil.

Moises: - E a sua família como é que via o senhor trabalhando nos barcos? O que achava?

Degaule: - Era brabo, mais não tinha outro serviço. A gente tinha que fazer, porque parado não podia ficar. Porque, no caso, a gente não tinha nada pra comer. Tinha que tomar café, lá o que seje. Então, tinha que arremangar as manga e ir pra dentro da água mesmo, não tinha outra.

Moises: - E você acredita, como trabalhador areeiro, que essa classe vem construindo o Patrimônio Material de Jaguarão, ou que eles contribuíram para que a cidade fosse considerada uma cidade portadora de uma série de construções civis considerada patrimônio do Brasil.

Degaule: - Olha, o que nós fizemos naquela época, trazendo esta areia, em benefício, em prol a Jaguarão crescer, porque através desta areia, Jaguarão mostrou uma potência hoteleira, e em tantas coisas, neh. Que realmente nós, com o nosso árduo trabalho, ganhando pouco, conseguimos lembrar que foram construídos através de nossas mãos. Sem areia não haveria construção.

Moises: Como que você percebem que as pessoas da comunidade veem essa profissão? Naquele tempo e hoje?

Degaule: - Naquele davam, até, valor ao areeiro. Hoje acho que, eu não vejo mais aqueles barqueiro, que mudou muito, hoje tudo é a base do motor. Então você não sabe quando a pessoa saiu, chega ou chegou. Eu não sei são valorizados como nós naquele tempo. Que nós éramos valorizados pelo árduo trabalho que nós fazíamos. Enfrentando o mar. Que ali no Porto, antes do Porto. Em baixo da alfândega, dos arcos, no meu tempo. Ali, eu quando o cara torceu o leme para poder enfrentar a maré para poder vir enfrentar, afundaram os barcos, dois barcos. E aí a gente prestou socorro e conseguiu resgatar os barcos.

Moises: nenhum colega se lesionou?

Degaule: - Não, não. O barco foi ao fundo e ele saiu. Que nem o outro, a mesma coisa.

Moises: E os jaguarenses, o senhor acha que eles veem a contribuição de vocês nessas obras da cidade, por exemplo, o Hotel Sinuelo, o senhor tava me comentando a pouco que vocês ajudaram com areia, neh?

Degaule: - Eu acho, porque tudo que às vezes consegue, esquece como começou. São coisas que deveria de ter um resgate dos principais momentos, dos primeiros passos, neh. Que Jaguarão começou com esses grandes empreendimentos, naquele tempo era grande empreendimento. Hoje claro, neh. O tempo passa. Eu acho que deveriam de lembrar desse grande momento.

Moises: O senhor acredita que essa profissão, a extração de areia, ela vai acabar algum dia?

Degaule: - Olha, eu acho que não poderia, se não nós vamos ter um rio atulhado, um rio que vai dar problema com enchente. Eu sou daquele que pensa até hoje que o rio tem que ser dragado. Seja ele o que for, mais esse material tem que sair para dar vazão as águas. Como antigamente faziam. É tinha uma, há muitos anos atrás, que um outro meu irmão, finado do Felipe, o Camarão, que chamavam, trabalhava na draga, daquelas grande. E então, aqui, no Cias do Porto tivemos oportunidade de ter grandes embarcações que chegavam aqui. E infelizmente o nosso rio tá atulhado e não entra barcos grande. Só pesqueirinhos, aí. Então ficaram de dar recomeço a dragagem do rio Jaguarão, que chega até a barra da Lagoa, que é para os barcos grandes entrarem, neh. E como não tem dragagem, não entra barco.

Moises: Seu irmão trabalhava em que época, mais o menos, o senhor lembra ou não?

Degaule: - Já faz um sessenta anos isso. A draga era a motor. Porque ele era embarcadista, ele trabalhou em Chatas. Levavam areia e pedras de Jaguarão para Santa Vitória do Palmar. Porque a areia lá é fina. E tudo era pelo rio Jaguarão. Aqui teve grandes barcos. A coisa que eu tô dizendo é de cala dois metros, e hoje pode entrar ai um barco de meio metro.

Moises: Então você acredita que é importante escrever um livro sobre a Trajetória de vocês? De todos os barqueiros, tendo em vista que vocês vem construindo o Patrimônio histórico da cidade, neh. E não tem sido lembrados pela historiografia local. Esse trabalho, ele vem nesse sentido. Para legara para a posteridade a história de vocês, em detrimento da história dos militares, não que eles não sejam importantes, mas que cada um tem um lugar na história. Cada um é um tijolo para que a gente consiga fazer a pilastra fundamental, nesse caso, foi a criação do município. Sem os barqueiros areeiros até a gente poderia ter construído todas

essas residências aqui, mas em número menor. Tendo em vista o lado social de vocês. Porque a areia extraída pelas mãos de vocês é mais barata que se fosse buscada de outra cidade. Isso propiciou que outras pessoas pudessem fazer as suas construções. Que as pessoas iam ali no Cais e compravam a areia direto, é mais barato. Compravam a pedra aqui no cerro da pólvora, na pedreira, que era mais barato. Compravam o tijolo na olaria, que era mais barato. Essas pessoas tem que ser lembradas. O lado social de vocês é que a gente tá mostrando aqui. Nessa entrevista, nessa pesquisa. A gente quer mostrar isso aí para a cidade. Meu trabalho se destina a isso.

Moises: E ainda sobre as grandes obras da cidade, o senhor lembra de alguma mais que não seja o hotel Sinuelo? Que é uma reverência, está ali no centro da cidade.

Degaule: - Pois, sim. A Radio Luz, que eu me lembro, prédios grandes, neh. Prédios pequenos tudo foi totalizando uns quantos, neh. Mais de cinquenta prédios pequenos. Eu já não falo nesse edifício que fizeram lá na praça, neh. Eu não estou falando desse aí. Tô falando antigamente, eu tô falando daquela época. A Rádio Cultura eu não lembro. Tudo tá sendo claro que foi com a areia de Jaguarão. Mais eu tô lembrando desses dois prédios que vem a lembrança, que eu me lembro bem. E tem outros tantos, ali perto do quartel, que foi construído ali. O edifício que tem ali perto. O lá do Santa Casa. Em fim, são coisas assim que a gente não guarda na lembrança, assim na hora.

Moises: - Bom, então, seu Deguale, a gente agradece, a Unipampa, Curso de Licenciatura – História, e especialmente, eu, pela conclusão do meu curso. Agradeço pela entrevista. E assim que ficar pronto o Trabalho eu vou lhe trazer uma cópia. Agradeço pela contribuição do senhor.

Jaguarão, RS, 31 de agosto de 2015.

DEGAULE TEIXEIRA

Ex-barqueiro areeiro do Rio Jaguarão

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

Entrevistador/Pesquisador - UNIPAMPA

APÊNDICE C - Entrevista**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO LICENCIATURA – HISTÓRIA.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ENTREVISTA ORAL.*****“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”*. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO, E AS SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS. JAGUARÃO, 1960-2004.**

Entrevistador: Moisés Braga Teixeira, acadêmico do Curso de Licenciatura em História.

Entrevistado: Wilson Santana, uruguaio, ex-barqueiro areeiro do Rio Jaguarão. Residente e domiciliado a Rua Passo da Areia, 1411, Centro, Jaguarão.

Bom, Meu nome é Moisés Braga Teixeira, sou acadêmico do Curso Licenciatura em História, da Universidade Federal do PAMPA. Estou aqui hoje para entrevistar o Sr. Wilson Santana, ele que foi um dos trabalhadores barqueiros areeiros do rio jaguarão. E, Apartir desse momento, então, vamos iniciar a entrevista .

Boa tarde seu wilson!

Wilson: - Boa tarde!

Moisés: - Primeiramente gostaria de perguntar o seu nome, todo seu nome, porque agente está gravando esse material que vai ser usado por futuros historiadores e também por esse meu trabalho agora de conclusão de curso. Para se desvendar a história dos barqueiros areeiros do rio Jaguarão , pessoas que vem construindo o patrimônio material dessa cidade e que até esse momento não tem sido lembrado pela historiografia dessa cidade

Meu nome e Wilsom, sou uruguaio, faz 32 anos que eu moro em Jaguarão, mais conhecido por Kitano, e, durante 15 anos trabalhei, mais o menos, nessa função de barqueiro areeiro, fazia a colheita de arroz, e depois no resto do ano voltava pra trabalhar nos barcos areeiro areeiro. Uma vida sacrificada pero o que tinha pra trabalhar.

Moisés: - O Sr. lembra em que período começou a trabalhar?

Wilson: - Bah, na verdade é que a data, a época, eu não lembro, pero, há uns quinze anos

atrás. 1990, noventa e algo.

Moisés: - Sobre a sua infância, estudou no Brasil, Uruguai?

Wilson: - Eu sou de Trinta e três estudei até a sexta série em trinta e três.

Moisés: - E irmão, tens irmãos?

Wilson: - Tenho, de matrimonio somos seis. Depois por parte de pai e mãe, temos como oito mais.

Moises: - E, assim, como era a sua infância, poderia falar um pouco da sua infância, em poucos minutos?

Wilson:- A infância e, como era antigamente, não. A gente, os nossos pais antigo, era, não tínhamos horário para brincar, era trabalhar na horta, estudar, fazer as coisas dentro de casa porque o finado do meu pai era separado da minha mãe. Então nós era que tínhamos que fazer tudo. E até os treze anos por aí eu tive e depois saí a trabalhar. É não quis estudar mais, e aí o veio me disse: Bueno, não queres estudar tem que ir trabalhar.

Moisés: - E qual foi o seu primeiro trabalho, seu primeiro emprego? Lembra?

Wilson: Meu primeiro emprego foi num sítio que tem na beira do rio Olimar, lá em Trinta e Três. De cuidar, ordenhar, tirar leite das vacas dar comida para os porcos, galinha. Foi o primeiro emprego que eu tive.

Moisés: - Já foi proprietário de empresa de extração de areia, transportador, que, ou desenvolvia algum trabalho, assim em torno do comércio de areia. Quando começou a trabalhar como barqueiro areeiro, por exemplo? Já foi pescador.

Wilson: - Não, não. Comecei já como empregado trabalhando nos barco areeiro.

Moises: - E lembra pra quem trabalhava naquela época.

Wilson: - Naquela época eu trabalhei para o Rogério, trabalhei para o Bira, para o finado do Jaime. Trabalhei para uns quantos barqueiros.

Moises: - E algum deles lhe dizia, aproximadamente, quando tinha iniciado essa atividade. É muito antiga a atividade de extração de areia?

Wilson: A não, é muito antiga. Por outros areeiros mais antigo, é que eu sei que antigamente se puxava areia e não se usava motor. Era taquara. Os barcos iam buscar areia até pra cima, no

posto de bomba, pra cima. Iam a taquara e voltavam a taquara. Antigamente, não é da minha época. Quando iniciei já estávamos com barco a motor.

Moises: - Com barco a moto. Então, provavelmente, essa profissão seja a partir de mil novecentos e cinquenta, trinta, vinte. Não sabe determinar, mais o menos, em que período se iniciou a se puxar do rio Jaguarão.

Wilson: Aé... de repente encontrando algum barqueiro, alguma pessoa de mais idade que já haja trabalhado nessa época.

Moises: E Alguém te incentivou a trabalhar assim como barqueiro.

Wilson: - Não, não. Ninguém me incentivou. A necessidade, não. Uno como estrangeiro. No caso eu que não tinha documentação brasileira. Então, eu como estrangeiro, é, se torna difícil tu pegar um trabalho, um serviço. Só que no Brasil ninguém te conhece, então, surgiu essa oportunidade no barco areeiro, não precisa documento, não te assinam carteira, nada então, eu peguei e fui trabalhar, e graças a Deus trabalhei. Nunca tive problema assim de saúde, de problema de coluna, ou algo que, pelo menos até agora. A obrigação, às vezes, a necessidade, te obriga a fazer o serviço, sem escolha do serviço do que tu vai fazer.

Moises: - E assim, poderia falar um pouco de como é desenvolvido esse trabalho, os saberes e os fazeres de areeiros embarcados, neh. Poderia falar de como ele é realizado. Que hora que você saia pra trabalhar.

Wilson: -Bueno, isso depende dos barqueiros, do, no caso, dos dois empregados, que são os que trabalham no barco. Depende tudo de o que tu, no caso, o dono do barco o preço que ele vai pagar para os dois por barcada. Depende do tempo. Tu no caso do verão tu bota três ou quatro barcada. Pero pra botar isso, pra tu ganhar mais, tu tens que, nós saímos as quatro, quatro da manhã. Saíamos escuro daqui, pra soltar quatro ou cinco horas da tarde. Comes em cima da embarcação. No verão, táa passa, porque tu, calor. Tu trabalhas, e extrai areia de dentro da água. E no inverno que der repente tem que fazer trapiche. Tu vem com o carrinho de mão cheio, se ladeia um planchão daquele. Tu cai com roupa e tudo dentro da água gelada. E aí, a única solução que tu tem que fazer é tirar a roupa e tirar o calçado, pra terminar de carregar a embarcação e voltar pro cais porque não tem como voltar pra casa e nem nada, tu vai tirar a roupa do corpo. Te pega uma chuva. É uma vida sacrificada, é.

Moises: - E da saúde dos trabalhadores, assim, você acredita que essa profissão degrada a saúde?

Wilson: - Acredito, acredito que degrade a sim. Porque podes te engripar, podes ter um problema de coluna, e problema nos rins por tar com o corpo quente dentro de uma água gelada, uma insolação, porque no verão tás trabalhando no raio do sol. O câncer de pele, como muitas coisas, é que uno às vezes ignora isso porque que o cara tem que ganhar o dinheiro de cada dia para poder se manter.

Moises: - Assim, porque o senhor parou de trabalhar. Ah, eu parei porque, eu me. Me, como le podó decir. Como eu fazia trabalho, trabalhando nos barcos, e fazia contrato de empreitada, eu tinha um rapaz daqui de Jaguarão, que fazia empreitada de arroz, eu me adaptei a trabalhar com saco de arroz. Então, aí depois saí dos barcos, fui pro Uruguai a trabalhar, em Três Islas num engenho. Então, aí coqueava saco, aí fiquei por lá. Então abandonei o trabalho dos barcos. Pero é um sacrifício bárbaro.

Moises: Do meio ambiente, você acredita que a profissão degrada o meio ambiente?

Wilson: - Ah degrada! Porque, não sei agora, porque faz mais o menos, sete vezes sete, faz dezesseis anos que parei com esse serviço. Pero antigamente, às vezes, um ia buscar uma barcada de areia e não tinha lugar pra tirar porque o rio tava cheio. Para o cara não perder a viagem, e para ganhar nem que seja uma barcada, porque, na época não me lembro, mas acho que era dez reais a barcada, pra cinco pra cada um, pra não sai sem nada, ia e tirava da beira das barrancas. E aí é uma degradação que vai fazendo na beira do rio, nos barrancos.

Moises: - E sobre o meio ambiente, sabia de algum órgão, que protegia, protege o meio ambiente naquela época, que fiscalizava o serviço de vocês. Não. Não. Na época tinha a marinha brasileira. Pero, eles só no caso subiam pra fazer alguma olhada se fosse alguma denúncia. Ninguém incomodava. A marinha não saía daí do Porto, sempre aí, nunca incomodou pra nada.

Moises: - Assim, a atividade que exerciam era legalizada então?

Wilson: - No início não era. No início até eu que era empregado era só ter dinheiro, comprar um barco e sair puxando areia. Só que tinha muita concorrência. Se um vendia a um preço a areia, o outro pra poder vender mais vendia a menos. E sempre teve essa concorrência, ninguém era legalizado, até que surgiu uma cooperativa, é, que se foi fundar. Que era o Rogério, os Martim, o Míquel, este, o finado do Jaime. E aí o, e ai formaram uma cooperativa. Aí nós tínhamos que pagar no caso, quem tinha barco, tinha que pagar, se puxava duas barcada, era uma para o cara, que tinha que pagar ainda o combustível, que tinha que pagar os

dois empregados. Ou seja, se o dono mesmo ia com o empregado, tinha que pagar o empregado e o combustível, e fazer outra barcada que era para entregar para a gente da cooperativa.

Moisés: - A partir da criação da cooperativa, então, o serviço passou a ser menos rentável para as pessoas que trabalhavam.

Wilson: - Sim, para os que não entraram na associação dos barqueiros.

Moisés: - Ah, tinham os que entraram e os que não entraram. Porque muita gente pensou que não ia dar certo esse negócio da associação. Então muita gente não entrou. Só que quando apareceram os papéis, e o cara disse não, aqui sou eu que fiz a associação, eu que comando. Até tal lugar é minha área. Aí, este, já o que queria puxar tinha que e pegar para o cara da associação.

Moisés:- E se não pagasse, mandava prender o barco?

Wilson: - Não, não podia puxar mais. Mandava prender, imagino eu que seria assim, porque não sei, porque não teve nenhum inconveniente de os cara, nenhum atrito de se envolver em nenhum problema desse.

Moisés: - De não querer pagar essa parte, essa parcela. E a partir daí o Sr. Acha que acabou diminuindo, então, o grupo de trabalhadores areeiros.

Wilson: - acabou diminuindo.

Moisés: - As pessoas pararam de trabalhar porque tinham que pagar o a mais pro chefe dessa associação.

Wilson: - Ah, eh.

Wilson: - Na época que eu trabalhei no mais, eram oito ou dez barcos trabalhando, agora, faz anos que eu não vejo. Pero, dois, três ou quatro devem de estar. Que é só a gente da associação.

Moisés:- E da segurança desses trabalhadores assim, vocês receberam, recebiam, algum treinamento, algum tipo de instrução.

Wilson: - Não, não recebe nada. Às vezes até os donos dos barcos que nem coletes salva vidas tinham. E davam os coletes, eram os pedaços de colete, que não, que eu acho que até um quilo de açúcar se amarrava no colete afundava com o quilo de açúcar.

Moises: - Era mais figurativo então?

Wilson: - É, era, mais, é!

Moises: - E assim, de lidar com o trabalho de vocês de forma sustentável, de maneira a não degradar o ambiente, vocês nunca receberam nenhuma instrução, de pessoas qualificadas?

Wilson: - Não, nunca recebemos. Porque o dono do barco o único que queria é que lhe trouxesse a mercadoria, no caso a areia até a beira do cais. Depois nem se importava de onde nós tirava.

Moises: E legislação, não sabiam de nada?

Wilson: - Não, não sabiam de nada, nada!

Moises: E, já respondeu algum processo, ou conhece alguém que responde algum processo por extração ilegal dessas áreas de barrancas, de onde é proibido. Acho que, que haja chegado ao meu conhecimento, não.

Então, os barqueiros antes da associação de barqueiros, que é a Rio Jaguarão Mineração LTDA, eles não estavam organizados. Cada um pro seu lado.

Wilson: - Cada um puxava para o seu lado, e qualquer pessoas vinha, e se tivesse dinheiro disponível comprava o seu barco e ia puxar areia e vendia também.

Moises: - E o local, o Sr. Lembra de onde que puxavam, extraíam essa areia, onde é que ficava mais o menos, assim?

Wilson: - Ah, é de muitos lados. Extraia-se da Ilha do Napol, se extraia de lá do posto de bombo, pra cima do posto de bomba, do Areal.

Moises: - Quem fiscalizava essas atividades antes da associação, assim, não tinha nem a prefeitura, não tinha nenhum órgão?

Moises: - Os ganhos financeiros foram maiores ou menores a partir da criação da associação? O que melhorou e que piorou com a criação da associação? Teve uma melhora, mesmo para as pessoas que criaram essa associação, eles melhoraram no sentido de instrução ambiental?

Wilson: - Ah, a verdade é que quando se formou a associação, isso foi na época em que eu saí. Depois disso não sei lhe informar. Pero, eu acho que para a gente da associação melhorou, acho que para os empregados eu acho que tá o mesmo, porque não tem benefício nenhum. Não tem uma carteira assinada. E na época, no inverno no mais, se dá, oito, dez, quinze dias

de enchente não tira areia. Então esse empregado fica parado, sem benefício nenhum, sem ganhar. Não é como os pescadores que na época da piracema eles param de pescar, mais eles tem o benefício que ganham do governo. O barqueiro não ganha.

Moises: - E assim, essas enchentes, vocês nunca receberam alguma ajuda financeira, bolsa alimentação?

Wilson: - Nunca, nunca, recebemos nada.

Mosies: Carteira assinada nunca soube de alguém que tivesse?

Wilson:- Não.

Moises: - O lado social. Vocês faziam alguma doação de areia, algum proprietário de barco, se já viu doar para alguma instituição de caridade?

Wilson: - Que eu saiba, não.

Moises: - Como se dava o comércio de areia no passado? Lembra? As pessoas compravam areia no rio, iam ali de carroça, de caminhão?

Wilson: - Ah, compravam. Porque como era muita gente puxando areia de barco e era uma concorrência, este, é que tinha barqueiro que tinha a areia a um preço e outro do lado a preço mais baixo, e o outro que tinha o preço mais baixo. E se não enxergava e dizia, não, te faço a tanto. Tinha muita concorrência. Se vendia bastante areia. Agora não sei.

Moises: - A associação, então, ela começou a disciplinar o preço da areia na realidade. Bom, a partir de agora a areia vai custar tanto. Compre da associação que é o preço real?

Wilson: - Claro!

Moises: - Ninguém mais vai vender a preço diferente.

Wilson: - se vendesse tem a perder o cara que vendia porque aí eles aumentaram os, aumenta o preço da areia, aumenta o preço pro barqueiro, pro trabalhador, e o outro que vende mais barato, vai ter que pagar mais barato para o empregado. E o empregado diz não, pero se eu to ganhando tanto a barcada e fulano paga mais, então saio daqui e vou trabalhar com ele que ele me paga mais. E ai o que vende mais barato a areia já não tem como trabalhar porque já não tem mais quem puxe a areia para ele

Moises: - Você acredita que essa classe de trabalhadores vem construindo o patrimônio material de Jaguarão, que eles contribuíram para que Jaguarão fosse considerada uma cidade

portadora de uma série de construções civis, considerada patrimônio material do Brasil.

Wilson: - Ah, eh. Acredito.

Moises: O Sr. Acredita pelo fato de fornecerem essa areia, ela é mais barata a partir dos barqueiros?

Wilson: - Ah, eu acho que ela se torna mais barata porque eles na época que, teve uma época em que proibiram a tirada da areia, porque foi a época em que se iniciou a associação, e não sei, tinha o negócio da FEPAM e o IBAMA e não sei mais, estavam trancando a documentação, e eles não podiam extrair areia. E a areia vinha de Pelotas, e se tornava mais cara vindo de Pelotas, que tirada daqui do rio Jaguarão.

Moises: - Claro, isso propiciou que as pessoas que tinham menos condições financeiras comprassem areiam e que pudessem construir suas casas. O que não fariam até um certo ponto, se tivessem que comprar de Pelotas, e comprassem dessas casas comerciais que é bem mais caro que comprar o produto, neh.

Wilson: Ah, eh.

Moises: Como é que você percebe, a sua família, como ela vê a profissão, ou via sua profissão na época? Quando você saia de casa pra trabalhar?

Wilson: - Bah, eh, me falando que procurasse outro serviço, que fizesse menos horário, que ganhasse mais. Pero, como falei no início da reportagem, eu como estrangeiro, sem documentação, e, oferece um serviço desse, que não era regularizado, que não precisava de documentação, não precisava de carteira. Então, uno vai e abraça.

Moises: Lembra se havia algum tipo de empresa concorrente, as máquinas, as Dragas?

Wilson: - Ah, teve, teve. Teve uma draga ai que eu acho que foi a do Argelino da Fruteira, depois teve outra draga lá passando a Japesca, que foi o dono da imobiliária Sulino. E isso tudo foi a concorrência, não.

Moises: Essa draga o Argelino colocou antes do Sr. Trabalhar, ou depois, bem no passado.

Wilson: - Não, eu trabalhava nos barco quando ele botou essa draga. Aqui na Ilha do Narol. E a do Sulino boto lá passando, que não sei se ele ainda mora lá, que ele morava lá, passando a Japesca, por aquele lado do rio. E aí botou lá a draga da Imobiliária Sulino.

Moises: - Algum amigo seu já perdeu a vida, um colega de trabalho?

Wilson: - Ah, já. Na época que eu trabalhava, vinha eu e o irmão do Calenga, Borracha, e o dono do barco, Rogério. Nós vínhamos lá de cima e vinha o Adão e o irmão dele, onde afundou o barco do Miguel, que eles vinham carregados de areia. Afundou ali na pedrerinha, aí o guri menor, irmão do Adão, morreu afogado. E depois quando morreu os dois empregados dos Martins. Não me lembro os nomes deles. Mas um era um capenginha dali de cima do Cerro ali. Trabalhador o guri.

Moises: Vinham com colete, sem colete?

Wilson: - A verdade que na época, eles quando se tirou os corpos da água, eles estavam sem coletes. Pero a verdade é que não sei. Como uno no estava presente, não. Nós vínhamos de cima, e já tínhamos chegado na beira do cais. Vínhamos na frente, e não vimos nada. Pero, se tivesse com colete não tinha acontecido, não.

Moises: - Uma das grandes obras do município de Jaguarão que tenha a participação dos areeros do rio Jaguarão, saberia me dizer? Calçamentos, quem sabe a Ponte Internacional Mauá, alguém teria comentado se a areia foi do rio Jaguarão?

Wilson: - Na verdade, isso eu não. Como eu falei quem pode informar alguma coisa é algum barqueiro. Porque quando a ponte se fez, só se fosse da época que se puxava a taquara. Que na época que eu vim para o Brasil já existia a ponte.

Moises: E do lado do Uruguai, eles puxam areia com barco também?

Wilson: - Não. Ali eles tiram da beira do rio com carroça, pero com barco não.

Moisés: Então, a última pergunta. Antes da gente encerrar a nossa entrevista. Você acha importante escrever um livro sobre a Trajetória de vocês, dos barqueiros areeiros do Rio Jaguarão.

Wilson: Eh, eu acredito que seria bom, escrever a história, pesquisar no caso da época que começaram os barqueiros a puxar com barco a taquara, que não existia barco a motor. Até a época em que estamos vivendo, no caso. Escrever o documentar alguma coisa, ou fazer algo para que vejam que os barqueiros tem uma história dentro da cidade de Jaguarão. No caso não digo por mim, mas como eu passaram milhares ou cento de trabalhadores que sacrificaram nestes barcos areeiro, e que se estão sacrificando ainda sem ter nenhum benefício, sem ter uma carteira assinada, sem ter..., não recebe décimo, não recebe, quando dá enchente, uma cesta básica do governo, eu acho que tinha que se fazer alguma coisa.

Moises: E a profissão o Sr, acredita que vai ser extinta desse jeito?

Wilson: - Eu acho, porque o único meio de se extrair areia no Rio Jaguarão é esse aí.

Moises: - Então agradeço, primeiramente, ao Sr. Wilson Santana, pela entrevista que nos deu. Vai ajudar a contribuir para a confecção do nosso trabalho e legar para a posteridade a História dos Barqueiros Areeiros Jaguarenses, que vem construindo a o Patrimônio Material de Jaguarão. Há dois pesos e duas medidas: areeiros e construção do patrimônio histórico de Jaguarão, um não se dissocia do outro. Se não fosse os barqueiros areeiros, provavelmente a cidade não seria o que é. Agradeço, então, boa tarde!

Wilson: - Boa tarde! Estamos sempre as ordens podendo colaborar dentro de alguma coisa, estamos sempre as ordens. Pode procurar no mais, que estão sempre às ordens.

Jaguarão, RS, 29 de agosto de 2015.

WILSON SANTANA

Ex-barqueiro areeiro do Rio Jaguarão

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

Entrevistador/Pesquisador - UNIPAMPA

APÊNDICE D - Entrevista**CURSO LICENCIATURA – HISTÓRIA.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ENTREVISTA ORAL.*****“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”*. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃO, E AS SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS. JAGUARÃO, 1960-2004.**

Entrevistador: Moisés Braga Teixeira, acadêmico do Curso de Licenciatura em História.

Entrevistado: Rogério Mambrum, barqueiro areeiro do Rio Jaguarão. Residente e domiciliado a Rua Silveira Martins, 531, Centro, Jaguarão.

Moisés: Hoje entrevistaremos Rogério Mambrum. O Sr. Rogério Mambrum, ele é o atual Presidente da Associação dos Barqueiros Areeiros Mineradores do Rio Jaguarão. Ele vai nos conceder uma entrevista, então. Para falar historicamente das ações que sendo desenvolvida pelos barqueiros areeiros do Rio Jaguarão desde os primórdios da profissão. Ele vai contribuir com o seu relato para o nosso trabalho final de conclusão de Curso. Que é sobre a Trajetória dos Barqueiros Areeiros do Rio Jaguarão. Boa tarde Sr. Rogério Mambrum.

Mambrum: - Boa tarde!

Moisés: Sou acadêmico da Universidade Federal do Pampa, e estou realizando um trabalho de campo na coleta de dados porque eu quero escrever a trajetória dos barqueiros areeiros do Rio Jaguarão. Sendo que eles vem construindo o patrimônio histórico material dessa cidade e não tem sido lembrado pelos historiadores locais. Sr. Rogério Mambrum, agora vou lhe fazer umas perguntas a respeito da sua identificação. Qual é todo o seu nome seu Rogério.

Mambrum: - Rogério Mambrum.

Moisés: Nasceu aqui em Jaguarão?

Mambrum: - Nasci em Jaguarão.

Moisés: Filho de Jaguarão.

Mambrum: - Filho de jaguareense.

Moisés: - A cor que o Sr. Se declara, seu Rogério?

Mambrum: - Eu sou branco.

Moisés: Você estudou até que série?

Mambrum: - Até a sétima série.

Moisés: E, parou de estudar porque seu Rogério?

Mambrum: - Em virtude do trabalho, não que não tivesse oportunidade, mas, eu, em virtude do trabalho. Sempre gostei de trabalhar, sai a trabalhar. E optei, hoje eu tô arrependido. Mas eu parei,, parei, trabalhei em virtude de estudar, em virtude do trabalho.

Moisés: O Sr. Acredita que é uma realidade de todos os trabalhadores que trabalham na construção civil, que fornecem materiais para a construção civil dessa cidade?

Mambrum: - Sim, sim.

Moisés: Qual o seu primeiro trabalho?

Mambrum: - O período bom de trabalho dos areeiros, o nosso período bom começa agora em outubro e vai até final de abril. Abril meio de maio por ai, que é o período bom. Porque? Porque no inverno é muito sacrificante, tem frio, tem vento, tem chuva e o rio enche. E como todo mundo sabe o nosso sistema é manual, ele é tirado com pá, dentro do rio. Então é sacrificante. Se trabalha igual, mas é sacrificante. A produção é menor. Então nós temos uma safra que começa agora no mês de outubro e vai até lá abril do ano que vem. Abri, maio. Dependendo do clima tempo.

Moisés: Do clima tempo. E o Sr. Sabe, mais ou menos, quantas toneladas de areia se tira ao ano?

Mambrum: Eu tenho um trabalho. Uma que eu hoje tenho que apresenta para os órgãos públicos: FEPAM, Ministério de Minas e Energia, tenho que apresentar a quantidade de areia extraída no rio. Porque isso aí eles pedem.

Moisés: - E desde quando eles vêm solicitando essas informações?

Mambrum: - Eu tenho que fazer essa informação desde que eu comecei, legalizei a associação dos areeiros e a Rio Jaguarão. Então a gente tem que ter, tem que prestar a informação pra eles por escrito. O que tá acontecendo no rio. É desde o que tira com pá,, o rio cresce. A qualidade da areia, até a qualidade da água, a gente tem que mandar. Mando amostra de um laboratório pra eles, é que tipo de aves que tem. O que está acontecendo no rio. É a gente tem um contato profissional. Esse profissional faz um trabalho que é solicitado pela FEPAM. E a gente presta todas essas informações. Onde o meio ambiente é completo.

Moisés: E o governo oferece algum recurso pra vocês?

Mambrum: - Não, pelo contrário. Isso ai é nós que pagamos. Se não tiver, exatamente, assim como eu estou falando, a gente não consegue trabalhar.

Moisés: Seu Rogério o Sr. É proprietário de alguma empresa de extração de areia, transportador, ou desenvolve algum tipo de trabalho em torno do comércio de areia?

Mambrum: - Eu sou proprietário da Rio Jaguarão. Ela á uma empresa de mineradora.

Moisés: Que é a que trabalho com os barcos no rio?

Mambrum: - é nos temos um convênio com todos os associados da associação dos areiros. É um convênio. A Rio Jaguarão dá, é o braço auxiliar da associação dos areiros. A associação faz a extração, e a Rio Jaguarão faz o comércio.

Moisés: Ela legaliza.

Mambrum: - Ela legaliza. Ela é uma parceria com a associação dos areiros desde que foi fundada.

Moisés: Pescador, nunca foi?

Mambrum: - Eu já pesquei. E eu acompanho a associação dos areiros há muito tempo. Desde o tempo do meu avô, depois do meu pai, que também ele fazia um tipo de um bico no rio Jaguarão tirando areia e eu acompanhando aquilo desde pequeno. Eu depois, em virtude do trabalho, dei a continuidade da extração de areia. E depois, com o passar dos anos, que veio a cobrança de todo mundo se legalizar.

Moisés: Se legalizar para explorar?

Mambrum: - Se legalizar para explorar.

Moisés: Ou seja, pagar impostos?

Mambrum: - Pagar impostos.

Moisés: Sabe desde quando essa atividade é desenvolvida? Em que ano começou? Tem alguma referência? Foi quando a ponte foi construída, foi anterior?

Mambrum: - A minha referência que eu tenho foi a do meu avô. Que eu, que ele contava pra mim, contava pro meu pai, pra mim, quando eu era pequeno. Essa referência eu te digo assim, hoje deve de tã em mais de 90 anos. Mais de noventa anos.

Moises: Mais de noventa anos.

Mambrum: - Porque a ponte não era existida e ele carregava areia de canoa.

Moisés: De canoa?

Mambrum: - De canoa! Fazia, hoje seria uma extração de areia de canoa. Muito precária. Depois veio vindo, veio se modernizando, veio com barco. Depois veio barco a motor. É, do barco a motor vieram, veio vindo as coisas. E cada vez vem aumentando mais. A situação hoje pede Se tu fica parado no tempo as coisas, tu fica pra trás. Então, cada ano que passa a gente vem vindo subindo um degrau. A situação de areia vem vindo assim. Hoje, até hoje nós temos fazendo esse trabalho extração de areia manual. Até hoje.

Moisés: Outros entrevistados, como o Sr. Quincas, disse que havia uma chata, essa chata também transportava areia do rio, tia uma draga que servia pra dragar o rio. Me disse ele que esse rio foi navegável, tinha navios trazendo mercadorias, escravos chegavam de avio aqui, e desciam na praça do desembarque. O Sr. Sabe alguma coisa sobre esse período. Ele teve, teve uma draga, num período que o prefeito Fernando ribas, que foi limpado, mas foi limpado do lado da ponte. É muito pouco pro rio Jaguarão. Um rio muito grande. Um rio que tem uma vasão de água muito forte então hoje o nosso rio tá assoreado completamente assoreado.

Moisés: Sem condições de navegabilidade?

Mambrum: - Sem condições de navegabilidade. Então, ele tá assoriado, pra tu ter uma ideia, eu tenho um estudo, hoje eu tenho um estudo, feito pelos profissionais que eu contratei que o local da ponte para a cima onde eu tenho a licença para fazer extração de areia poderia ficar com seis metros de fundura.

Moisés: Hoje tem 03 ou 02 no máximo?

Mambrum: - Hoje no momento ele tá em meio termo, o rio. Entrevista que eu tô te dando, o rio tá em meio termo, considerado médio quando tá cheio ele tem locais que tem um metro d'água. Sem condições de navegar barcos maiores. Inclusive o nosso amigo Quincas, é informações corretas. É entrava barcos grandes até o cais do porto. Faziam transporte de mercadoria para Santa Vitória, Pelotas, pra todo o local. Hoje, hoje não se consegue mais.

Moisés: Não se faz mais.

Mambrum: - Não se faz mais. Não tem. Agora no momento mesmo. Da ponte pra baixo, em direção a Lagoa Mirim, tem locais que tem um metro. Oitenta centímetros, cinquenta centímetros. Então porquê? Porque o rio tá assoriado de areia.

Moisés: Então, ele precisa que se extraia mais areia até para a questão das enchentes também.

Mambrum: Exatamente!

Moisés: Nós já transportamos areia daqui para Santa Vitória. Essa foi uma informação que eu recebi.

Mambrum: - Eu particularmente, eu já levei areia para Santa Vitória.

Moisés: Jaguarão já esteve no ápice do seu comércio que até ele levava para outras cidades?

Mambrum: - Antes de iniciar, ser legalizado, isso eu te falo a trinta e cinco anos atrás

Moisés: Eu não era nascido ainda.

Mambrum: - é.. Isso a trinta e cinco, trinta e oito anos atrás, mais o menos. Eu levei areia a Santa Vitória. Em barcos maiores. Eu trabalhava de empregado para o seu Argelino. Ele tinha uma chata que levava areia para Santa Vitória. Ele também é um historiador dos areeiros de Jaguarão. Foi um historiador e tá ai. Ele tem um comércio, em Jaguarão. Hoje ele faz outra coisa, mais ele também já atuou.

Moisés: Já foi um desses trabalhadores.

Mambrum: - Trabalhadores do Rio Jaguarão.

Moisés: E draga, o Sr. Sabe de alguma Draga, onde foi colocada, que período que ela teve?

Mambrum: Teve dois períodos de draga em Jaguarão. No período do prefeito Fernando Ribas, e no período do Prefeito Vitor Hugo e do Prefeito Knoor. Teve problema com a draga que invadiu a margem do rio lá pro lado do Uruguai. Ele teve problema. Foi apreendida lá do outro lado. Porque águas internacionais há um limite. Navega de um lado, navega de outro, não existe problema. O problema é quando para. Tu parou. Se do lado do Uruguai tu parou do lado do Uruguai, tu tá do lado do Uruguai. Se parou do lado daqui, tá no lado do Brasil. Navegar tu até pode.

Moisés: O problema é quando para?

Mambrum: - Não pode. Águas internacionais não se para. Ao menos aqui nesse rio aqui é assim. No rio Jaguarão é assim.

Moisés: É, Bom, então o Sr. Já me confirmou que a barcaças anteriormente eram a propulsão humana.

Mambrum: - A remo, a taquara de bambu.

Moisés: Os trabalhadores então faziam todo o percurso, ou seja dali do cais do porto até lá o banco de areia a remo.

Mmbrum: A remo!

Moisés: E esse banco de areia é quantos metros do rio?

Mambrum: - Deve de dar um dois mil metros. Da ponte pra ali. É perto.

Moisés: Da saúde de vocês trabalhadores. Você acredita que essa profissão ela degrada a saúde dos trabalhadores?

Mambrum: - Sem dúvida. Isso aí, é muito, eu sempre digo, sempre direi, é insalubre. E nós tamos estudando como resolver esse tipo de problema. Porque uma realidade existe, todo mundo trabalha, todo mundo depende desse trabalho. Precisa desse trabalho.

Moisés: Precisa desse trabalho.

Mambrum: - E nós estamos tentando mudar esse tipo de situação, ou que está ocorrendo hoje. Porque não é normal um ser humano uma temperatura de 0 grau, entrar dentro da água e ficar de molho uma hora, uma hora. Não é normal.

Moisés: Mas a necessidade.

Mambrum: - Mas a necessidade faz a pessoa.

Moisés: Tem o ideal e o real. Ideal seria que não mas. E a realidade que se precisa. A cidade Jaguarão, ela cresceu nas mãos de vocês.

Mambrum: - Exatamente. Sem dúvida alguma.

Moisés: Vocês extraíram esse minério para que a cidade pudesse se tornar o patrimônio que é.

Mambrum: - A enfermaria tem areia dos areeiros, teatro Esperança, o Ginásio Municipal, agora o Mercado Público. Obras que são com a areia do rio Jaguarão

Moises: A areia saiu das mãos de vocês, até mesmo para a reforma?

Mambrum: Até para a reforma.

Moisés: Você acredita que essa profissão ela degrada o meio ambiente. Se sim, como é que o Sr. Sabe disso, que ela degrada o meio ambiente.

Mambrum: - A degradação do meio ambiente, eu sou uma pessoa apaixonada pelo meio ambiente. Eu vou te falara assim: impacto ambiental nenhum. Mas o areeiro, o areeiro, nós

areeiros cuida isso como ninguém. Cuida um animal, cuida uma árvore que tá caída, e se tem um local que tá sendo prejudicado a gente vai lá e planta. E bem antes, bem antes do órgãos pedirem para cuidar eu já vinha cuidando, claro, tem pessoas e pessoas. De repente entram rio aberto, de repente entra um pescador, uma pessoa, vai lá e faz um dano ambiental. Mas o areeiro da maneira que faz a extração da areia, no meu pensar, e dos órgãos competentes, ele não tem condições de fazer uma degradação porque é muito pequeno, muito pequeno. Se ele tira uma pá hoje, um barco hoje, primeira, amanhã, já vem dois barcos pra aquele local. Por que é muito pequeno a extração da areia. Não dá tempo. E mesmo que tivesse uma máquina grande, uma draga grande, o local que tivesse feito a extração, hoje, ela tiraria vamos supor, mil metros de areia, primeira correnteza que tem, que o rio corre, ela vai trazer dois mil metros de areia. Se não esse rio hoje, que eu fui criado ali dentro do rio Jaguarão, ele não taria assoreado do jeito que tá. Atulhado de areia dessa maneira. Se tivesse extração bem forte ele hoje não taria dessa maneira.

Moisés: E essa areia que vem da correnteza ele vem da lagoa mirim?

Mambrum: - Não, ela vem lá de cima. Esse rio Jaguarão nasce lá em Bagé. Ela vem de corredeiras e outros afluentes que tem que é o arroio do Telho, outros rios que cai tudo nele, que cai dentro do rio Jaguarão. Então ela corre muito forte. É uma correnteza muito forte. Então ela vem vindo. Se ela tiver barreira para se encontrar, local para se encontrar, o que que vai acontece? Hoje esse rio não estaria assoreado do jeito que tá.

Moisés: Essa atividade vocês tem algum órgão de proteção do meio ambiente, desde o início da profissão, no período que o senhor iniciou a exercer ela, que venha a acompanhar o trabalho de vocês, que ajude vocês, que dê instrução, neh, de como trabalhar, de como se extrair essa areia, é, neh, inclusive, a Marinha? Gostaria que o senhor mencionasse a Marinha. Se a Marinha alguma vez ajudou você, deu instruções técnicas da navegação. Os órgãos públicos tem ajudado?

Mambrum: - Os órgãos públicos, a Marinha, vamos começar pela Marinha. A Marinha é um parceiro. São uns parceiros incansável dos areeiros e de outros barqueiros. Ela passa, transmite aquele conhecimento pro barqueiro, pra pessoa que anda embarcada. Ela transmite segurança, aplica segurança, como andar com segurança dentro de uma embarcação. E transmiti essa coisa boa. E no meio ambiente, a FEPAM vem, te diz o que tá acontecendo. Também para fazer uma extração, tu contrata um profissional capacitado, que é um geólogo, um biólogo, uma equipe pra te dizer o que tu tem que fazer. Mas quem trabalha e quem anda no dia dia, dentro do rio Jaguarão, ou de outro rio, ele, muitas vezes, ele não precisa de muitas coisas porque ele tem consciência do que está acontecendo. Hoje a gente sabe o que que tá acontecendo. A FEPAM, a Marinha, vem mostrar a parte prática. Dize como que tem que fazer mais lá, nós, areeiros, a gente já sabe. Só vai aprimorar, só vai acrescentar isso pra gente. E hoje é um trabalho, tá ai, oh. E cada vez, nós areeiros, e nós pescadores, que tem um monte de pescadores amigos ai, a gente cuida. De repente no meio sempre tem uma bolacha estragada. Mas é fácil de detectar. A gente olha e vê. Procura conversar. Se não quer compreender, a gente passa para as autoridades competentes. Mas é aquilo. Todos os que estão aí são obrigados a trabalhar dentro das regras que são feitas.

Moisés: Então, pra gente fazer um roteiro histórico, nós teríamos, o seu avô então, como um dos primeiros?

Mambrum: Um dos pioneiros do Rio Jaguarão.

Moisés: Um dos primeiros barqueiros do Rio Jaguarão. Carregou areia aqui para o Porto do Uruguai.

Mambrum: - Isso eu lembro. Hoje eu tô com 55 anos. Eu lembro eu era guri. Cinco, oito anos, ele já contava essa história.

Moisés: Sempre foi sofrido? Abaixo de temporal, sol, chuva de granizo?

Mambrum: - Sempre foi sofrido. Tu que vê uma previsão do tempo, pra tu ter uma ideia tu pergunta para um pescador ou para um areeiro. Ele te diz exatamente o que vai acontecer. Se vai chover, se não vai chover. Ele sabe até se o passarinho canta, se tal passarinho tá cantando e que vai ter vento.

Moisés: Conhecimento empírico?

Mambrum: - Conhecimento assim, adquirido pelos anos que passam dentro do rio.

Moisés: E quando assim, seu Rogério, através desse conhecimento, que começaram essas instituições, como a FEPAM, alguma outra que o senhor tenha conhecimento de vir começara a fiscalizar o trabalho de vocês. Quando é que começou isso?

Mambrum: - Isso começou, já existia. A gente sabia disso. Isso começou lá em dois mil e três, para dois mil e quatro. E aí começou os órgãos vir cobrar a tentar fazer, era uma coisa nova, muitos se apavoraram porque todo mundo achava que pegavam um barco e ia tirar areia e tava tudo bem, não tinha problema. Aí tu começa cobrar, começa a ter regras para trabalhar, começa, como tu mesmo citou, ter que pagar imposto.

Moisés: Começa a ter que se legalizar para trabalhar? Se legalizar para extrair essa areia do rio de modo a que os trabalhadores tenham as suas atividades executadas com segurança e meio ambiente se torne seguro. Por isso que os órgãos governamentais vieram então fiscalizar até para legalizar a situação. Vocês recebiam alguma instrução técnica desses órgãos. Nunca receberam tecnicamente uma instrução?

Mambrum: - No primeiro impacto nós não tivemos nada. Veio uma ordem e mandaram parar porque existia uma firma legalizada que tava chegando e todos que teriam que trabalhar teriam que estar legalizado. Veio uma ordem judicial e nós tivemos que parar. E aí o ser humano é extinto. Por que parar? Nós temo trabalhando, não temo praticando atos ilícitos. Ai se reúne com um, se reúne com outros. E chegou em Jaguarão, eu me lembro, tenho a memória muito bem, o vereador Wilson Pinto da Silva. Ele chegou, deu um abraço nos areeiros. E aí ele começou a correr atrás e levar o caminho certo, pegar informações. O prefeito na época era o Fernando Barreiros, se ficou muito, vou te dizer, se sensibilizou com a categoria. Porque era muito difícil sair de Jaguarão e aí começou a legalizar. Mas o padrinho disso aí foi o Wilson Pinto da Silva, vereador. Memória dele.

Moisés: A partir de 2003?

Mambrum: - 2003!

Moisés: O Sr. Veja o quão importante o trabalho de vocês, eu tô conversando com o senhor a beira das margens do rio, a cerca de quase um quilômetro distante ali da Ponte Internacional Mauá, e a gente olha pra toda a cidade aqui, neh, e é emocionante ver que o trabalho de vocês está em cada casa desse chão. Dessa cidade então. Isso aí, eu como historiador estou me formando no Curso de História e importante do nosso trabalho e essas coisas aqui. E ter o relato da testemunha oral, que nem o senhor está nos dando, e seus outros colegas também, isso é muito importante. A gente entra dentro do campo de estudo, neh. A gente entra dentro da casa da pessoa pra saber como é que ela trabalha. Isso é importante para o historiador. Assim, e seguindo a nossa entrevista. Então o senhor me fala um pouco da criação da associação dos barqueiros areeiros de Jaguarão. Eu gostaria de saber a causa, porque que se deu a criação da associação. O que estava acontecendo pra ter se criado essa associação?

Mambrum: - Em 2003, aí chegou a ordem judicial que nós tinha que parar de trabalhar. E aí se parou. Veio oficial de justiça, junto com a Brigada e a extração de areia não poderia ser feita. Se não tivesse legalizada. Aí foi um horror pra aquele pessoal que tá acostumado a trabalhar e conhecer o barco, entregar areia, pegar o dinheiro deles, sustentar a família. E aí se é na época eram 18 barcos de areia.

Moises: Cada barco compunha quantos trabalhadores

Mambrum: - de 2 a 3.

Moises: Nós temos o universo de quase quarenta pessoas, então, que ficaram desempregadas sem receber nenhum benefício social, nada?

Mambrum: - Nada! Aí chegou nosso amigo, saudoso Wilson da Silva, vereador, que sensibilizou, reuniu todo mundo. A gente se reuniu com o prefeito. Surgiu uma luz, que lá em São Lourenço do Sul, em outro vereador, saudoso também, Tancredo Lopes, tinha criado a associação dos carroceiros, que tavam passando pelo mesmo problema de Jaguarão. Que também não poderiam tirar areia lá em São Lourenço do Sul. Só que lá era com carroça, e aqui em Jaguarão com barco. O prefeito, junto com o Wilson Pinto da Silva, disponibilizou uma viatura pra nós ir, e nós fomos para São Lourenço saber que tava acontecendo. E tudo, foi com o vereador para lá para saber o que tava acontecendo. Chegamos lá e eles já tinham fundado a associação dos areeiros. Já tinham contratado um geólogo, uma equipe, pra começar a montar a associação dos areeiros, e montar a empresa para poder fazer a extração de areia. O prefeito se sensibilizou e aí começamos a fazer os trâmites. Esse meio tempo, a gente não tinha o que fazer. Aí o vereador Wilson Pinto da Silva ajudou. Deu uma ajuda de uma cesta básica. Foi aí também que surgiu a cesta básica para os pescadores, que eu sou testemunha disso. E foi criado a cesta básica para os pescadores. E aí a gente começou a fazer os trâmites, mas demora. E a panela lá do areeiro, a criança, não tem que esperar. Aí a gente entramos com uma liminar e conseguimos seguir trabalhando, mesmo que precariamente. Aí vinha a denúncia, prendiam, processo. Outros prendiam dois, e ia mais dois trabalhar. De noite, fazendo o que tava descumprindo a lei.

Moisés: Porque estavam com fome, tinham que dar o que comer pro seus filhos, não é?

Mambrum: - Exato!

Moisés: Quando a Lei veio, ela não viu o lado social de vocês, ela não pensou que vocês tinham família?

Mambrum: Não, e no dia que chegou a licença tu imagina a festa. Foi todo mundo pra festa. Churrasco, futebol, todo mundo agradecendo o nosso amigo saudoso Wilson Pinto da Silva. Vereador Wilson.

Moisés: Essa então foi a criação da associação?

Mambrum: Foi a criação da empresa com a associação Rio Jaguarão.

Moisés: Foi a criação da associação com a empresa. Porque a Rio Jaguarão ela foi criada antes?

Mambrum: Não, foi tudo junto. Porque a associação era sem fins lucrativos e os órgãos não aceitaram. E aí nós criamos a empresa. A Rio Jaguarão com braço auxiliar apra dar suporte a associação dos areeiros, suporte jurídico. Legalidade da coisa. E aí todos os associados trabalhavam legalmente. E até hoje.

Moises: E que não quis se associar? Teve alguém que não quis se associar?

Mambrum: - Teve alguém que não quis, não quis mais, porque achavam que era uma coisa nova. Que alguém tava lesando. Que alguém ia tirar proveito. E foram embora e tentaram fazer empresa pra eles. Que aquilo tudo. E não deu em nada. Só quebraram a cara.

Moises: Não quiseram se legalizar?

Mambrum: Não quiseram se legalizar. Até tentaram. Mas é muito difícil tu puxar uma carroça um só, melhor puxar com cinco seis. Se torna mais viável, mais leve. E até hoje é assim, a FEPAM aplaude às vezes o trabalho da associação. Como tu ta vendo aqui. Nós plantamos árvores na beira do rio. Nós cuidamos.

Moises: E essas árvores são para quê?

Mambrum: - Essas árvores, que tu tá vendo. Isso aí, são compensação do meio ambiente, da areia que a gente tira. Que isso é um relatório que a gente tem que apresentar para a FEPAM.

Moises: Isso começou a partir de 2003?

Mambrum: Começamos a fazer o trabalho.

Moisés: Vieram apertar vocês nessa situação: olha vocês vão ter que se legalizar, tem as normas ambientais

Mambrum: - No início foi muito difícil. Tu sentar. Um grupo de vinte, trinta, quarenta pessoas, e tentar explicar que tu não pode fazer aquilo sem estar legalizado. E aí salta um, salta outro, vai pra casa e amanhã vem com outra ideia. E vem, mais a ideia é uma só, tem que tar legalizado. Mas tu chega em casa a criança tá com fome, e tem que pagar a luz, tem que pagar comida de dentro de casa. A legalidade às vezes fica de baixo da cama. Então é uma coisa que veio amadurecendo. Vieram, a gente veio aprendendo. E o meio ambiente a gente aprende todos os dias.

Mambrum: Até porque, imagina, vocês trabalhavam quase toda uma vida, desde os primórdios, antes da instalação da Ponte Internacional Mauá, vocês vem trabalhando, de acordo com os costumes de vocês, da aqui a pouco o governo vem e coloca a mão em cima. Não a partir de hoje vocês vão ter que se legalizar. E aí como é que a gente que a gente faz, como é que vocês fizeram.

Moisés: As pessoas perdem o controle, eu dependo disso, eu tenho prestação para pagar, as pessoas tem suas condições mais básicas, elas tem que prestarem conta. Eu sei, eu imagino o conflito que deu e a aflição dos trabalhadores Mas apesar de todas as consequências de extração de areia e do órgão de fiscalização vocês cresceram, vocês estão bem hoje. O trabalho de vocês é visto por toda a cidade as pessoas tem orgulho de ter os trabalhadores areeiros aí. E ver que vocês estão sempre ativos. E que vocês construíram na realidade, forneceram esse minério para a construção da cidade, nosso patrimônio. Como o senhor mesmo mencionou. A enfermaria veio do Rio Jaguarão, com o braço dos trabalhadores. O teatro Esperança que está sendo reformado agora também com a mão de vocês. Com a mão dos trabalhadores, não é. Mercado Público, Biblioteca Pública, pelo que se vê, então, quase todas as grandes obras desse município foram então das mãos dos areeiros. Começa aqui no Jaguarão. Apesar, esse rio dá peixe, da água, da areia.

Mambrum: - Ele é muito rico. O rio Jaguarão quem conhece ele assim, no fundo, e ainda não conheço todo. Eu quero conhecer todo. Que todos os dias que eu saio eu fico olhando e acho que aquilo ali é uma coisa nova. E u vou lá eu tiro uma foto, eu tento registrar porque daqui a 20 ou 30 anos eu posso não tá mais aqui e de repente um filho meu talvez nem queira seguir isso. Porque é uma coisa que na realidade tá se terminando. Porque é muito pré histórico hoje, coloca a palavra assim. E tá se terminando. Mas é uma coisa bonita de, todo mundo chega um ponto turístico no rio Jaguarão e o que que que vê? O areeiro do Rio Jagaurão e um pescador, que nesse momento vem um chegando.

Moises: Trazendo peixe para alimentar a nossa população.

Mambrum: - Exato:

Moisés: O senhor comentou a pouco, antes da nossa entrevista, que Jaguarão talvez seja a única cidade no mundo que extrai areia, neh, embarcada, e através, com barco, e as pessoas vão lá pra extrai essa areia de dentro de um rio. É o único lugar no mundo, neh?

Mambrum: - Pelo o que os órgãos falam, os órgãos comentam quando vem fiscalizar. Porque na realidade viraram nossos amigos. As pessoas que vem fiscalizar viraram amigos do areeiro. Os areeiros de Jaguarão. E eles comentam que é uma coisa que não existe em lugar nenhum. É só em Jaguarão que existe, A FEPAM, a própria Marinha também. Uma coisa nova quando a gente foi fazer o curso, e a matrícula do barco também, eles tiveram que estudar a maneira de matrícula do barco. Que também tem um documento. De pesca não é. De carga também não é. Aí como é que é, pequeno comércio, ou outras atividades. Para sair um documento pro barco tá legalizado, para poder fazer o trabalho no Rio Jaguarão. A Marinha é muito parceira hoje do areeiro, do pescador, porque muita gente olha a Marinha com olhos atravessados, mas não a Marinha hoje é um órgão que vem para acrescentar em cima. Ensinar alguma coisa que está errada Ta totalmente diferente numa embarcação, ela vai dizer o que está certo, o que está errado. E hoje o areeiro tem essa consciência, e passa um para os outros. Porque duas por três aparece um que também quer trabalhar. Trabalha aí, tem uns que já tem dois, três anos, não sabia nem o que era um barco, hoje, são marinheiros.

Moisés: E através da associação eles conseguiram pagar como autônomos?

Mambrum: - Muitos, a maioria. A maioria paga como autônomo. Eles ficam muito contente porque tem um benefício. Ele tem um benefício deles porque eles pagam como autônomos. Tem o resguardo deles, a carteira. Eu luto hoje pela carteira deles. A Marinha ficou de aplicar

esse curso, a carteira do areeiro, pra tar embarcado dentro do barco. É uma carteira que nem a de Trabalho que dá segurança para ele. Conta o ano de trabalho dele. A carteira de marinheiro, ali diz em que barco ele foi embarcado, o dia que trabalhou. Sai daquele barco. Da baixa naquele barco, e aí pode subir para outro. Que essa carteira dá a segurança para ele. Segurança social para ele conseguir a sua aposentadoria. Conta os anos de trabalho.

Moisés: Não tem nenhum apoio do governo federal nesse sentido?

Mambrum: - Não.

Moisés: E na época das cheias? Vocês já ajudaram varias pessoas pelo o que contam os antigos areeiros. O rio Jaguarão enche e as pessoas não tem como sair das suas residências. Já utilizaram os barcos areeiros para fazer esse transporte?

Mambrum: Sim. Hoje eu moro aqui na frente. Ainda eu sou privilegiado porque eu para o barco na frente da minha casa. Se enche o rio , eu pulo pra dentro e vou. E muitas vezes a gente já usou barcos para tirar as pessoas que ficaram flagelados, o rio quando as enchentes são muitos grandes. Então o que que acontece. Hoje, aqui, na beira do rio a maioria já sabe. Qualquer problema que der chama um areeiro, chama um pescador. E a gente sempre está disponível.

Moisés: São referência.

Mambrum: Até os próprios bombeiros. De repente dá um acidente no rio, o areeiro tá à disposição para ajudar.

Moises: Sabem cada local do rio?

Mambrum: - Afogamento, deu um afogamento no verão, que é muito comum, a pessoa vem tomar banho no rio. Deu um afogamento no rio, no cais do porto que é bem comum, a gurizada vim tomar banho. Quantos a gente já tirou dali. Uns se conseguiu salvar, muito não se conseguiu. Infelizmente a gente tirou eles sem vida. Mas a gente tá sempre ali.

Moises: Já aconteceu algum naufrágio dos trabalhadores?

Mambrum: - Já, já aconteceu. A gente já perdeu três. Companheiros por causa do temporal. O barco vem carregado e não dá tempo e vai ao fundo a embarcação, e não dá tempo de sair. Aí é aonde entrou a Marinha. A marinha entra. Como usar colete. Tem que usar colete salva vida. Tem que ter boia, extintor. A gente olha a Marinha como uma coisa boa. Porque hoje a gente vê, para andar na embarcação tem que ter colete salva vida, extintor de incêndio, uam careteira de marinheiro, para poder andar. Então, isso aí, aconteceu a morte deles porque lá atrás a gente não tinha conhecimento.

Moisés: Claro, vocês foram se apercebendo dos riscos e foram se adaptando, e não tiveram problemas de se adaptar às normatizações ambientais. Mostraram que juntos eram mais fortes

Mambrum: - Não, não. Quem não quis acompanhar, não tinha intenção de ficar

Moisés: Haja visto que não é qualquer um cidadão que vem trabalhar de areeiro. Quantos já iniciaram no dia e pararam na mesma hora?

Mambrum: - Inicia e não termina.

Moisés: O serviço ele é pesado?

Mambrum: é pesado.

Moisés: Bom, os patrimônios da cidade o senhor já me comentou. Agora u gostaria assim de saber sobre a parte social. Vocês já doaram areia para algum órgão de caridade.

Mambrum: É o que mais a gente faz . Eu já doei areia, a associação dos areeiros, para um campinho de futebol, para a prefeitura, para atrás do presídio. Doamos areai para a própria Brigada Militar, pro Canil da Brigada Militar, pra pessoas carentes. De repente tem um casa lá caída a gente deu,. Sem intenção, politicamente, sem intenção nenhuma. Simplesmente por ajudar. Doamos areia para o Presídio, para a Santa Casa. Novos locais que pessoas que chegam às vezes não tem, eu particularmente, muitos chegam ali, que não tem, precisam não tem problema nenhum a gente tá sempre à disposição, tá dando, tá doando. E os areeiros incansável. Se eu ficar aqui contigo fico dois dias te contando a trajetória do rio Jaguarão e da associação dos areeiros. Como tu mesmo falou, tem outras pessoas mais para trás que tem outras histórias. E que o teu trabalho, tá um tempo curto mais é, com um tempo tu vai ve que vai, esse teu trabalho vai ter mais coisa pra acrescentar nele.

Moises: Com certeza, é o início, neh.

Mambrum: - é o início.

Moisés: E sobre os barcos, vocês mesmo constroem os barcos?

Mambrum: - Antigamente a gente construía, mas como aí as coisas começaram a mudar, vem mudando, a gente compra os barcos em São Lourenço, em Pelotas, no estaleiro. Que é com mais segurança, mais forte. E daí ele é usado. Um fato novo, agora em janeiro desse ano, esse barco que tu tá vendo aí. O Valente, com o temporal foi pro fundo, do lado da ponte ali. No temporal. O pessoal que vinha nele com o colete salva vida com tudo não aconteceu nada. Todo mundo saiu leso. Porque pegou lá no caminho, claro leva quarente, cinquenta minuto, pra chegar, nesse meio tempo pegou um temporal. Eles por usarem equipamento, graças a Deus, tá todo mundo numa boa. A gente aprendeu uma lição muito dura que a perda dos nossos companheiros.

Moisés: Importante, vocês se organizam historicamente, sem a ajuda de nenhum órgão, na realidade.

Mambrum: órgão nenhum. A não ser o nosso, primeiro ponta pé, foi o nosso querido Wilson Pinto da Silva.

Moisés: Porque viu também, como os Jaguarenses demais veem o trabalho histórico de vocês, trabalho que vem construindo a nossa cidade. Mais uma vez eu vou deixar registrado, nessa gravação aqui. E se sensibilizou com a comunidade dos areeiros e ajudou vocês a regulamentar essa associação que está viva até hoje no coração de cada um. E a última questão. Como o é que vocês próprios veem o trabalho de vocês, como é que vocês enxergam o areeiro?

Mambrum: Hoje eu pra te dizer a verdade. Hoje eu tenho um orgulho muito grande, hoje eu tenho um orgulho, porque, eu olho para trás, a 20 anos, a 20 poucos anos, 36 anos que estou nessa profissão. A empresa foi legalizada faz 20 anos. Eu olho para trás e eu sinto orgulho porque eu tô participando disso aí. Eu consegui criar isso aí. As pessoas que tão do meu lado me ajudaram muito e atual administração também do nosso prefeito, também, de uma certa

maneira ele também ajudou a empurrar a parte, também, legalizada, é sobre o cais do porto, que a gente tem carga e descarga ali. É uma área do município que faz parte da Marinha, que é o município que cuida e ele sempre tá disposto a ajudar. Compra areia também dos areeiros, ele de uma maneira ou outra tá sempre comprando areia. Embora a extração seja pequena, ele tá sempre de uma certa maneira dando um jeito de comprar. Eu não tô aqui com, fazendo política, eu não tô. Tô dando um relato pra ti, pro teu trabalho.

Moisés: O que acontece.

Mambrum: O que acontece. Eu, porque os outros prefeitos, de uma certa maneira, também ajudara, é, então, é uma coisa que Jaguarão, eh, tem e continua tendo os areeiros do Rio Jaguarão.

Moises: O Sr. Acha que essa profissão vai ser extinta Sr. Rogério?

Mambrum: Ela não vai ser extinta. Ele não vai. Não tem como ser extinta. Não tem como extinguir a associação dos areeiros. Não tem. Por mais que venha a crescendo a extração de areia do jeito que vem vindo. Ela não vai ser extinta. Por que isso ai vai ter uma memória, sempre vai ter, eu, particularmente não quero. Eu não quero, porque, o seguinte, dá para trabalhar as duas coisas junto.

Moisés: Extrair manualmente como com outro equipamento.

Mambrum: Dá. Dá pra fazer isso aí. Exatamente. Só falta boa vontade.

Moises: Vai ser uma opção, se as pessoas quiserem trabalhar, elas vão trabalhar nos barcos carregado de areia, se não quiserem vão trabalhar, noutra. É uma opção. Ninguém é obrigado como nunca foi. Só a necessidade.

Mambrum: A necessidade que vai fazer.

Moisés: As pessoas vão poder fazer como sempre o fizeram, ninguém foi obrigado a trabalhar nos barcos. Trabalham porque precisam. Estrangeiros vieram trabalhar com vocês até porque não receberam nenhuma oportunidade, neh, no país deles. Vieram trabalhar aqui. Tanto, eh, nós só temos uma fronteira material porque culturalmente somos quase irmãos. Somos irmãos e isso propicia que as pessoas venham trabalhar. Sobre a cidade, calçamento, tudo vocês forneceram areia para os calçamentos?

Mambrum: - Muitos, se eu te aponto a Odilo Gonçalves, eh, João Azevedo, eh, ,15 de novembro, beira rio e milhões. Se eu passar aqui vou te contar aí, oh.

Moisés: O trabalho de vocês. Bom, eu gostaria de agradecer, então, ao Sr. Rogério Mambrum, que ele é hoje o atual presidente, e um dos fundadores, fundador, da associação barqueiros areeiros do Rio Jaguarão, neh. Pela entrevista que nos deu, o que vai contribuir profundamente no nosso trabalho aqui, neh. Haja visto que o avô dele foi um dos pioneiros do trabalho manual de extração de areia do rio. Ele com a, neh, dissidência do vô foi o que criou a associação com demais trabalhadores e o que tá dando embasamento todo legal para que sigam funcionando os trabalhos da nossa cidade. Eu agradeço o senhor e foi um prazer imenso estar com o senhor aqui e receber esse testemunho oral que vai ficar profundamente, neh, no coração do jaguarenses. E nós estamos legando a partir desse momento, no dia 05 de setembro de 2015, às 19hs, pra toda a eternidade. O senhor pode ter certeza, vai pro arquivo histórico da Universidade Federal do Pampa. E esse testemunho vai ser confeccionado,

digitado, escrito, na, e vai estar então nos bancos de dados da história oral da Universidade Federal do Pampa.

Mambrum: Eu te agradeço, e te agradeço pelo teu trabalho. E as palavras as vezes ficam pequenas em falar no Rio Jaguarão a na associação dos areeiros. E isso aí para mim é um orgulho muito grande. Como eu te falei, daqui a 20 anos não sei se vou taqui, mas é uma história que tá sendo feita. E isso, pode ter certeza, ninguém chegou a fazer esse trabalho. Se alguém tentou, acho que não concluiu. Se concluiu por outros meios eu não sou sabedor. Mas a gente sabe: Os Areeiros do Rio Jaguarão tem uma história. E agradeço mais uma vez.

Moises: Obrigado!

Jaguarão, RS, 05 de setembro de 2015.

ROGÉRIO MAMBRUM

Barqueiro areeiro do Rio Jaguarão

MOISÉS BRAGA TEIXEIRA

Entrevistador/Pesquisador - UNIPAMPA

APÊNDICE E

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL⁵¹

Nome do Entrevistado: _____,

Naturalidade _____, estado civil _____,
profissão _____, domiciliado e residente na Rua/Av./Praça-

_____.

OBJETO: Entrevista gravada exclusivamente para a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal do Pampa- *Campus* Jaguarão

DO USO: Declaro ceder ao acadêmico **Moisés Braga Teixeira** sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a) **Moisés Braga Teixeira**, na cidade de Jaguarão, em ___/___/___, num total de _____ fitas gravadas.

O acadêmico do curso de Licenciatura em História, Moisés Braga Teixeira fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Jaguarão, ____ de _____ de 2015

Assinatura do Depoente/Cedente

TERMO DE COMPROMISSO DE USO⁵²

AUTORIZADO: Moises Braga Teixeira

⁵¹ Modelo retirado do livro “História Oral: Possibilidades e Procedimentos” de Sônia Maria de Freitas (2002, p.88).

⁵² Modelo retirado do livro “História Oral: Possibilidades e Procedimentos” de Sônia Maria de Freitas (2002, p.89).

Formação Acadêmica: estudante do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Pampa- Campus Jaguarão.

Endereço: Coronel de Deus Dias, 210, Centro, Jaguarão-RS

Telefone: (53) 84534905

Tipo de Trabalho: artigo () dissertação () livro () monografia () tese

(X) outros: Trabalho de Conclusão de Curso

Título provisório do Trabalho: **“TEU SUOR ESTÁ PLANTADO EM CADA CASA DESSE CHÃO”. A TRAJETÓRIA DOS BARQUEIROS AREEIROS DO RIO JAGUARÃ, E AS SUAS ADAPTAÇÕES ÀS NORMATIZAÇÕES AMBIENTAIS. (Jaguarão, 1960-2004)**

Instituição Responsável: Universidade Federal do Pampa-Campus Jaguarão.

Comprometo-me a utilizar a(s) cópia(s) do(s) depoimentos(s) do (a) Sr.(a)

ao pesquisador **MOISES BRAGA TEIXEIRA**, em _____ e pertencentes à Coleção do Departamento de História Oral, constando de ____ fitas de DVD, exclusivamente para a finalidade declarada acima.

Declaro estar ciente de que a utilização indevida dos depoimentos, transgredindo dessa forma as normas de consulta e utilização do qual tenho conhecimento e, das disposições de direitos autorais (Lei nº 9.610 de 19.2.1998), ficando, portanto, sujeito às penalidades por ela prevista.

Quaisquer outras formas de utilização e divulgação não previstas nas mencionadas normas necessitam de autorização expressa do depoente ou herdeiro, sendo o acadêmico **MOISÉS BRAGA TEIXEIRA** o intermediário entre o solicitante e o depoente.

Jaguarão, ____ de _____ de 2015.

Ass: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Quando e onde nasceu?
- 3) Qual a sua cidade de origem?
- 4) Qual a cor que você se declara?
() Negro () Indígena () Branco () Mestiço () outras

INFÂNCIA

- 5) Você estudou até que série? Se sim porque parou de estudar? Se não, qual a causa?
- 6) Quantos irmãos você tem?
- 7) Como foi a sua infância? Fatos positivos e negativos que recordes?
- 8) Sua relação com colegas e família?

ADOLESCÊNCIA E PÓS-ADOLESCÊNCIA

- 9) Qual o período do seu primeiro trabalho?
- 10) Você é proprietário de empresa de extração de areia, transportador, que desenvolve algum tipo de trabalho em torno do comércio de areia? Quando começou a trabalhar como barqueiro areeiro? Por quê? Já foi pescador? Quando?
- 11) Sabe desde quando essa atividade é desenvolvida (ano)?
- 12) Desde que período você trabalhou ou trabalha como areeiro? Exerce alguma profissão paralela?
- 13) Algum familiar ou amigo o incentivou a trabalhar nessa área?
- 14) Como é desenvolvido o trabalho, os saberes e fazeres do areeiro embarcado? As barcaças sempre foram a propulsão motora?

DA SAÚDE DOS TRABALHADORES

- 15) Você acredita que essa profissão degrada a sua saúde? Se sim por quê? Como sabe disso? Qual o tempo que você desempenhou essa profissão? Porque parou?

DO MEIO AMBIENTE

- 16) Você acredita que essa profissão degrada o meio ambiente? Se sim por quê? Como sabe disso?

DA PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- 17) Sabia ou sabe de algum órgão que protegia ou protege o meio ambiente?
- 18) A atividade que exercem é legalizada? Se sim, quando foi que se deu sua regulamentação?

DA SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

- 19) Vocês recebiam ou recebem algum tipo de treinamento ou instrução a respeito de segurança no trabalho, e de como lidar de modo sustentável
- 20) com o meio ambiente? Legislações?
- 21) Responde algum processo sobre extração irregular?

PERÍODO ANTERIOR A 1994 E ULTERIOR (criação da Associação Rio Jaguarão Mineração LTDA)

- 22) Como estavam organizados os barqueiros areeiros no passado, e como estão agora?
- 23) Vocês tinham ou tem alguma associação? Se sim qual o motivo dessa associação? O que e quem motivou sua criação?
- 24) Qual o local que vocês extraem areia do rio? Já extraiu areia de modo irregular? Se sim Por quê?

- 25) Quem fiscalizava essas atividades, antes da criação da associação? Quem fiscaliza agora? Quantos areeiros existiam antes da criação da associação e quantos existem agora? Aumentou ou diminuiu esse número? Qual as causas?
- 26) Os ganhos financeiros foram maiores ou menores a partir da implantação da associação? O que melhorou? O que piorou?
- 27) Algum colega de trabalho já perdeu a vida nesse trabalho? Sabe das Causas? Algo foi feito para melhorar a segurança dos trabalhos de Vocês?
- 28) Quando há ou havia enchentes vocês recebem alguma ajuda financeira de algum órgão governamental?
- 29) Possuem ou possuíam carteira assinada?

O LADO SOCIAL

- 30) Vocês fazem doações de areia a alguma instituição?
- 31) Como se dava o comércio de areia no passado e como se dá agora?
- 32) Como seus familiares veem a sua profissão?
- 33) Você acredita que esta classe de trabalhadores vem construindo o patrimônio material de Jaguarão, que contribuíram para que Jaguarão fosse considerada uma cidade portadora de uma série de construções civis considerada Patrimônio do Brasil pelo IPHAN?
- 34) Como você percebe que os Jaguarenses veem essa profissão? Acreditam que eles viam e veem a contribuição de vocês em cada obra pública e em cada casa desta cidade?
- 35) Havia algum tipo de empresa concorrente, extração de areia com máquinas? Se sim atrapalhava em quesito de concorrência?
- 36) Você acredita que essa profissão, extração de areia embarcada, será extinta? Se sim por quê? Se não Por quê?
- 37) Fale das grandes obras deste município que tem a participação dos areeiros deste Jaguarão?
- 38) Você acredita ser importante escrever um livro sobre a Trajetória de vocês, se sim Por quê?